

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

**COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL FRENTE AO DESEMPENHO  
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA “DÉCADA DA EDUCAÇÃO”**

José Izecias de Oliveira

GOIÂNIA  
2011

JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA

**COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL FRENTE AO DESEMPENHO  
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA “DÉCADA DA EDUCAÇÃO”**

Dissertação apresentada ao programa  
de Mestrado em Desenvolvimento e  
Planejamento Territorial da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás (PUC-  
GOIÁS).

GOIÂNIA  
2011

JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA

**COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL FRENTE AO DESEMPENHO  
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA “DÉCADA DA EDUCAÇÃO”**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Membros da banca de defesa:

---

Profª Drª Márcia de Alencar Santana (PUC-GOIÁS)

---

Profº Dr. Augusto Fleury Veloso da Silveira (UEG)

---

Profª Drª Margot Riemann (PUC-GOIÁS)

Goiânia  
2011

## DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado àqueles que se beneficiaram da expansão acelerada da educação goiana, promovida pela criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 1999, que oportunizou, em seu nascedouro, especialmente aos milhares de professores leigos, acesso a uma licenciatura plena. Em sua nobre missão de inclusão e transformação, interiorizou o ensino superior na primeira “década da educação” e lançou as bases para um desenvolvimento regional mais equilibrado. A UEG se situa como referência de política pública progressiva, definida pelo investimento que reduz desigualdade e promove justiça social. Com maior atenção e melhor gestão, ela projetará Goiás para o futuro.

## HOMENAGEM PÓSTUMA

Primeiramente, à graça Divina pela vida. Orgulhosamente, àqueles que se fazem anjos, permanentes, a nos guiar nessa caminhada, sem os quais, certamente, não nos encontraríamos onde hoje estamos: Meus pais, Nicanor Simões de Oliveira e Maria de Lourdes Marra e Oliveira, e os eternos amigos com os quais a vida nos brindou: João Mendes Porto, Henrique Antônio Santillo, Sérgio Ferreira dos Santos e Odair Firmino.

## HOMENAGEM ESPECIAL

Nossa sincera homenagem e gratidão às inúmeras pessoas que, generosamente, nos conduzem, promovem, incentivam, auxiliam e toleram; nas pessoas de Frei Rafael Bonano, Marconi Ferreira Perillo Júnior, Paulo Maria Telles Antunes, Cláudio Godoi de Faria e Rachell Rabelo.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>13</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>18</b>
<b>DESCORTINANDO O FENÔMENO DA DESIGUALDADE</b> .....	<b>18</b>
1.1 Contextualização global do fenômeno .....	18
1.1.1 Globalização que se expressa em desigualdade .....	18
1.1.2 Atuação dos fluxos e entrelaçamentos globais .....	20
1.2 Medidas de desigualdade e indicadores sociais .....	22
1.2.1 Desenvolvimento humano e objetivos do milênio.....	22
1.2.2 Da "Curva de Lorenz" ao coeficiente de Gini .....	23
1.2.3 Apresentação econométrica das fontes de desigualdade de renda.....	24
1.3 Evolução da pobreza e seu contexto internacional .....	31
1.3.1 Considerações a respeito da denominada <i>linha de pobreza</i> .....	32
1.3.2 Planos macroeconômicos e escassez comparativa de recursos .....	35
1.3.3 Metáfora da Parada de Pen para o Brasil .....	37
1.3.4 Estratégias para a erradicação da pobreza.....	38
1.3.4.1 Controle populacional e “crescimento do bolo” .....	38
1.3.4.2 Desafio das políticas redistributivas .....	40
1.4 Cenário da desigualdade no limiar do século.....	41
1.4.1 Comparativo internacional da distribuição de renda.....	42
1.4.2 Atuação do mercado na distribuição de renda .....	45
1.4.3 Entrelaçamento entre educação e poder político .....	46
1.4.4 Causalidades nas relações entre educação e desigualdade.....	48
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>50</b>
<b>DESEMPENHO EDUCACIONAL NA VIRADA DO MILÊNIO</b> .....	<b>50</b>
2.1 Indicadores educacionais e desigualdade regional.....	50
2.1.1 Analfabetismo concentrado e avanços no fundamental .....	50
2.1.2 Promoção e fenômeno distorção idade/série .....	52
2.1.3 Intensa expressão leiga no magistério .....	54
2.1.4 Investimento público e qualidade do ensino.....	56
2.2 Desempenho educacional no contexto internacional .....	59

2.2.1 Lentidão do progresso educacional brasileiro .....	59
2.2.2 Defasagem comparativa da escolaridade nacional .....	65
2.3 Crescimento endógeno e teoria do capital humano .....	67
2.3.1 Teoria do capital humano e taxa de retorno educacional .....	67
2.3.2. Escolaridade e seu impacto no mercado de trabalho.....	68
2.3.3 Gini educacional como medida do capital humano .....	70
2.3.4 Expansão educacional e progresso tecnológico .....	72
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>76</b>
<b>A EDUCAÇÃO NO COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE .....</b>	<b>76</b>
3.1 Medidas e magnitude da queda recente da desigualdade .....	76
3.1.1 Medidas de evolução da queda na desigualdade .....	76
3.1.2 Considerações da magnitude e seu contexto histórico .....	79
3.1.3 Expressões da estabilidade e crescimento econômico .....	81
3.2 Desigualdade e evolução no quadro da pobreza .....	86
3.2.1. O comportamento da pobreza em Gini e Theil.....	86
3.2.2 A vulnerabilidade dos pobres e os ciclos de crescimento .....	88
3.2.3 O paradoxo da empregabilidade entre os pobres .....	89
3.2.4 A desigualdade transformando o cenário da pobreza .....	91
3.3 Funções de bem-estar e determinantes da desigualdade.....	93
3.3.1. Dominância de Lorenz na análise do bem-estar .....	94
3.3.2 Análise empírica de Identificação dos principais determinantes .....	98
3.3.3 Contribuição dos fatores pelas simulações contrafactuais.....	99
3.4 Programas sociais de transferência de renda e desigualdade.....	100
3.4.1 Atualidade e correlação educacional das políticas sociais.....	101
3.4.2 “Cidadania invertida” e contextualização dos PTRs .....	102
3.4.3 “A dupla violação” e os pontos nevrálgicos da transferência de renda .....	104
3.4.4 Avaliação da progressividade do gasto social.....	106
3.5.1 Valor social, externalidades e acúmulo de educação.....	108
3.5.2 Análise das categorias de renda pelos índices de concentração.....	111
3.5.3 Preponderância da educação na decomposição de Theil .....	114
3.5.4 Expansão educacional e redução de desigualdades .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do rendimento familiar <i>per capita</i> segundo centésimos da população.....	24
Gráfico 2: Participação dos estratos de população na desigualdade de rendimentos ....	24
Gráfico 3: O Brasil no contexto internacional das desigualdade: anos 80 e 90.....	25
Gráfico 4: Evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil desde os anos 60 .....	31
Gráfico 5: Percentagem de pobres no Brasil com renda média mantida constante e a desigualdade de renda igual à verificada em cada um dos países .....	37
Gráfico 6: Curva dos quantis no Brasil para rendimento mensal das pessoas economicamente ativas (1997) .....	42
Gráfico 7: Esquema de geração de uma distribuição de renda.....	47
Gráfico 8: Evolução educacional entre países .....	60
Gráfico 9: Evolução educacional na América Latina e Caribe.....	61
Gráfico 10: Evolução dos diferencias associados à educação.....	62
Gráfico 11: Evolução do diferencial salarial médio associado à educação .....	62
Gráfico 12: Retorno à educação na América Latina.....	63
Gráfico 13: Escolaridade na América Latina .....	63
Gráfico 14: Associação de tempo “trabalho e estudo” no Brasil – 15 a 19 anos .....	64
Gráfico 15: Evolução da taxa de analfabetismo por coorte de nascimento.....	65
Gráfico 16: Evolução da escolaridade por coorte de nascimento.....	66
Gráfico 17: Escolaridade média de brancos e não brancos na África do Sul e no Brasil .....	67
Gráfico 18: Educação e desigualdade.....	69
Gráfico 19: Composição Educacional – 1997.....	69
Gráfico 20: Evolução do Gini Educacional por gênero no Brasil (1986-2001).....	71
Gráfico 21: Valor da educação no mercado de trabalho e a corrida entre expansão educacional e progresso tecnológico .....	73
Gráfico 22: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo o coeficiente de Gini (1995 a 2007).....	77
Gráfico 23: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1995 a 2007).....	78
Gráfico 24: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil na razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1995 a 2007).....	79

Gráfico 25: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini (1977 a 2007).....	79
Gráfico 26: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1977 a 2007).....	80
Gráfico 27: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1977 a 2007).....	80
Gráfico 28: Evolução da desigualdade de renda no Brasil.....	81
Gráfico 29: Inflação e desigualdade no Brasil (1981 a 2004).....	82
Gráfico 30: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB per capita entre os anos de 1990 e 2005 .....	83
Gráfico 31: Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita e a renda média dos 20% mais pobres .....	85
Gráfico 32: Desempenho dos índices Gini e T de Theil .....	86
Gráfico 33: Comportamento regional nos índices de pobreza.....	87
Gráfico 34: Evolução da extrema pobreza no Brasil entre 2001 a 2007 .....	92
Gráfico 35: Taxa de crescimento médio (%) da renda familiar per capita no Brasil por décimos da distribuição entre 2001 e 2007 .....	93
Gráfico 36: Apresentação gráfica das Curvas de Lorenz de 2004 e 1989 .....	94
Gráfico 37: Várias Curvas de Lorenz como diferença com a curva de 2003.....	95
Gráfico 38: Comportamento da renda familiar per capita média (1995 - 2004).....	96
Gráfico 39: Falta de Dominância de Primeira Ordem de 1995 a 2004 .....	96
Gráfico 40: Falta de Dominância de Segunda Ordem de 1995 a 2004 .....	97
Gráfico 41: Crescimento na renda média (%) na distribuição de renda familiar per capita pela distribuição de renda do trabalho no Brasil (2001 – 2007).....	98
Gráfico 42: Coeficiente de concentração do gasto social.....	107
Gráfico 43: Decomposição de Curva de Lorenz de 2004 por tipo de renda.....	111
Gráfico 44: Curvas de concentração para o ano 2004 (Painel 1) e diferença com a curva de Lorenz para 2004 (Painel 2) .....	112
Gráfico 45: Coeficientes de concentração de renda entre 1995 e 2004.....	113
Gráfico 46: Comportamento do SM na primeira década de Real.....	115
Gráfico 47: Evolução do grau de desigualdade educacional da força de trabalho no Brasil .....	116

Gráfico 48: Evolução do impacto da escolaridade sobre a média da remuneração do trabalho no Brasil entre 1995 e 2007 .....	117
Gráfico 49: Evolução do impacto de concluir um nível educacional sobre a média da remuneração do trabalho no Brasil entre 1995 e 2007 .....	119

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da desigualdade de rendimentos.....	26
Tabela 2: Principais determinantes da desigualdade (%) .....	27
Tabela 3: Contribuição bruta da educação para a desigualdade de rendimentos – uma comparação internacional .....	28
Tabela 4: Resultados de uma decomposição estática de três medidas de desigualdade .....	30
Tabela 5: Decomposição parcial da desigualdade de renda no Brasil (%) .....	34
Tabela 6: Número de pobres e insuficiência de renda no Brasil, conforme rendimento familiar <i>per capita</i> , adotando linha de pobreza de 60 reais .....	34
Tabela 7: Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil <sup>a</sup> .....	35
Tabela 8: Proporção de pobres após restrição do número de filhos .....	39
Tabela 9: Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre proporção de pobres na população no Brasil.....	40
Tabela 10: Razão entre as frações de renda 10% mais ricos e 40% mais pobres....	43
Tabela 11: Evolução temporal dos indicadores de desigualdade de renda .....	43
Tabela 12: Evolução temporal da desigualdade de renda .....	44
Tabela 13: Decomposição da desigualdade salarial nas fontes principais (%) .....	49
Tabela 14: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1970/96.....	51
Tabela 15: Ensino fundamental – taxa de promoção da 1 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup> séries 1989/97 .....	52
Tabela 16: Ensino fundamental – taxa de repetência da 1 <sup>a</sup> a 5 <sup>a</sup> séries 1989/97 .....	53
Tabela 17: Funções docentes no ensino fundamental – 1998 .....	54
Tabela 18: Funções docentes no ensino médio por grau de formação – 1998.....	55
Tabela 19: Taxa de escolarização líquida e bruta do ensino médio e taxa de atendimento na faixa de 15 a 17 anos – 1998.....	55
Tabela 20: PIB, gasto público na educação e percentual de gasto público na educação em relação ao PIB (1995).....	56
Tabela 21: Desempenho médio dos alunos na 4 <sup>a</sup> série do fundamental (Saeb).....	57
Tabela 22: Desempenho médio dos alunos na 8 <sup>a</sup> série do fundamental (Saeb).....	57
Tabela 23: Desempenho médio dos alunos na 3 <sup>a</sup> série do ensino médio (Saeb) .....	57
Tabela 24: Anos médios de escolaridade da PEA .....	58
Tabela 25: Escolaridade média por ano e grupo de idade entre Brasil e Taiwan.....	66
Tabela 26: TIR de ciclos completos com 30 anos de trabalho (%).....	68

Tabela 27: Coeficientes estimados por um estimador de efeitos fixos, variável dependente: Gini educacional.....	71
Tabela 28: Desigualdade salarial em uma simulação contrafactual com a Coréia do Sul entre 1976 e 1986 .....	74
Tabela 29: Desigualdade salarial em uma simulação contrafactual com a Colômbia entre 1976 e 1985 .....	74
Tabela 30: Indicadores de desigualdade na renda per capita no Brasil (2007).....	84
Tabela 31: Composição dos pobres segundo a escolaridade (%) .....	90
Tabela 32: Contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade (2001-2007).....	100
Tabela 33: Cobertura dos principais PTRs da América Latina .....	103
Tabela 34: Participação dos PTRs na redução da desigualdade.....	104
Tabela 35: Distribuição do gasto social por quintis de renda .....	106
Tabela 36: Taxa de fecundidade total em relação ao grau de instrução da mãe ....	109
Tabela 37: Parcela da desigualdade de renda total explicada pelas diferenças entre grupos .....	114
Tabela 38: Contribuição da educação para a redução na desigualdade em renda do trabalho e em renda per capita no Brasil entre 2001 e 2007.....	118

## RESUMO

O objetivo principal do trabalho é analisar o comportamento da desigualdade brasileira, em especial no período compreendido entre 1997 e 2007, conhecido como “década da educação”. O propósito consiste em desenvolver, de forma empírica e conceitual, uma abordagem das relações causais entre educação e desigualdade. Percebe-se que a desigualdade social e sua associação com a educação tem sido objeto de estudo de um variado leque de áreas do conhecimento, apresentando trabalhos importantes provenientes das mais variadas áreas do saber. O caso brasileiro do fenômeno, que ao longo do tempo se manifestou historicamente inabalável, situando-se entre os mais elevados patamares de injustiça do mundo, tem sua manifestação na perversa distribuição de renda, e vêm provocando as mais diferenciadas reações. Alguns pesquisadores classificam o tema como o maior e mais complexo problema do país, enquanto grande parte da população o vê com perturbadora naturalidade. O fato é que, das implicações decorrentes da globalização, destaque se faz a uma maior atenção à desigualdade entre a humanidade no planeta, tornando a questão ainda mais instigante de estudos para assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável e duradouro. O caminho percorrido passa pelo descortinamento do fenômeno, calcado no cenário de evolução da pobreza no limiar do século, quando se faz uso, dentre outros, das principais medidas de desigualdade. A seguir, contempla-se o panorama do desempenho educacional, exposto a partir da teoria do capital humano e suas taxas de retorno educacional, quando é apresentada a “corrida de Tinbergen”, na virada do milênio. Finalmente, a análise do papel da educação no comportamento da desigualdade situa, na denominada “década da educação”, sua expansão e heterogeneidade, as *funções de bem-estar social*, conhecidas como dominâncias de primeira e segunda ordem de Lorenz, algumas simulações contrafactuais, além de considerações sobre o papel do salário mínimo e dos programas de transferência de renda.

Palavras-chave: Desigualdade, pobreza, heterogeneidade educacional.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the behavior of the Brazilian inequality, during the period from 1997 to 2007, also known as the “education decade”. The purpose consists of developing, from an empiric and conceptual way, a causal relation approach between education and inequality. It is noticed that social inequality in association to education has been an object of study in a wide range of different fields of knowledge, such as Economy, Social Science, Education, Psychology, and among others. The Brazilian case, which has been declared unshakable throughout history, is based on a perverse unequal income distribution, and has provoked all sorts of reactions. Some researchers classify the subject as the biggest and the most complex problem of this country, whereas the majority of the people regard it as a disturbing natural thing. The fact is that, due to globalization, which has widely shown the inequality among humanity, the issue has become even more instigated, therefore studies must be carried out to ensure a sustainable and long lasting development. The first step taken in order to do this investigation was to uncover the phenomenon, based on the scenery of the evolution of poverty at the threshold of the century, as well as when the most principal unequal measures were taken. Next, it is discussed the panorama of the educational performance from human capital theory and its education’s rates of return, when Tinbergen's race is presented in the turn of the century. Finally, it is made an analysis of the role of the education in the inequality behavior, from its expansion and heterogeneity, from the social welfare functions, also known as Lorenz and the first and second order stochastic dominances, from some counterfactual simulations, besides some considerations about the role of the minimum salary and the income transfer programs.

**Key-words:** inequality, poverty, educational heterogeneity

## INTRODUÇÃO

Somos conhecidos como o país do futebol e do carnaval. Em *Casa Grande e Senzala*, clássico da literatura brasileira, Gilberto Freire (2000) apresenta o país como um povo que prima pela alegria e cordialidade. Mais recentemente, relatórios publicaram o fato de que nos situamos entre as 7 nações do mundo, quando se leva em consideração o Produto Interno Bruto (PIB), que caracteriza o volume de riqueza anualmente produzido pelo povo brasileiro.

Por outro lado, Medeiros (2005) destaca que “estamos entre os países com os maiores níveis de desigualdade de renda do mundo” (p. 16), nos remetendo a um quadro em que aproximadamente um terço da população brasileira vive em torno de uma determinada linha de pobreza. Grande parte dela enfrenta dificuldade básica de alimentação, sobrevivendo na mais aguda e perversa situação de precariedade, denominada indigência.

Falar em desigualdade social nos remete, invariavelmente, à temática da pobreza. Isto ocorre por ser ela a face mais visível, ou a expressão maior da injustiça social, decorrente da forma de distribuição de riqueza de uma sociedade. Convive-se há tanto tempo com esse quadro que grande parte da população parece se acostumar com ele. Barros (2001) expressa espanto ante a assombrosa naturalidade com que tratamos essa situação de extrema injustiça social, que decorre da atual distribuição de riqueza, relegando a uma condição desumana um enorme contingente da população.

Cristovam Buarque (1999) alerta para o avanço desse quadro ao se referir a um processo em curso de formação de uma subespécie humana. Segundo ele, a se manter a velocidade com que aumenta a desigualdade no acesso às riquezas produzidas e aos recursos naturais do planeta, estamos prestes a rasgar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, construída sobre os escombros da segunda grande guerra mundial, através de uma desumanização ou categorização da nossa espécie.

O propósito do trabalho é investigar a estrutura da desigualdade no Brasil, utilizando para tanto os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), focalizando, de forma particular, o período imediatamente após a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), intitulada *década da educação*.

Com base nas técnicas tradicionais de decomposição de medidas de desigualdade, dentre outras, propõe-se analisar o papel da educação enquanto determinante do comportamento da desigualdade no país, no referido período.

Espera-se apresentar hipóteses plausíveis para os processos causais por trás

da dinâmica distributiva, no período que sucede a implantação da política pública que instituiu o Plano Decenal da Educação Brasileira. A dissertação é essencialmente descritiva, a partir de uma análise empírica exploratória, seguindo os moldes da grande maioria de trabalhos dedicados ao tema.

Metodologicamente, a abordagem das relações causais entre educação e desigualdade de renda apresenta caráter empírico e conceitual. A análise empírica se baseia na descrição da experiência brasileira, bem como também de comparativos internacionais. O aspecto conceitual trabalha com o isolamento dos efeitos da heterogeneidade educacional e da valorização salarial, frutos do acesso à educação.

Diante da amplitude de variáveis afetas ao fenômeno da desigualdade, essa sua rica característica de pluralidade, o estudo se propõe analisá-la essencialmente sobre o enfoque econômico. Não se adentrará aqui em uma discussão da literatura sociológica sobre diferenças e desigualdades já manifestas e claramente visíveis no desenvolvimento colonial brasileiro, fundado sob as bases de uma profunda concentração da propriedade fundiária.

Privilegia-se o estudo da evolução temporal da distribuição de renda, uma importante componente do fluxo de renda familiar, e a contribuição da educação como fator distributivo. Busca-se, como objetivo principal, avaliar a contribuição proveniente da "corrida educacional", diante da concentração de renda, e suas formas de distribuição. A avaliação proposta tem caráter dinâmico ou atemporal, compreendido em sua totalidade entre as duas décadas do século passado e a primeira deste.

A literatura empírica utilizada tem seu pioneirismo em Fishlow (1972) e Langoni (1973), dedicados a analisar os primeiros dados confiáveis produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambos sustentam o debate sobre a desigualdade no Brasil, cujo determinante principal para a distribuição de renda se encontra no mercado de trabalho, para Fishlow, e na educação, para Langoni.

Além desses trabalhos pioneiros que ambicionavam explicar a evolução da distribuição de renda, nossa literatura passa também por Hoffmann (2000), Ferreira (2000), Castro (2000), Menezes-Filho (2001), Therborn (2001), Ramos (2001), Barros (2002), Medeiros (2005), Soares (2006), Schwartzman (2006), Salama (2008), Sant'Anna (2009), Pessoa (2009) e Barros (2010) dentre outros, no sentido de apreender o estado do debate sobre o tema.

Propõe-se um relato empírico e descritivo que apresente o fenômeno da desigualdade e da pobreza, o desempenho da expansão do sistema educacional, a partir de dois momentos temporais distintos, com vistas a uma síntese entre eles. A primeira contextualização como referencial de partida, se dá no ano de 1997, com base em estudos da bibliografia clássica a respeito da década de 90. A segunda

remonta à análise da primeira década desse novo século, com ênfase no ano de 2007, perfazendo o período denominado *década da educação*, conferido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

As Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílio (PNAD), desenvolvidas anualmente no país pelo IBGE, iniciadas em 1976, permitem construir um conjunto de indicadores sociais, extremamente úteis para compreender a evolução dos padrões de vida, bem como da apropriação de riqueza dos indivíduos e das famílias em nosso país.

A respeito da PNAD, o seu conceito pode ser apresentado na descrição abaixo, por Soares (2006):

A mais importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. Trata-se da única pesquisa com abrangência nacional e periodicidade anual contendo informações sobre o bem-estar da população brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de quatrocentos mil indivíduos em cem mil domicílios, cobrindo as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Pode-se pensar na Pnad como o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) para a realidade socioeconômica do país (p. 7).

Ao longo do desenvolvimento do trabalho faz-se uso da recomendação de Hoffmann (2000), na utilização da distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas (PEA), quando o foco da pesquisa se desenvolve em torno do mercado de trabalho. Por outro lado, quando a análise é o nível de vida ou bem-estar social, considera-se a totalidade das pessoas classificadas conforme seu rendimento familiar *per capita*, uma vez que os membros de uma família em geral compartilham a renda total desta.

A estruturação do trabalho se desenvolve, inicialmente, a partir da exposição do fenômeno da desigualdade, que tem na pobreza sua mais forte manifestação, sendo abordada no primeiro capítulo. Segue-se a apresentação de um panorama do desempenho educacional na virada do milênio, contextualizada internacionalmente, onde se contempla a teoria do capital humano. Finalmente, o capítulo III mostra a contribuição da educação no comportamento da desigualdade, quando se coloca em destaque o seu protagonismo. São apresentadas as considerações finais.

## CAPÍTULO I

### DESCORTINANDO O FENÔMENO DA DESIGUALDADE

Para questões sobre a desigualdade e seus desdobramentos não existem respostas diretas, nos adianta Therborn (2001). No entanto é possível estabelecer esclarecimentos e eventuais implicações, propor uma abordagem conceitual analítica a partir de uma apresentação de argumentos empíricos e proceder a uma análise de seus determinantes, traçando correlações entre eles, especialmente com a educação.

#### 1.1 Contextualização global do fenômeno

Cinco tipos centrais de discursos são apresentados pelo autor em uma de suas formas de situar o conceito de globalização. Começa pelo econômico, passa pelo sócio-político, alcança o discurso dos estudos antropológicos e culturais, contempla as preocupações ambientais planetárias e, finalmente, a globalização surge "como centro de um discurso e de um protesto sócio críticos, como uma nova forma que assumem as forças adversas: o inimigo da justiça social e de valores culturais particulares" (p.124). Mais adiante o autor irá sustentar que o fenômeno da globalização implica, obviamente, em que a desigualdade entre a humanidade global esteja recebendo mais atenção.

##### 1.1.1 Globalização que se expressa em desigualdade

Começamos com a afirmação provocativa e atual de Therborn (2001), de que "vivemos tempos nos quais a igualdade não é um bem evidente por si só entre os desfavorecidos". Diante do multiculturalismo, do pluralismo, da diversidade individual e cultural, "os partidários da igualdade" são convocados a defenderem seu ponto de vista. Nesse contexto, e dado o fato empírico da imensa diversidade humana, o autor indaga "quais são as desigualdades social e moralmente importantes?" (p.128).

Citando Amartya Sen, Therborn (2001) descreve que "a desigualdade crucial na perspectiva de Sen é a falta de liberdade, na forma de privações de capacidades" (p.129). Mais adiante, citando pesquisas suecas e escandinavas sobre padrão de vida, ele vai apresentar:

Uma lista empiricamente manejável de (des)igualdades, com dez componentes: nutrição, saúde e acesso aos serviços de saúde, emprego e condições de trabalho, recursos econômicos, conhecimento e acesso à educação, relações familiares e sociais, habitação e serviços locais, recreação e cultura, segurança da vida e da propriedade, recursos políticos (THERBORN, 2001, p.130).

Destaque que se faz à globalização é que ela implica em mais atenção à desigualdade entre a humanidade no planeta. Este aspecto leva a focalizar melhor e com maiores possibilidades o enfrentamento do fenômeno, como se vê em seguida.

Preocupar-se com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza, significa preocupar-se com a maneira como toda a sociedade é estruturada e não apenas com o seu pior aspecto. Assim sendo, a preocupação com a desigualdade é mais propícia à auto-organização e mobilização dos próprios desfavorecidos, ao conflito social e à transformação social em grande escala que a preocupação com a pobreza, pois esta tem uma orientação mais naturalmente filantrópica (THERBORN, 2001, p.132).

Portanto, uma prescrição de política pública de cunho igualitária apresenta melhores possibilidades quando o seu foco é a desigualdade e não a pobreza, com isso, não permitindo dispersão nas suas variadas manifestações, pelo contrário, alinhando melhor o foco na essência. Ao buscar um marco explicativo dos resultados distributivos, o autor preceitua que as diferentes formas sociais que a desigualdade assume, são derivadas de modos distintos de se produzir valores. Elas têm sua principal expressão na exploração, na hierarquia, na exclusão e na segmentação.

Do ponto de vista prático, as "abordagens de necessidades", conferidas a Amartya Sen, apresentam evolução nas estatísticas internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, no dizer de Therborn (2001), "é um composto de expectativa de vida, realizações educacionais (alfabetização somada à matrícula nos ensino secundário e superior) e PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra)" (p.129).

Falando em PIB per capita, renda familiar, educação nacional, expectativa de vida, o autor vai nos dizer que "não há dúvida que este mundo é muito desigual" (p.136). Uma realidade que aguçou a inspiração e a genialidade de Gilberto Gil, fazendo o povo brasileiro cantar, assim, o refrão da canção "A novidade":

*Oh! Mundo tão desigual  
Tudo é tão desigual  
Ô Ô Ô Ô Ô Ô Ô!  
Oh! De um lado esse carnaval  
De outro a fome total  
Ô Ô Ô Ô Ô Ô Ô!...*

Na busca de explicações para a desigualdade global, o autor toma o Estado-Nação como base, uma vez que, dentre outros, ele atualmente "tem uma grande capacidade de alocação e redistribuição de recursos e controla, diretamente, de um a dois terços de todo o PIB da maioria dos países desenvolvidos" opus. cit. (p.137). No caso do Brasil, o impostômetro<sup>1</sup> registra que o país arrecadou aproximadamente

<sup>1</sup> Valores coletados no site ([www.bhservico.com.br/impostometro.htm](http://www.bhservico.com.br/impostometro.htm)) em 25/04/11.

104 bilhões de reais por mês, o equivalente a mais de dois mil reais por habitante, no primeiro quadrimestre de 2011, o que mostra sua capacidade de intervenção.

### 1.1.2 Atuação dos fluxos e entrelaçamentos globais

Como determinantes principais da desigualdade global, Therborn (2001) analisa a desigualdade vital, expressa pela expectativa de vida, e a desigualdade de renda. Na condição de sociólogo e cientista político, ele mostra o peso da história na queda da mortalidade infantil, de 1900 a 2000, que reduziu drasticamente a desigualdade em relação à expectativa de vida, em todos os continentes. Destaca, também, a mesma influência da desigualdade para os desenvolvimentos globais de renda, ao citar que:

A história global permanece muito presente entre nós. As regiões mais ricas do mundo no início do Século XXI são as mesmas da década de 1820, a América do Norte anglo-saxônica e o noroeste e o sul da Europa, nessa ordem. O Japão é o único país a entrar para o clube dos ricos na segunda metade do Século XX. [...] Houve, com certeza, movimentações nacionais no Século XX. Inglaterra e Argentina decaíram muito, assim como a África Subsaariana, ao passo que a Finlândia e a Coreia subiram, da mesma forma que o Japão (THERBORN, 2001, p.144).

Quando analisa a força dos fluxos globais de migração, capitais e comércio, expressos pela economia clássica, e sua influência como determinantes da desigualdade global, o autor destaca que os números envolvidos nas migrações são substanciais: "oito por cento da população nascida no México estava morando nos Estados Unidos na década de 90, e cerca de 10% dos filipinos vivem no exterior. Nas nações menores do Caribe, a diáspora chega a entre 10 e 15% da população" (p.149), conforme International Office of Migration (2000).

Em seguida ele chama a atenção para um movimento crescente, em relação ao fluxo de capitais, na última década do século XX, "que pode ser o começo de um novo padrão, com uma parte mais importante indo para os países em desenvolvimento", quando destaca o acelerado crescimento da participação "no fluxo global de capitais da China (1,8% em 1990 para 7% em 1998) e da América Latina (4,2% em 1990 para 11% em 1998)" op. cit (p.149). Os países em desenvolvimento praticamente quintuplicaram o fluxo líquido de investimento direto, comparado às médias anuais de 1985-1995. Esse novo padrão de fluxos implicaria em efeitos na geração de igualdade global, sinaliza ele.

Em relação ao fluxo transnacional de conhecimento, Therborn (2001) confere à cruzada pela alfabetização em massa, desenvolvida na maior parte do mundo, na segunda metade do século passado, uma distribuição mais igualitária das capacidades humanas. Ele atribui especificamente ao fluxo de conhecimento médico, como sendo o "principal responsável pelo fato de que os riscos e a expectativa de vida infantil estejam distribuídos, de forma muito mais equilibrada do

que a renda, em todo o mundo" (p.151). A transcrição de citação do autor dá conta dos avanços em relação à desigualdade vital global, medida pela expectativa de vida.

De 1960 a 1997, a expectativa de vida entre todos os chamados países em desenvolvimento subiu de 46 para 62 anos, e a diferença em relação aos países ricos industrializados caiu de 24 para 12 anos. A expectativa de vida foi uma das poucas histórias de sucesso de longo prazo da África independente. Entre 1960 e 1998, a expectativa de vida na região Subsaariana havia subido de 40 para 50 anos [...] para a população mundial como um todo, a expectativa de vida no momento do nascimento subiu de 55 para 66.6 anos, entre 1962 e 1997 (UNDP, 1999, tabela 47).

Therborn (2001) vai destacar, ainda, o poder dos entrelaçamentos globais que opera através de redes internacionais, agindo em três eixos distintos, apresentados a partir do (i) estabelecimento de agendas comuns, (ii) da construção de instituições multilaterais e (iii) da prescrição de políticas transnacionais.

A pluralidade é, sem dúvida, um dos adjetivos das desigualdades. Elas são produzidas por processos que ora permitem uma tendência a sua equalização, ora a impulsionam para mais e maiores desigualdades. De um lado a difusão do conhecimento médico e agrícola reduz a desigualdade vital, ampliando a expectativa de vida, uma de suas faces, e de outro, ele pouco consegue interferir na má distribuição de riqueza ao longo dos anos.

Após discorrer longamente sobre os processos envolvidos no fenômeno da desigualdade global, Therborn (2001) sinaliza para uma avaliação relativa, com os devidos resguardos, de que "a história global e os atuais processos nacionais são os maiores geradores dos atuais resultados globais em termos de desigualdade" (p.163).

Citando trabalho pioneiro de Milanovic (1999) sobre a desigualdade individual global, a partir da utilização das decomposições de Theil por amostras de domicílios, o autor apresenta sua conclusão de que três quartos (75%) da desigualdade entre indivíduos no mundo tem sua origem nos países. Ou seja: nas partições efetuadas quando se processa a decomposição, tendo como unidades os países, a parcela de desigualdade dominante é a relativa *intra* grupos, técnica que será abordada detalhadamente mais a frente.

Para o cálculo do índice de Gini global, Milanovic aferiu a medida de 0.66 de uma escala cujo máximo é a unidade. O valor do índice permite admitir, com larga segurança, que a desigualdade no mundo como um todo é bem semelhante à desigualdade no Brasil, como veremos em profundidade no estudo desse índice. Em outras palavras, o Brasil é uma boa amostra da desigualdade global.

O cenário mundial de desigualdades é apresentado por Salama (2007) a

partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostrando o agravamento da pobreza na América Latina e África, onde "20% da população mundial detinha 82,7% da renda no final da década de 1980, os 20% seguintes detinham 11,7%, e os 60% restantes da população mundial dividiam entre si apenas 5,6% da renda produzida pela totalidade do planeta" (p.75).

Com base em dados do CNUCED (1997), Salama (2007) mostra que a proporção entre os 20% mais ricos, em relação aos 20% mais pobres, atinge o índice de 60 vezes o rendimento, ressaltando uma perversa evolução da desigualdade, em tempos de globalização, cujo índice era de 30 vezes em relação ao ano de 1965.

Aspirando provocar o universalismo, o autor enfocará que a rápida abertura proveniente da "globalização tende a ser mais e mais excludente, produzindo, aqui e ali, zonas de integração e zonas de desintegração do tecido social". Mais adiante ele vai sintetizar que "o desaparecimento das fronteiras visíveis produz a eclosão de novas fronteiras, estas invisíveis, com a consolidação de zonas de integração e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das chamadas zonas cinzentas de exclusão" (p.81).

## 1.2 Medidas de desigualdade e indicadores sociais

O alargamento na abordagem do fenômeno que envolve a desigualdade e suas expressões tem intensificado o debate, em nível nacional e internacional, tendo em vista a produção de indicadores sociais sintéticos que possibilitam expressar a sua multidimensionalidade.

### 1.2.1 Desenvolvimento humano e objetivos do milênio

Na construção dos indicadores sociais brasileiros, as principais fontes credenciadas de informação são os Censos Demográficos, de periodicidade decenal, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que vai a campo anualmente em todo o país, ambas realizadas pelo IBGE. O mais conhecido deles, de ampla aceitação mundial, é o denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990, com publicação anual pelo *Relatório de Desenvolvimento Humano*<sup>2</sup>.

Salama (2007) vai ressaltar a tese de Amartya Sen, de que as políticas de desenvolvimento social e combate à pobreza se dirigem ao equacionamento de dois problemas essenciais: na mensuração do quantitativo de pobres em relação ao total da população, e no estabelecimento de um indicador de pobreza, definido a partir de

---

<sup>2</sup> Este Relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e contou com a colaboração da economista Amartya Sen, sendo atualmente publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países (PNUD, 2006).

um referencial que expresse esse limite.

Tais considerações nos remetem aos conceitos de pobreza relativa e absoluta, extrema pobreza ou indigência comumente usada, sem, no entanto, deixarem de apresentar uma longa lista de problemas técnicos relatados no conjunto dos pesquisadores.

O IDH, portanto, não possui apenas característica econômica, conforme Cobo (2006), uma vez que é formulado a partir de três dimensões distintas: (i) abrange a longevidade das pessoas, agregando a desigualdade vital, na forma de um indicador demográfico, que expressa a expectativa de vida de uma criança ao nascer; (ii) a educação, através das taxas de alfabetização dos adultos e da taxa de matrícula nos níveis fundamental, médio e superior; (iii) e, finalmente, o econômico, a partir da renda per capita da população.

A combinação equivalente dos três, variando de zero a um, produz o IDH do país em determinado ano, permitindo principalmente análise de significativa profundidade no campo das comparações. No Brasil, segundo a autora, o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) tem publicação em 1996, pelo PNUD.

O IDH tem recebido críticas a respeito de suas limitações, especialmente pelo fato de não estar adaptado para ser calculado para cada família, se restringindo apenas para áreas geográficas. Outra crítica contundente, relatada por Cobo (2006), se refere ao seu uso "como instrumento de entendimento da situação social dos países, naturalmente bastante complexa e dificilmente captada em toda sua extensão apenas por índices dessa natureza" (p. 5).

Na esteira dos entrelaçamentos globais, a Organização das Nações Unidas (ONU) produz, em 2000, a denominada *Declaração do Milênio*, estabelecendo como prioridade eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta até 2015, sendo adotada por 147 chefes de estado e 189 países membros. A base da declaração é conhecida pelos seus 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), associados a 18 metas e 48 indicadores acordados entre os signatários (COBO, 2006).

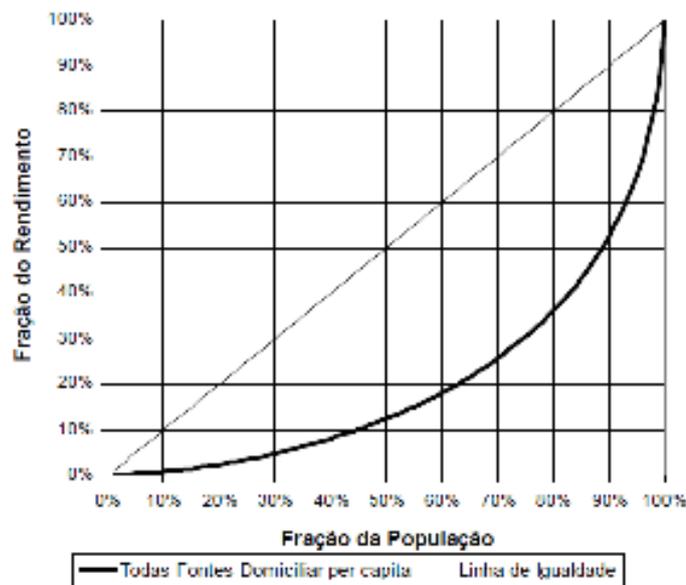
#### 1.2.2 Da "Curva de Lorenz" ao coeficiente de Gini

Uma boa forma de analisar a desigualdade na sociedade brasileira consiste na abordagem em sua forma de distribuição. A curva mais conhecida que expressa essa realidade leva o nome do seu autor, Lorenz, associando no eixo das abscissas os diferentes centésimos da população, e no das ordenadas o percentual total do rendimento familiar per capita. O Gráfico 1, elaborado por Medeiros (2005), apresenta essa distribuição em forma de arco que é conhecida como "Curva de Lorenz".

Percebe-se o quanto a renda familiar per capita brasileira é mal distribuída, tomando como base a PNAD do final do século. Nele, 40% dos mais pobres detêm

menos de 10% da renda, enquanto que os 10% mais ricos, representados pela extremidade direita da curva, possuem quase 50% de toda a renda, e respondem por concentração de riqueza superior ao da metade de toda a população mais pobre do país.

**Gráfico 1: Distribuição do rendimento familiar *per capita* segundo centésimos da população**



Fonte: IBGE – PNAD/1997 microdados.

Da "Curva de Lorenz" deriva também o coeficiente de Gini, um dos indicadores de desigualdade social mais conhecido e internacionalmente aceito. Ele pode ser definido geometricamente pelo dobro da área formada pela "Curva de Lorenz" e a teórica "Linha da Perfeita Igualdade", reta formada pelo lugar geométrico dos pontos representativos da igualdade de renda entre toda a população.

Graficamente é fácil perceber que a área acima mencionada se aproxima de zero quando o arco tende a coincidir com a reta teórica da igualdade, da mesma forma que a área é máxima, cujo dobro é igual à unidade, quando o arco tende a coincidir com uma perpendicular na extremidade do eixo horizontal.

Melhor dizendo, a "Curva de Lorenz" se torna uma reta no caso extremo de concentração da totalidade da renda em um único representante da população, elevando o Gini ao seu máximo igual à unidade. Portanto, o coeficiente Gini varia entre a ausência de desigualdade, índice zero, e a extrema desigualdade, referenciada no indicador Gini de índice unitário.

### 1.2.3 Apresentação econométrica das fontes de desigualdade de renda

Existe uma classe de medidas de desigualdade que apresenta como característica especial a possibilidade de sofrerem exercícios econométricos de

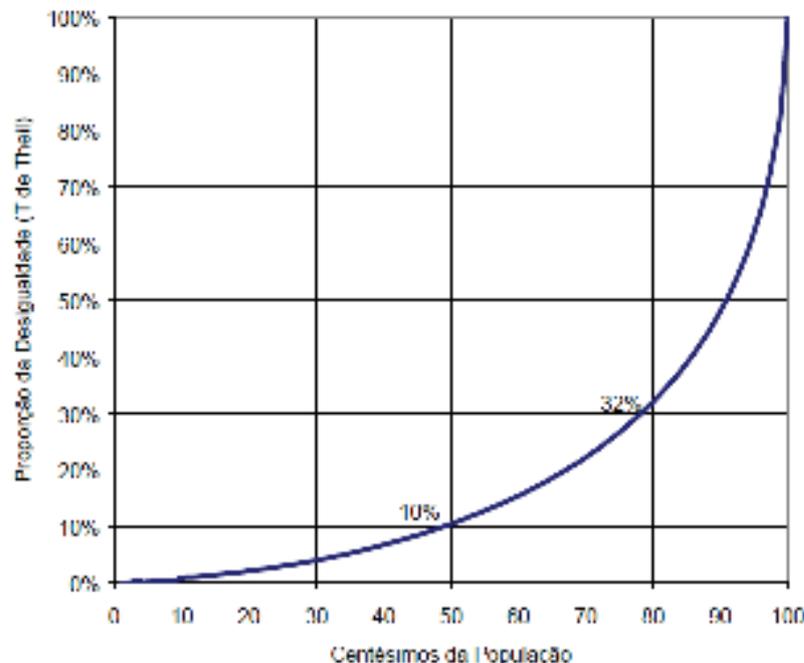
decomposição estática e dinâmica<sup>3</sup>. Integram essa classe de medidas, utilizadas largamente na literatura consagrada, os índices L e T de Theil.

Para uma melhor compreensão do T de Theil como medida de desigualdade decomponível, temos em Ramos (2001), como ilustração, a sua fórmula econométrica abaixo, cujo valor é um duplo somatório onde o primeiro termo à direita da igualdade se refere às desigualdades *entre* grupos, e o segundo as desigualdades *intra* grupos, onde as variáveis "alfa" e "beta" correspondem, respectivamente, às frações de renda e população em suas respectivas partições.

$$T = \sum_{g} \alpha_g \beta_g \ln \alpha_g + \sum_{g} \alpha_g \beta_g T_g$$

Muito semelhante à "Curva de Lorenz" para o Brasil é a expressão gráfica desse índice decomponível, medida menos intuitiva que o Gini, contudo muito apropriada para a observação da medida da desigualdade que pode ser atribuída a cada fração da população, conforme mostra Medeiros (2005) no Gráfico 2.

**Gráfico 2: Participação dos estratos de população na desigualdade de rendimentos**



<sup>3</sup> Para melhor compreensão e aprofundamento no tema, ver mais detalhadamente a metodologia das decomposições, estática e dinâmica, bem como exercício prático em Ramos (2001), conforme sugeridos por Shorrocks (1980).

Fonte: IBGE – PNAD/1997 microdados.

Pelo índice T de Theil, a desigualdade brasileira é essencialmente conferida pelos extratos mais altos de renda, representados pelos 20% mais ricos que detêm aproximadamente 70% dessa proporção. Logicamente, no outro extremo temos 80% da população, cuja taxa de desigualdade específica se equivale à dos países de melhor referência no mundo. O gráfico permite afirmar que a desigualdade é tão acentuada que praticamente um quarto dela é determinado pelos 3% mais ricos do país.

Conseqüentemente, são os extratos de população detentores das grandes riquezas os maiores prejudicados pela adoção de políticas públicas que objetivem a redução das altas e estáveis taxas de desigualdade, proporcionando melhoria efetiva da pobreza e indigência, com justiça social.

Uma vez que o décimo mais rico responde por algo em torno de metade de toda a desigualdade nacional, Medeiros (2005) vai propor que uma das estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social mais eficiente passa, necessariamente, por estudar e entender mais sobre os ricos, uma vez que já sabemos muito sobre os pobres.

**Tabela 1: Evolução da desigualdade de rendimentos**

Ano	T de Theil	Gini
1981	0,55	0,53
1982	0,56	0,53
1983	0,60	0,55
1984	0,61	0,55
1985	0,63	0,56
1986	0,65	0,56
1987	0,61	0,55
1988	0,68	0,58
1989	0,76	0,60
1990	0,64	0,57
1992	0,58	0,52
1993	0,70	0,55
1995	0,62	0,54
1996	0,61	0,54
1997	0,61	0,53
1998	0,60	0,53
1999	0,58	0,52

Fonte: PNAD/IBGE de 1981 a 1999.

Utilizando a Tabela 1, como resultado parcial do exercício desenvolvido por Ramos (2001), que apresenta a evolução da desigualdade de rendimentos no Brasil, no período de 1981 a 1999, através dos dois indicadores muito difundidos na literatura, conhecidos como T de Theil e Gini, vislumbra-se mais facilmente a evolução da desigualdade de rendimentos.

A tão citada década perdida, anos 80, apresenta uma clara evolução da desigualdade nacional atingindo o seu ápice em 1989, quando o Gini registra a marca de 0,60 e o T a expressiva escala de 0,76 pontos. A segunda década em estudo aparenta iniciar com melhoria nos índices, contudo no ano de 1993 (Theil 0,70), o último antes do Plano Real, o indicador só é inferior ao máximo Theil acima mencionado.

A partir de 1995, posterior à estabilização da economia, percebem-se significativos progressos distributivos, associados a uma redução nos dois índices. De forma lenta, porém gradual, o século termina apresentando desigualdade de renda semelhante aos de 20 anos atrás, início da década de 80, final do conhecido e propalado milagre econômico de que nos fala Celso Furtado.

Buscando estabelecer a contribuição relativa das fontes identificáveis de dispersão de salários, para a evolução da desigualdade do período em estudo, Ramos e Vieira (2001) apresentam (tabela 2) o resultado da decomposição estática dos principais determinantes da desigualdade.

**Tabela 2: Principais determinantes da desigualdade (%)**

Variável	1981		1985		1989		1992		1995		1999	
	CB	CM										
Idade	7,9	10,0	8,3	9,2	7,0	9,9	6,7	9,3	7,5	8,3	7,8	8,8
Educação	30,7	29,0	29,9	26,9	25,9	23,6	27,3	22,6	31,3	23,5	33,0	23,9
Posição na Ocupação	15,7	7,0	18,2	8,1	17,4	10,8	15,6	8,5	19,2	9,2	18,2	8,9
Região Geográfica	2,6	3,1	2,0	3,0	2,3	5,2	3,2	5,8	3,4	4,4	3,3	4,5
Sector de Atividade	2,4	4,6	2,1	3,9	1,3	6,6	2,1	6,7	2,0	4,6	3,0	4,8
Gênero	6,9	6,5	6,3	6,5	4,9	5,9	4,2	6,0	4,3	5,8	2,9	5,5
Cor	-	-	-	-	6,9	2,9	7,1	2,5	7,6	2,1	8,1	2,3

*Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.*

Os resultados são apresentados na forma de contribuição bruta (CB) e contribuição marginal (CM), em percentuais e por ano. A primeira (CB), diz respeito à contribuição de uma variável tomada isoladamente em relação à parcela da desigualdade total, expressa pelo T de Theil. A segunda (CM) é entendida como incremento no poder de explicação da variável escolhida quando se adiciona esta ao modelo composto por todas as demais variáveis.

Claramente percebe-se que a variável educação domina<sup>4</sup> largamente as demais em todos os anos em estudo, seja como contribuição bruta ou marginal. A CB apresenta um ligeiro decaimento (30%) ao longo da década de 80, atingindo um percentual mínimo em 1989 (26%), período que se registra fraca oferta de mão-de-obra associada à escassez de emprego.

Em 1999, a CB da escolaridade da força de trabalho atinge seu ponto máximo (33%), representando um terço da explicação da contribuição da educação, no conjunto das desigualdades, na virada do milênio. Em termos de contribuição marginal ela se aproxima, em 1999 (24%), de um quarto da contribuição.

Portanto, em relação às fontes de dispersão salarial investigada, a heterogeneidade escolar dos trabalhadores apresenta grau de dominância absoluta, em relação às demais variáveis, no que se refere à desigualdade de rendimentos, em todos os anos em estudo.

Ramos (2001) apresenta, ainda, um estudo comparativo da contribuição bruta (CB) da educação brasileira, para a desigualdade de rendimentos, em relação aos países latino-americanos, como se vê na tabela 3.

A conclusão óbvia que se tira é que a contribuição da educação é alta em todos os países latinos em estudo, sendo menos expressiva na Argentina e Uruguai, cabendo ao Brasil, juntamente com a Colômbia, as maiores taxas de contribuição em ambos os estudos apresentados.

**Tabela 3: Contribuição bruta da educação para a desigualdade de rendimentos – uma comparação internacional (%)**

Pais	Autor	Período	Contribuição Bruta
América Latina	Allinor e Piñera (1982)	1966/74	17-38
Argentina	Fiszbein (1991)	1974/88	16-24
Brasil	Ramos e Trindade (1992)	1977/89	30-36
	Este Estudo	1981/99	26-33
Colômbia	Reyes (1988)	1976/86	29-35
	Moreno (1989)	1976/88	26-35
Costa Rica	Psacharopoulos <i>et alii</i> (1992)	1981/89	23-26
México	Acevedo (1999)	1988/97	20-32
Peru	Rodriguez (1991)	1970/84	21-34
Uruguai	Psacharopoulos <i>et alii</i> (1992)	1981/89	10-13
Venezuela	Psacharopoulos <i>et alii</i> (1992)	1981/89	23-26

Fonte: Elaboração de Ramos (2001).

O autor vai sintetizar muito bem que "a heterogeneidade dos trabalhadores, principalmente em termos de escolaridade, é aquela que se sobressai como o principal fator responsável pela desigualdade de rendimentos em todos os anos

<sup>4</sup> Estudos sobre teoria de dominância serão apresentados mais adiante.

analisados" (p. 8).

Passa-se agora ao deslinde do outro (L) indicador de Theil. Tomando como base a renda média, podemos definir o L de Theil como sendo a diferença entre o logaritmo natural da renda média e a média dos logaritmos naturais das rendas individuais. Como na teoria dos logaritmos a diferença tem equivalência com o quociente, podemos dizer que o L é igual ao quociente ou razão entre a renda média e a média geométrica das rendas individuais.

Uma propriedade extremamente importante desses índices de Theil, frisando o já dito anteriormente, se refere ao fato de serem decomponíveis, significando que podem ser apresentados ou expressos a partir de uma bipartição, quando se mostram na forma de dois componentes distintos. Um deles irá representar a desigualdade *entre* grupos previamente estabelecidos, o outro expressará, por sua vez, a desigualdade *intra* grupos relacionados, ou no interior desses.

A desigualdade entre grupos, caracterizada pelo primeiro termo de Theil, representa a medida do grau de concentração dos rendimentos ou salários, entre os grupos convenientemente fracionados. Esse componente do indicador não leva em consideração a desigualdade existente no interior da partição realizada. Similarmente, a desigualdade *intra* grupos, agora representada pelo segundo termo de Theil, despreza a desigualdade entre os grupos e a leva em consideração somente no interior destes.

Para efeito prático ou operacional no cálculo do índice L, demonstrações econométricas nos mostram que necessitaremos trabalhar na aferição salarial de apenas duas simples médias, a aritmética e a geométrica, para a obtenção de seus dois componentes de desigualdade: (a) a média aritmética dos rendimentos, (b) a média geométrica dos rendimentos e (c) a média geométrica da média aritmética dos rendimentos dos grupos.

Segundo Barros (2001), o componente entre grupos pode ser mais amplamente interpretado, levando-se em consideração o caráter decomponível dessa medida de desigualdade como (a) o grau de concentração da distribuição de rendimentos entre os grupos, (b) o grau de concentração da distribuição de salários entre indivíduos, resultado de um processo onde são "equalizadas" as diferenças salariais entre os componentes de cada grupo e (c) como a diminuição no grau de concentração da distribuição de rendimentos entre indivíduos, quando são "equalizadas" as diferenças salariais entre os grupos.

Em função da interpretação (c), que é exclusiva dos índices decomponíveis, temos a definição de um coeficiente, conhecido como "delta", que é compreendido como sendo a diminuição relativa do grau de concentração associado à eliminação da desigualdade entre grupos. Descendo a águas mais profundas da econometria pode-se dizer que a contribuição estática da educação em relação à desigualdade de renda tem como balizador o mencionado "delta".

Ferreira (2000) apresenta, na tabela 4, resultado desenvolvido no ano anterior com Litchfield, da decomposição da desigualdade de renda familiar per capita relativa aos anos de 1981, 1985 e 1990. Nas três medidas diferentes de desigualdade em cada ano, os indicadores E(0) e E(1) e E(2) representam respectivamente o L de Theil e o T de Theil, ficando o último E(2) como um indicador que reflete a metade do quadrado de variação.

**Tabela 4: Resultados de uma decomposição estática de três medidas de desigualdade**

	1981 $R_s$			1985 $R_e$			1990 $R_s$		
	E(0)	E(1)	E(2)	E(0)	E(1)	E(2)	E(0)	E(1)	E(2)
Idade	0.01	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Educação	0.37	0.42	0.30	0.39	0.42	0.26	0.37	0.40	0.21
Região	0.12	0.10	0.04	0.10	0.08	0.03	0.10	0.08	0.03
Urbano/rural	0.17	0.13	0.05	0.14	0.11	0.04	0.10	0.11	0.03
Gênero	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Raça							0.13	0.11	0.04
Todos (excluindo raça)	0.51	0.52	0.36	0.51	0.50	0.30	0.50	0.49	0.25
Todos (incluindo raça)							0.52	0.51	0.26

Fonte: Ferreira e Litchfield (1999).  $R_s = I_s (P)/L$ . Cada decomposição é independente e não controlada pelos outros fatores.

Em uma decomposição semelhante, desenvolvida por Fishlow, utilizando período e base de dados diferentes, chegou-se também a conclusão de que o fator de maior importância para explicar a desigualdade de renda é o nível de escolaridade do chefe de família.

As decomposições de Theil sofrem, no entanto, de um fator indesejável uma vez que se baseiam em derivadas totais e não parciais. Conceitualmente significa que a contribuição daquele fator, no caso em comentário a educação, sofre uma diferenciação em relação a renda sem levar em conta os demais fatores envolvidos.

Na verdade o que se deseja conhecer é a contribuição do fator em análise no conjunto dos seus pares, uma vez que esse é o modelo real. Na busca de superar essa deficiência, Ferreira (2000) mostra, na tabela 5, os resultados de trabalhos que construíram uma decomposição parcial da renda, elaborados por Barros e Mendonça, em relação às demais características conhecidas, responsáveis pelas desigualdades na distribuição da renda.

Essa decomposição se faz da renda em relação a cada um dos fatores a ela atribuídos, mantendo os demais como constantes, cuja derivada é zero. Os resultados devem ser analisados com cautela, segundo os autores, uma vez que

indicam ordens de magnitude.

**Tabela 5: Decomposição parcial da desigualdade de renda no Brasil (%)**

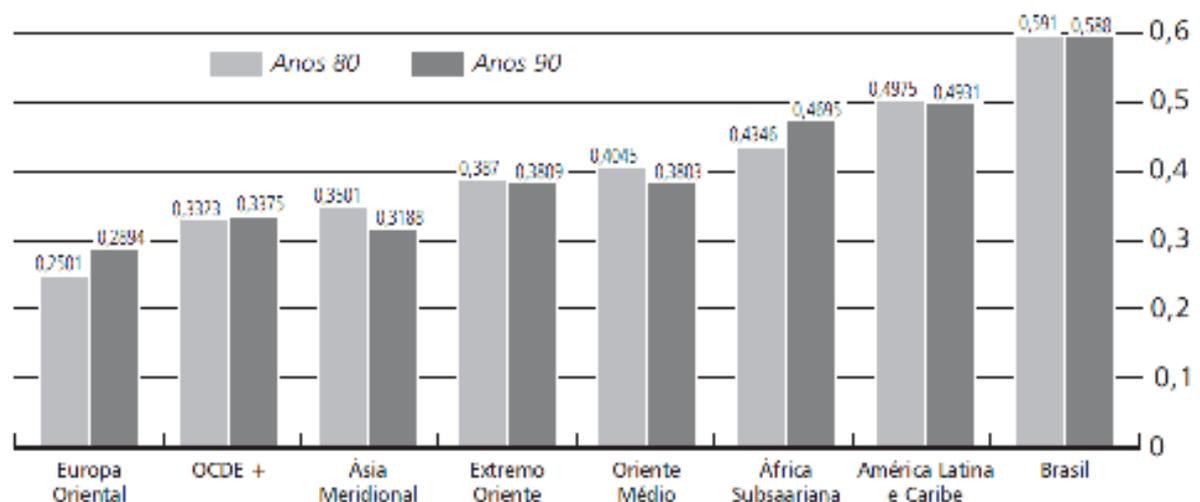
FATOR	CONTRIBUIÇÃO PARA A DESIGUALDADE TOTAL
Segmentação setorial	5 a 15
Segmentação formal (cc) e informal (sc)	7
Segmentação regional	2 a 5
Discriminação por gênero	5
Discriminação por raça	2
Projeção da experiência	5
Projeção da educação	30 a 50

Fonte: Barros e Mendonça (1996).

O trabalho constitui um avanço, conforme Ferreira (2000), deixando claro que em uma divisão da sociedade em grupos com níveis distintos de escolaridade, “a educação é responsável por algo entre um terço e metade da desigualdade total” (p. 142), confirmando o seu protagonismo em relação a todos os demais fatores ou características observáveis.

### 1.3 Evolução da pobreza e seu contexto internacional

**Gráfico 3: O Brasil no contexto internacional da desigualdade: anos 80 e 90**

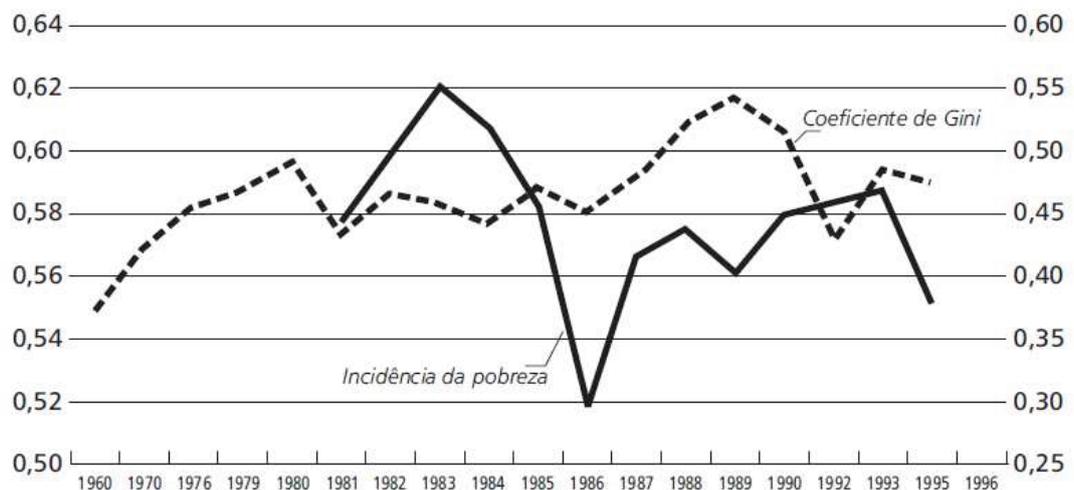


Notas: Os coeficientes de Gini (exceto o brasileiro) vêm de Deininger e Squire (1996). As médias regionais são simples, incluem distribuições de renda e consumo, e a composição varia entre as décadas. O Gini brasileiro dos anos 80 é a média simples de Ferreira e Litchfield (1999), que excluem os anos de 1980 e 1982. Para a década de 90, incluem-se os anos de 1990, 1992, 1994, 1995 e 1996, sendo o último procedente de Ferreira, Lanjouw e Neri (1999) e os anteriores de Ferreira e Litchfield (1999).

Nas duas últimas décadas do século passado, como mostra o gráfico 3, compilado de várias fontes e apresentado em Ferreira (2000), o Gini médio (0,59) relativo à distribuição da renda familiar per capita, indica destaque internacional para o Brasil como uma das sociedades mais desiguais do planeta. A média do Gini africano fica em torno de 0,43 a 0,47 e da América Latina entre 0,49 e 0,50. Já no clube dos países ricos (OCDE) o mesmo índice médio não ultrapassa 0,34.

Mesmo que não se encontre unanimidade nas explicações, o que se vê de forma clara, no gráfico 4, é que a desigualdade aumentou no país nas décadas de 60 e 70, crescendo acentuadamente na chamada “década perdida” de 80, com pico no Gini de aproximadamente 0.62.

**Gráfico 4: Evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil desde os anos 60**



Notas: Os coeficientes de Gini (eixo esquerdo) são das seguintes fontes: 1960 [Fishlow (1972, Censo)]; 1970 [Langoni (1973, Censo)]; 1976 [Bonelli e Sedlacek (1989)]; 1979/82 [Hoffman (1989)]; e 1983-1995 [Ferreira e Litchfield (1999)]. Os índices de pobreza (eixo direito) são dessa última fonte.

A pobreza também se apresenta oscilando entre os altíssimos percentuais de 40 a 55 pontos, a exceção de uma queda momentânea ocorrida em 1986, sem nenhuma sustentação, melhor caracterizada como um “espasmo” decorrente do plano cruzado.

### 1.3.1 Considerações a respeito da denominada *linha de pobreza*

A pobreza quase sempre é uma idéia que as pessoas associam a baixos rendimentos e condições de vida inadequada. O "adequado" logicamente está em estreita relação com o lugar ou o país, segundo Hoffmann (2000), tornando o conceito de pobreza relativo já na partida da conceituação. Na definição de "ser pobre" dependemos de uma comparação na situação de "pobres" e "ricos", logo o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica.

Salama (2008) mostra, de forma clara, a distinção entre pobreza absoluta e relativa, ocorrendo o primeiro caso "quando a pessoa não dispõe de recursos

monetários em quantidade suficiente para se reproduzir" e o segundo caso "quando a pessoa dispõe de rendimentos monetários abaixo de 50% do rendimento mediano" (p.2). O segundo caso é mais restrito a países desenvolvidos, e o primeiro não depende diretamente do nível de renda dos ricos.

As definições conduzem, naturalmente, a enfoques distintos de políticas públicas, reservando à pobreza absoluta a possibilidade de sua erradicação, diferentemente da pobreza relativa, cuja perspectiva caminha na direção de uma possível e significativa redução. Neste contexto, o governo brasileiro adotou em 2002 os ODM em relação à redução da pobreza extrema, com metas a serem alcançadas até o ano de 2015.

Segundo o Banco Mundial<sup>5</sup>, a pobreza passou de 69,9% na China em 1990 à 28,6% em 2005 e a pobreza extrema (também chamada de indigência) diminuiu de 31,5% à 8,9% nesse mesmo período. Na Coreia do Sul, tanto a pobreza como a indigência é não significativa e inferior a 0,5%, na Tailândia no mesmo período a indigência passou de 12,5% da população à 1,7% (WORLD BANK, 2006, p. 36).

A proporção de pobres em uma população é uma medida de pobreza simples e bastante utilizada. Maior sofisticação é considerar a intensidade da pobreza, daí o termo *insuficiência de renda* de cada pobre, caracterizado pela distância entre a linha de seu rendimento e a *linha de pobreza*. A razão entre a insuficiência de renda de uma população e o valor máximo da insuficiência de renda desta denomina-se *índice de insuficiência de renda*, considerada medida apropriada de pobreza.

A determinação da *linha da pobreza* é uma questão difícil e polêmica, abordada em vários trabalhos de Sônia Rocha. Um erro corrente comum no Brasil é comparar as medidas de pobreza calculadas em diferentes períodos usando o salário mínimo (SM) corrente como linha de pobreza. O resultado que pode acontecer é apenas de mudança no SM e não no grau de pobreza absoluta da população.

Determinar a *linha de pobreza* com base, essencialmente, no custo dos alimentos leva a subestimar a pobreza rural em comparação com a urbana. Ressalte-se também que a linha de pobreza pode ser feita mediante suas manifestações ou consequências, como as condições inadequadas de habitação, mortalidade infantil e desnutrição entre outras.

Hoffmann (2000) considera, dentre as discussões anteriores, que a maneira mais adequada para a análise da pobreza é certamente a distribuição do rendimento

---

<sup>5</sup> O indicador de pobreza sob a ótica do Banco Mundial (BIRD), segundo Salama (2008), considera que são indigentes os indivíduos que recebem menos de 1 dólar por dia, calculado a partir de uma taxa de câmbio particular, chamada de paridade de poder de compra (PPC). Aqueles que recebem menos de 2 dólares por dia, em termos de PPC, são classificados como pobres.

familiar per capita. A tabela 6 mostra que o NE, com uma representação de 29% da população brasileira analisada, detém mais da metade de toda a população pobre do país, com aproximadamente 57% da *insuficiência de renda*.

Para o ano de 1997, segundo o autor, esse indicador de insuficiência do país é de 3,6%, significando que bastaria redistribuir pouco menos de 4% de toda a renda nacional para que a população como um todo tivesse rendimento de pelo menos o estipulado na *linha de pobreza* ora estabelecido de 60 reais.

Diante do exposto, uma consideração interessante destacada por ele se refere ao fato de que, hipoteticamente, não se levando em conta os custos de transferência, seria possível eliminar a pobreza com a transferência de 6,6% da renda dos 10% mais ricos entre os mais pobres. Simulação que mostra parecer fácil, do ponto de vista contábil, a eliminação da pobreza.

**Tabela 6: Número de pobres e insuficiência de renda no Brasil, conforme rendimento familiar *per capita*, adotando linha de pobreza de 60 reais**

REGIÃO	POPULAÇÃO		POBRES		RENDA TOTAL		INSUFICIÊNCIA DE RENDA	
	Nº (10 <sup>3</sup> )	%	Nº (10 <sup>3</sup> )	%	R\$ 10 <sup>6</sup>	%	R\$ 10 <sup>6</sup>	%
Norte <sup>a</sup>	7.493	4,9	2.711	6,3	1.352	3,6	71	6,0
Nordeste	44.095	29,0	23.013	53,2	5.651	15,2	665	56,7
MG + ES + RJ	32.723	21,5	7.305	16,9	8.580	23,1	177	15,1
SP	33.894	22,3	3.351	7,7	12.418	33,5	97	8,3
Sul	23.437	15,4	4.470	10,3	6.292	17,0	106	9,0
Centro-Oeste	10.629	7,0	2.401	5,6	2.814	7,6	57	4,9
Total	152.270	100,0	43.250	100,0	37.107	100,0	1.174	100,0

Fonte: PNAD de 1997.

<sup>a</sup> Excluída área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Para enriquecer um pouco mais o estudo do tema, Barros (2001) entende que para se empreender uma abordagem conceitual de pobreza, necessário se faz estabelecer uma medida das condições de vida em sociedade de seus indivíduos. Essa medida, assim concebida, é denominada *linha de pobreza*. Ela é o parâmetro que permite considerar como pobre, naquela sociedade, todos aqueles que apresentarem renda inferior aos patamares definidos.

O autor adota (Tabela 7) uma dimensão particular e simplificadora da pobreza, se baseando na insuficiência de renda associada ao necessário para a satisfação das necessidades básicas individuais ou familiares. Nesses termos, a *linha de pobreza* é endogenamente construída considerando o poder aquisitivo de uma cesta básica, regionalmente definida, que contemple as necessidades de

consumo calórico básico de um indivíduo. Somam-se a esses, considerados gastos com alimentação, ainda os gastos com vestuário, habitação e transportes. Destes gastos totais, quando se considera apenas aqueles com alimentação, temos caracterizada a *linha da indigência*.

**Tabela 7: Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil<sup>a</sup>**

Ano	Indigência			Pobreza		
	Percentual de Indigentes	Hiato Médio da Renda	Número de Indigentes (Em Milhões)	Percentual de Pobres	Hiato Médio da Renda	Número de Pobres (Em Milhões)
1977	17,0	6,1	17,4	39,6	17,2	40,7
1978	21,8	10,2	23,2	42,6	21,0	45,2
1979	23,9	11,6	26,0	38,8	16,9	42,0
1981	18,8	7,2	22,1	43,2	19,5	50,7
1982	19,4	7,4	23,4	43,2	19,8	52,0
1983	25,0	9,8	30,7	51,1	24,5	62,8
1984	23,6	8,8	29,8	50,5	23,5	63,6
1985	19,3	7,1	25,1	43,6	19,7	56,9
1986	9,8	3,4	13,1	28,2	11,3	37,6
1987	18,5	7,2	25,1	40,9	18,7	55,4
1988	22,1	9,1	30,6	45,3	21,8	62,6
1989	20,7	8,5	29,3	42,9	20,6	60,7
1990	21,4	8,8	30,8	43,8	21,1	63,2
1992	19,3	8,6	27,1	40,8	19,7	57,3
1993	19,5	8,5	27,8	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6,0	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15,0	6,6	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	14,1	6,0	21,7	32,8	14,7	50,3
1999	14,5	6,1	22,6	34,1	15,4	53,1

Fonte: PNADs de 1977 a 1999.

<sup>a</sup> As linhas de indigência e pobreza utilizadas foram as da região metropolitana de São Paulo.

Observa-se que a pobreza é representada por 33,9% da população e a indigência por 14,8% desta, quando se toma como base o ano de 1997, conforme tabela. O que equivale dizer que mais de um terço da população, representada por 51.5 milhões de brasileiros, é classificado como pobre por viver em família com renda inferior à linha da pobreza. Consequentemente, o número de indigentes ultrapassa a marca dos 22 milhões de brasileiros.

### 1.3.2 Planos macroeconômicos e escassez comparativa de recursos

Os dados acima mostram que os percentuais de pobres sofrem apenas ligeira oscilação ao longo de quase duas décadas (1977 a 1993), ficando entre o mínimo de 38,8% (1979) e o máximo de 51,5% (1983), descartando a contração pontual que se localiza no ano de 1986, provocada pela implementação do Plano Cruzado, demonstrando o que Barros (2001) denomina de "estabilidade inaceitável" da

desigualdade.

Na análise, percebe-se também o início de uma inflexão em meados da década de 90, com tendência a ligeira redução dos índices de pobres e indigentes a partir dos últimos 5 anos da série. Pode-se aferir a existência de um novo patamar (34%) de pobreza, a partir da implantação do Plano Real (1994), equivalente a aproximadamente 15% menos que o índice médio mantido estabilizado ao longo dos anos anteriores (40%).

Em relação à indigência, esse novo patamar se situa em torno de 25%, considerando-se os anos de 1993 (19,5%) e 1995 (14,6%), se estabilizando em torno desse índice até o final da série em 1999 (14,5%). O que equivale a uma redução no número de indigentes superior a seis milhões de brasileiros.

Para analisar a escassez de recursos como um dos determinantes da pobreza, a partir do prisma da insuficiência de renda, Barros (2001) se fundamenta em três critérios: no cenário comparativo internacional, na estrutura da renda média nacional e no padrão de consumo médio da família brasileira.

Ele conclui, após exaustiva análise, e demonstra que a pobreza brasileira não pode ser associada prioritariamente à escassez de recursos, absoluta ou relativa. Sintetiza no fato de que o Brasil não pode ser considerado um país pobre, apesar do enorme contingente de pobres, e essa pobreza não reside na escassez de recursos, mas na desigualdade da sua distribuição.

O autor mostra que o comparativo internacional situa o Brasil, a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, como um dos países localizados entre o terço mais rico dos países do mundo, em relação à renda *per capita*. Ficando, nesse conceito, acima de 64% dos demais países, o que coloca a população brasileira com uma renda *per capita* superior a de 77% da população mundial.

Através da construção de uma tabela em que associa estimativas da evolução do PIB e da renda familiar per capita, como múltiplos da linha da indigência e da pobreza, Barros (2001) apresenta proposta de um exercício hipotético que estima o volume de recursos necessários à erradicação dos pobres e indigentes no país. Desconsiderando os custos de administração e outros inerentes a qualquer programa, seria necessário transferir anualmente o equivalente a 2% da renda das famílias (R\$ 6 bilhões) para a erradicação da indigência, e o equivalente a 7% (R\$ 33 bilhões), nos mesmos termos, para retirar da pobreza toda população excluída<sup>6</sup>.

Em mais uma evidência do peso da distribuição de renda, Barros (2001) propõe também uma simulação na intensidade com que a redução no grau de

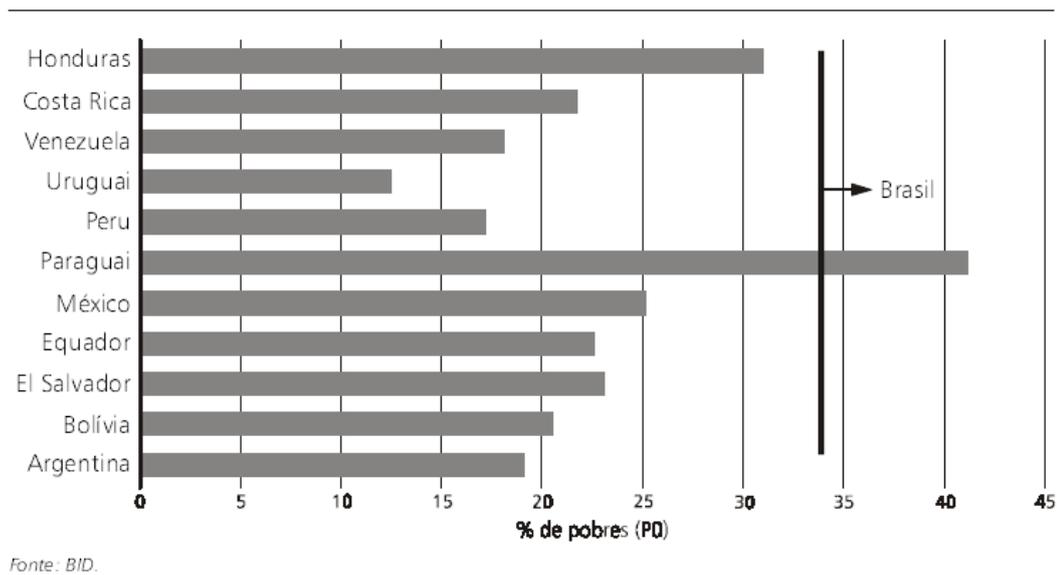
---

<sup>6</sup> Ver tabela e demais considerações com maior profundidade em Barros (2001, p.7- 9).

desigualdade afeta a intensidade da pobreza, mantendo constante a renda média brasileira e reduzindo o seu grau de concentração, com o propósito de eliminar o hiato de desigualdade entre países.

No gráfico 5, tomando como referência o Uruguai, detentor do melhor desempenho no Gini Sul Americano (0,40), e reduzindo o grau de desigualdade brasileiro de modo a tornar-se idêntico ao do vizinho, a percentagem de pobres no Brasil teria redução em 20 pontos.

**Gráfico 5: Percentagem de pobres no Brasil com renda média mantida constante e a desigualdade de renda igual à verificada em cada um dos países**



### 1.3.3 Metáfora da Parada de Pen para o Brasil

Para descrever a distribuição de renda na Inglaterra, Pen (1971) imaginou uma parada de pessoas ordenadas conforme valores crescentes de suas rendas, admitindo-se que num passe de mágica as pessoas adquirissem a altura proporcional a essa renda, de tal forma que a pessoa com altura média correspondesse à pessoa com renda média.

Se imaginarmos esse desfile na Avenida Marquês de Sapucaí, representando a distribuição de renda da PEA brasileira em 1997, com uma apresentação do mais pobre ao mais rico, teríamos como alegoria a nossa *Sapucaí de Pen*, elaborado por Medeiros (2005).

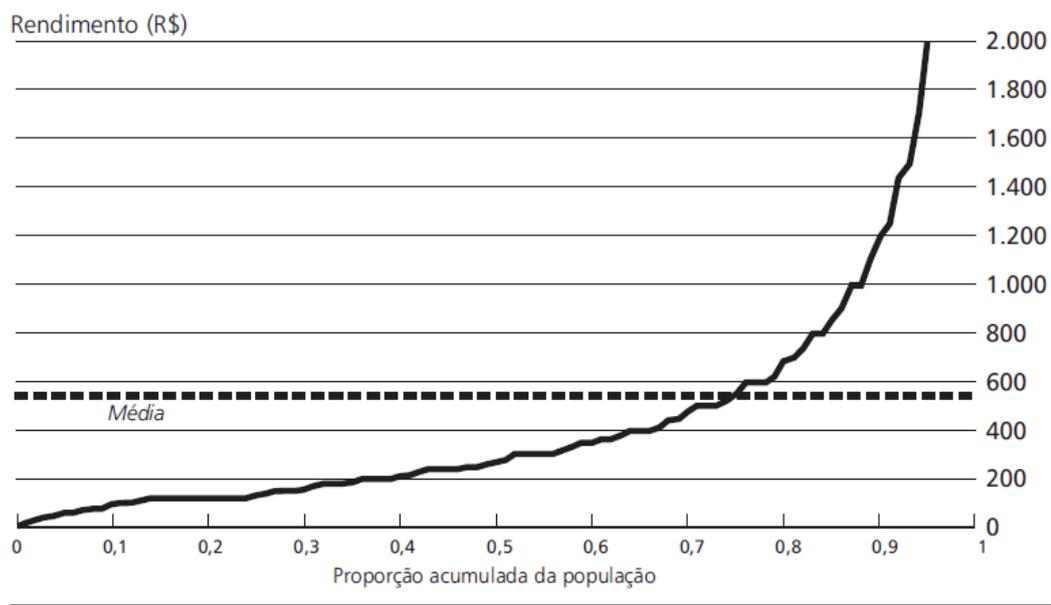
Com o auxílio do gráfico 6, elaborado por Hoffmann (2000), e admitindo um desfile de 100 minutos, conforme proposto por Pen, veríamos que ao final dos 10 primeiros minutos estaria passando uma pessoa com altura incrivelmente baixa (95/545), representando 17% da altura média.

Aos 25 minutos ainda estariam passando pessoas com altura inferior a 1/4 da média, e no meio do desfile, após 50 minutos, estariam passando anões iguais à

metade da média. Somente quando já tivesse passado três quartos do desfile é que se veriam pessoas com altura média, pois o terceiro quartil é semelhante à renda média.

Nos últimos 10 minutos passariam gigantes cada vez mais altos. A pessoa correspondente ao nono décimo teria altura igual a 2.2 vezes a média. No início do último minuto teríamos uma pessoa com a altura maior do que oito vezes a altura média. De acordo com os dados da PNAD, a parada terminaria com uma pessoa cuja altura seria quase 200 vezes a média.

**Gráfico 6: Curva dos quantis no Brasil para rendimento mensal das pessoas economicamente ativas (1997)**



Fonte: IBGE/PNAD - 1997

Devido a essa forte assimetria na distribuição de renda, quem assistisse a "Sapucaí de Pen" veria durante a maior parte do tempo a passagem de anões. Daí a afirmação de Pen de que essa é uma parada de anões e apenas alguns gigantes, uma vez que apenas os 10% da PEA brasileira apropriava-se de quase metade de toda a renda, ficando para os 5% mais ricos mais de 2/3 desta.

É essa Sapucaí da desigualdade social que leva Medeiros (2005) a corrigir o termo de que a sociedade brasileira é extremamente desigual, ao afirmar que ela é "segmentada entre uma grande massa relativamente homogênea em torno da pobreza, e uma pequena, porém muito rica elite" (p.13).

#### 1.3.4 Estratégias para a erradicação da pobreza

Para Medeiros (2005), o fator determinante para a definição da pobreza está intrinsecamente relacionado ao volume e a distribuição dos recursos existentes. Da mesma forma que medidas visando o seu combate passam, necessariamente, pelo

(a) controle populacional, pela (b) elevação dos recursos e pela sua (c) forma de distribuição. São esses os eixos distintos a serem seguidos quando se pretende definir estratégias para a erradicação da fome e da pobreza.

#### 1.3.4.1 Controle populacional e “crescimento do bolo”

O Brasil detinha altas taxas de fecundidade, até a década de 60, que a partir daí sofreram fortes quedas chegando a patamares relativamente baixos de 2.2 filhos por mulher (2004), considerados os menores da América Latina. Conforme Medeiros (2005), nível 20% menor que esse já é considerado insuficiente na compensação da mortalidade, conforme prescrição de alguns povos europeus, ficando abaixo da taxa de reposição de estoque.

Adotando como linha de pobreza (1999) o valor de R\$ 80,97 per capita, significando uma população de 51 milhões de pobres (33%), o autor mostra (tabela 8) a relação entre pobreza e controle de fecundidade para o Brasil.

Os dados indicam que não é o número elevado de filhos que determina os níveis de pobreza. A simulação mostra como seria a taxa e a população de pobres, se nos últimos anos (5, 10 ou 15) as famílias brasileiras controlassem o número de filhos (não tivessem nenhum, apenas 1, 2, 3 ou 4 filhos). Ou seja: se nenhuma família brasileira tivesse mais que 3 filhos com até 10 anos de idade, a população de pobres seria a mesma e a taxa aumentaria em 1 ponto percentual.

**Tabela 8: Proporção de pobres após restrição do número de filhos**  
em milhões de pessoas

Idade da Restrição	Número máximo de filhos no domicílio sob restrição				
	Nenhum	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos
	Pobres %	Pobres %	Pobres %	Pobres %	Pobres %
15 anos	30,1 27%	40,2 34%	47,4 36%	50,2 35%	50,9 34%
10 anos	38,1 30%	45,7 35%	49,8 35%	51,0 34%	51,1 34%
5 anos	44,9 32%	49,6 34%	51,0 34%	51,2 34%	51,2 33%

Fonte: IBGE - PNAD/99, microdados para uma linha de pobreza para setembro 99, de R\$ 80,97.

Para um controle mais rígido, e nenhuma família tivesse mais que um filho com até 15 anos de idade, teríamos uma ligeira redução no número de pobres, mais como consequência da diminuição da população como um todo, uma vez que a taxa de pobres, curiosamente, se elevaria para 34%.

Em um cenário constituído da mais rigorosa política de controle da natalidade, aquele em que todas as famílias brasileiras assumissem uma restrição de não terem nenhum filho, pelo período de 15 anos, ainda assim teríamos mais de 30 milhões de pobres, ficando a taxa de pobreza com apenas alguns pontos percentuais abaixo (27%) da apresentada. Isto mostra que o caminho neomalthusiano apresenta poucos resultados com vistas à implantação de uma sociedade mais justa.

Em outra vertente tem-se o conceito teórico amplamente conhecido de "aumentar o bolo" e assim alimentar mais e melhor o grande contingente dos necessitados. À medida que a economia cresce, a disponibilidade de recursos torna-se maior proporcionando que esse alargamento da riqueza, um dia irá atender melhor às necessidades dos excluídos.

**Tabela 9: Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre proporção de pobres na população no Brasil**

	<b>Crescimento anual</b>			
	<b>Padrão 1982- 2002</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>
<b>Anos</b>				
<b>0</b>	33%	33%	33%	33%
<b>5</b>	26%	30%	26%	23%
<b>10</b>	26%	26%	21%	16%
<b>15</b>	22%	23%	16%	11%
<b>20</b>	20%	21%	12%	7%
<b>Crescimento em 20 anos</b>	<b>51%</b>	<b>49%</b>	<b>119%</b>	<b>221%</b>

Fonte: Rendimentos - IBGE PNAD 1997 a 1999, microdados.

Na tentativa de analisar as possibilidades de que um crescimento proporcionalmente distribuído possa, com o tempo, aliviar a pobreza, Medeiros (2005) reproduz taxas, ao longo de 20 anos, e mostra essa relação na construção da tabela 9.

Reproduzindo as taxas de crescimento das últimas duas décadas, o Brasil teria nos próximos 20 anos, uma proporção de 21% de pobres na população, considerando o desenvolvimento *proporcionalmente* distribuído entre os brasileiros. Dobrando essas taxas demoraríamos 15 anos para reduzir pela metade, com um crescimento distribuído de forma proporcional, as taxas nacionais de pobreza.

Diante da dificuldade, a via igualitarista já preconizada na década de 80, por Celso Furtado, sinaliza como caminho prioritário para a redução das desigualdades e a diminuição da pobreza e indigência no país. O autor mostra que a redução da desigualdade brasileira aos níveis da Costa Rica "corresponderia a uma década de crescimento contínuo na renda per capita a uma taxa de 5% ao ano" (p.7).

#### 1.3.4.2 Desafio das políticas redistributivas

Na esteira dessas argumentações, Barros (2001) afirma que políticas voltadas para o crescimento econômico são menos eficientes que políticas redistributivas de renda, quando o foco é a redução da pobreza, uma vez que ele é lento em resultados no que se refere a reduzir seus patamares.

Em outra direção, políticas voltadas para uma melhor distribuição ou que enfoquem a desigualdade de renda são mais sensíveis às oscilações na redução dos índices de pobreza. Exemplifica simulando a implementação de políticas que alterassem a desigualdade no país a patamares semelhante ao México, condicionado à inexistência de crescimento econômico, quando nos depararíamos com uma redução na proporção de pobres de 34% para 25%.

Se a ousadia fosse maior e se buscasse uma redução de desigualdade nos níveis da Costa Rica, nos mesmos termos anteriormente apresentados, ter-se-ia uma redução de 12,5% nos indicadores da pobreza brasileira. A mesma redução, pela via do crescimento econômico, implicaria uma elevação na renda per capita de 50%, o que demandaria um crescimento durante uma década a taxas anuais de 4% (Barros, 2001).

É certo que, por muito tempo, não foram poucos os economistas a defenderem a tese de que a desigualdade não é um mal em si mesmo, mas sim a pobreza, cuja forma de combatê-la ou reduzi-la é por meio de altas taxas de crescimento econômico. Crescer o bolo e então dividi-lo foi a máxima da época, proferida memoravelmente pelo então ministro Delfin Neto. Esse foi o debate acadêmico, à época, em torno da natureza da relação entre crescimento e desigualdade.

Ainda no final da década de 90, não são poucos os autores a demonstrar que a partir de mercados imperfeitos de capital, a desigualdade reduz o crescimento, estabelecendo-se uma relação causal negativa, ou seja: a desigualdade de oportunidade se transforma em causa de ineficiência econômica.

Outro argumento teórico nessa relação entre igualdade e crescimento se refere à nova economia política. Na adoção de políticas públicas, conforme referências do autor, o que se percebe é que o processo de tomada de decisão perde eficiência na razão direta de uma sociedade cada vez mais desigual.

A falta de equidade social, como raiz da existência dos conflitos na sociedade, quer manifestos em forma de violência às pessoas ou à propriedade, implica necessariamente em aumento dos custos econômicos, com conseqüente perda de eficiência na alocação de recursos (FERREIRA, 2000).

É a confirmação de que o alto índice de desigualdade é extremamente negativo para o desenvolvimento de uma sociedade. Ela não se constitui em um mero fetiche acadêmico, sem nexos com a eficiência econômica, com o desenvolvimento e a redução nas altas taxas da pobreza.

#### 1.4 Cenário da desigualdade no limiar do século

O limiar do século apresenta, para o restante do mundo, um Brasil com desigualdade de renda surpreendente, não somente em intensidade, sobretudo

apoiado em uma estabilidade aparentemente inabalável. As duas últimas décadas do século passado mostram uma desigualdade extrema, que resiste inerte a todas as mudanças estruturais e conjunturais ocorridas.

É semelhante a um rio que não abandona seu leito. Enfrenta, durante décadas, crises econômicas e políticas, nacionais e internacionais, perpassa regimes militares ou democráticos e sai incólume, do outro lado, como se nada tivesse acontecido. A desigualdade na distribuição de renda é a origem da pobreza no Brasil. Ela coloca milhões de pobres e indigentes à margem da cidadania, dissemina injustiça social e clama por políticas públicas eficientes, voltadas para uma maior equidade.

Uma vez que a escassez de recursos não se sustenta como fato determinante na configuração do quadro de pobreza do país, resta a verificação do papel da desigualdade na distribuição de renda, encarada por muitos como natural pela sua persistência histórica.

#### 1.4.1 Comparativo internacional da distribuição de renda

Para traduzir a dimensão de equidade em termos econômicos, Barros (2001) utiliza o coeficiente Gini e o índice T de Theil, complementado pelas proporções de renda internacionalmente utilizadas, 20/20 e 10/40, que refletem o rendimento dos segmentos extremos de renda, com dados PNAD de 1999. A justiça ou injustiça social, aqui refletida, será tanto mais expressiva quanto menor ou maior for, respectivamente, o valor da renda média dos mais ricos em relação à renda média dos mais pobres.

Em uma comparação internacional a partir de um conjunto de países com dados Gini disponíveis, o autor revela que apenas África do Sul e Malawi apresenta índice superior ao brasileiro (0,60). Ou seja: o país se consagra na 89ª pior posição, nesse índice, em um grupo de 92 países.

Com base no indicador da proporção entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (10/40), o Brasil se apresenta como campeão isolado entre os 50 países em estudo, chegando a um indicador que mostra a renda média dos 10% mais ricos apresenta-se 30 vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres, quase o dobro da Colômbia e do México, ficando a Argentina com apenas um terço desta nossa razão.

Já na relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (20/20), o Brasil novamente vem confirmar o quadro anterior encabeçando o grupo com o extremo valor que supera os 30 pontos. Além dele, temos apenas quatro países que superam os 20 pontos, dentre eles Panamá, Guiné Bissau e Guatemala, ficando todos os restantes abaixo dessa marca.

São irrefutáveis as disparidades apresentadas pelo país, no contexto

internacional, em relação ao seu monumental grau de desigualdade de renda, donde deriva a indagação dominante do por que de sua pobreza ser tão maior que a de países com PIB per capita semelhante.

**Tabela 10: Razão entre as frações de renda 10% mais ricos e 40% mais pobres**

Países de Baixa Renda <sup>a</sup>		Países de Renda Elevada <sup>a</sup>		Países Latino-Americanos <sup>b</sup>	
China	1.6	Austrália	1.7	Argentina	2.8
Egito	1.3	Bélgica	1.0	Bolívia	3.6
Índia	1.4	Canadá	1.4	Brasil	5.6
Costa do Marfim	1.6	França	2.1	Chile	4.4
Quênia	4.7	Alemanha	1.3	Costa Rica	2.5
Madagascar	2.2	Itália	1.4	Equador	4.9
Nigéria	2.4	Japão	1.0	El Salvador	3.5
Paquistão	1.2	Nova Zelândia	1.8	México	4.4
Sri Lanka	1.1	Espanha	1.0	Panamá	4.9
Tanzânia	1.7	Suécia	1.0	Paraguai	5.7
Uganda	2.0	Suíça	1.8	Peru	2.6
Vietnã	1.5	Grã-Bretanha	1.9	Uruguai	2.2
Zimbábue	4.6	Estados Unidos	1.6	Venezuela	2.7

Fontes: <sup>a</sup>World Development Report (1996) e <sup>b</sup>IDB (1998).

**Tabela 11: Evolução temporal dos indicadores de desigualdade de renda**

Ano	Coefficiente de Gini	Índice de Theil	Razão entre a Renda Média dos 20% mais Ricos e a dos 20% mais Pobres	Razão entre a Renda Média dos 10% mais Ricos e a dos 40% mais Pobres
1977	0,62	0,91	27,5	26,8
1978	0,60	0,74	31,3	25,0
1979	0,60	0,74	32,9	25,2
1981	0,59	0,69	24,0	21,8
1982	0,59	0,71	25,6	23,0
1983	0,60	0,73	25,7	23,5
1984	0,59	0,71	23,6	22,4
1985	0,60	0,76	25,5	23,6
1986	0,59	0,72	24,0	22,1
1987	0,60	0,75	27,6	24,4
1988	0,62	0,78	30,9	27,2
1989	0,64	0,89	34,3	30,4
1990	0,62	0,78	31,2	26,9
1992	0,58	0,70	26,7	21,8
1993	0,60	0,77	28,8	24,5
1995	0,60	0,73	28,0	24,1
1996	0,60	0,73	29,8	24,6
1997	0,60	0,74	29,2	24,5
1998	0,60	0,74	28,6	24,2
1999	0,60	0,72	27,2	23,3

Fonte: PNADs de vários anos.

Nota: Os índices de Gini e Theil medem o grau de desigualdade na distribuição de renda. A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda domiciliar per capita.

Ramos e Vieira (2001) mostram a desigualdade de renda brasileira, na tabela 10, a partir de um indicador entre as proporções dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres. Segundo dados para o ano de 1998, o país é detentor nesse critério da mais alta relação, juntamente com o Paraguai, expressando exatamente o dobro da desigualdade da Argentina, e mais de duas vezes e meia a do Uruguai, melhor colocado no grupo dos latino-americanos.

Em relação aos países de renda elevada, o Brasil apresenta-se 5.6 vezes mais desigual que a Bélgica, o Japão, a Espanha e a Suíça, detentores dos melhores indicadores nesse grupo. Nota-se também que nenhum dos países, classificados como de baixa renda, possui índices semelhantes aos do Brasil, destacando o Quênia e Zimbábue como os mais próximos.

Para um conjunto maior de indicadores, conforme tabela 11, elaborada por Barros (2001), verificam-se os índices Gini (0,60), T (0,74), renda média 20/20 (29,2) e renda média 10/40 (24,5), para o ano de 1997.

Pode-se observar que o Coeficiente de Gini permanece praticamente estável, oscilando entre 0,58 e 0,64 no período de 22 anos. No final da década perdida, na denominação de vários economistas e auge da instabilidade macroeconômica, o ano de 1989 apresenta os pontos máximos de todos os indicadores mencionados, elevando especialmente o índice T de Theil a 0,89.

**Tabela 12: Evolução temporal da desigualdade de renda**

Ano	Porcentagem da Renda Apropriada pelas Pessoas					
	20% mais Pobres	40% mais Pobres	50% mais Pobres	20% mais Ricos	10% mais Ricos	1% mais Rico
1977	2,4	7,7	11,7	66,6	51,6	18,5
1978	2,1	7,6	12,0	64,1	47,7	13,6
1979	1,9	7,5	11,9	64,2	47,6	13,4
1981	2,6	8,6	13,0	63,1	46,7	12,7
1982	2,5	8,2	12,6	63,7	47,3	13,1
1983	2,5	8,1	12,4	64,4	47,7	13,5
1984	2,7	8,5	12,8	63,8	47,6	13,2
1985	2,5	8,2	12,4	64,4	48,2	14,2
1986	2,6	8,5	12,9	63,4	47,2	13,8
1987	2,3	7,9	12,1	64,3	48,0	14,1
1988	2,1	7,3	11,3	66,0	49,7	14,4
1989	2,0	6,8	10,5	67,8	51,7	16,4
1990	2,1	7,3	11,3	65,6	49,1	14,2
1992	2,3	8,4	13,1	62,1	45,8	13,2
1993	2,2	7,9	12,3	64,5	48,6	15,0
1995	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9
1996	2,1	7,7	12,1	64,1	47,6	13,5
1997	2,2	7,8	12,1	64,2	47,7	13,8
1998	2,2	7,9	12,2	64,2	47,9	13,9
1999	2,3	8,1	12,6	63,8	47,4	13,3

Fonte: PNADs de vários anos.

Nota: A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda domiciliar per capita.

É curioso notar que a desigualdade medida por Gini e Theil não apresenta qualquer sinal de melhoria, especificamente no período compreendido pela segunda metade da década de 90, posterior à implantação do Plano Real, apesar de ser sintomática a redução nos indicadores de pobreza, apresentado pelas proporções extremas de distribuição de renda.

A tabela 12 mostra que a desigualdade de renda se mantém inabalável e extremamente concentrada em seus altíssimos patamares. No ano de 1997, a população representada pelo seletivo grupo composto pelo 1% mais ricos detém em renda (13,8%) mais do que a apropriada por todos os 50% mais pobres (12,1%).

Vemos ainda que os 20% mais pobres se apropriam, em conjunto, de apenas aproximados 2% da renda total. O quadro em destaque é de uma assimetria assombrosa, e mostra o grau de extrema injustiça social com que o povo brasileiro terminou o século passado.

#### 1.4.2 Atuação do mercado na distribuição de renda

Dentre as causas da desigualdade de renda, Ferreira (2000) apresenta cinco grupos distintos de fatores que são esclarecedores. No primeiro, destaca a singularidade dos indivíduos distinguidos pelas suas características natas como a raça, o gênero e a riqueza inicial. O segundo passa pelas características individuais adquiridas, com destaque para a educação. O próximo grupo diz respeito às transformações conferidas a essas experiências adquiridas, cujo agente é o mercado onde o indivíduo se insere. Ele é o sujeito da transformação das habilidades em renda, ou melhor, nas diferenças de renda.

Esse último grupo, representado pelo mercado, é responsável conceitualmente por três distintos canais de diferenças no rendimento do trabalho: *discriminação*, *segmentação* e *projeção*. São as conhecidas formas de desigualdade geradas pelo mercado de trabalho, onde, pela *discriminação*, ele remunera de forma diferente dois postos de trabalho idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividades idênticas.

No caso da *segmentação*, a diferença de remuneração ocorre entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos, com base em características do posto de trabalho, apesar de as produtividades daquelas combinações de posto e trabalhador serem idênticas.

As diferenças de remuneração se manifestam no canal *projeção*, na geração de retorno às características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho. Desta forma, o perfil salarial da educação projeta anos de escolaridade no espaço renda. Bem como o perfil salarial da experiência projeta anos de experiência profissional no espaço renda.

Já o quinto grupo de fatores é basicamente demográfico, de onde se incluem a formação de domicílios, a fertilidade, a coabitação ou separação domiciliar. Todos

esses fatores acima descritos, obviamente são determinantes para a formação da renda familiar per capita.

Uma análise mais acurada do funcionamento do mercado de trabalho, segundo Ramos (2001), nos permite visualizar em relação ao nível de desigualdade, algumas fontes de dispersão de rendimentos. Em relação aos (a) postos de trabalho e sua heterogeneidade, nos deparamos com os denominados diferenciais compensatórios, como insalubridade, periculosidade e outros.

De outro modo, temos a (b) heterogeneidade dos trabalhadores, que se manifesta especialmente pela educação e experiência, e provoca dispersão salarial. Nestes casos (a) e (b) o mercado de trabalho funciona como um revelador de desigualdades, uma vez que traduz a heterogeneidade entre postos e trabalhadores, remunerando diferenciadamente.

O mercado também funciona remunerando distintamente trabalhadores igualmente produtivos, sem nenhum critério tangível, ao que denominamos (c) segmentação. Quando a distinção na remuneração salarial pelo mercado se dá em atributos não produtivos, tais como cor e sexo, depara-se com uma (d) discriminação. Esses casos (c) e (d) ilustram o papel do mercado como gerador de desigualdades.

É imperativo compreender as peculiaridades entre essas fontes, tais como sua magnitude e importância relativa, nas relações entre o mercado de trabalho e as desigualdades de renda do trabalhador, de forma a possibilitar o melhor entendimento na formulação de políticas públicas e, sobretudo, em sua natureza no sentido de combater essas distorções.

#### 1.4.3 Entrelaçamento entre educação e poder político

Ferreira (2000) vem apresentar a tese do equilíbrio Pareto-inferior de um sistema dinâmico envolvendo a distribuição da educação, da riqueza e do poder político no país. Esse equilíbrio é inferior pela presença de um círculo vicioso em que a heterogeneidade educacional gera desigualdades de riquezas, essas, por sua vez, se transformam em diferenças de poder político, que, em consequência, gera uma política educacional, perpetuando a heterogeneidade educacional inicial.

O adjetivo inferior, para o equilíbrio apresentado, é uma referência a sua ineficiência, associado às desigualdades que ele promove resultado do que o autor denomina de uma "luta de classes", na esteira do que previa os seguidores de Fishlow. Ele demonstra<sup>7</sup>, com profundidade, que essa "luta de classes" não se dá no

---

<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão do assunto ver demonstrações apresentadas às páginas 144-154 de Ferreira (2000).

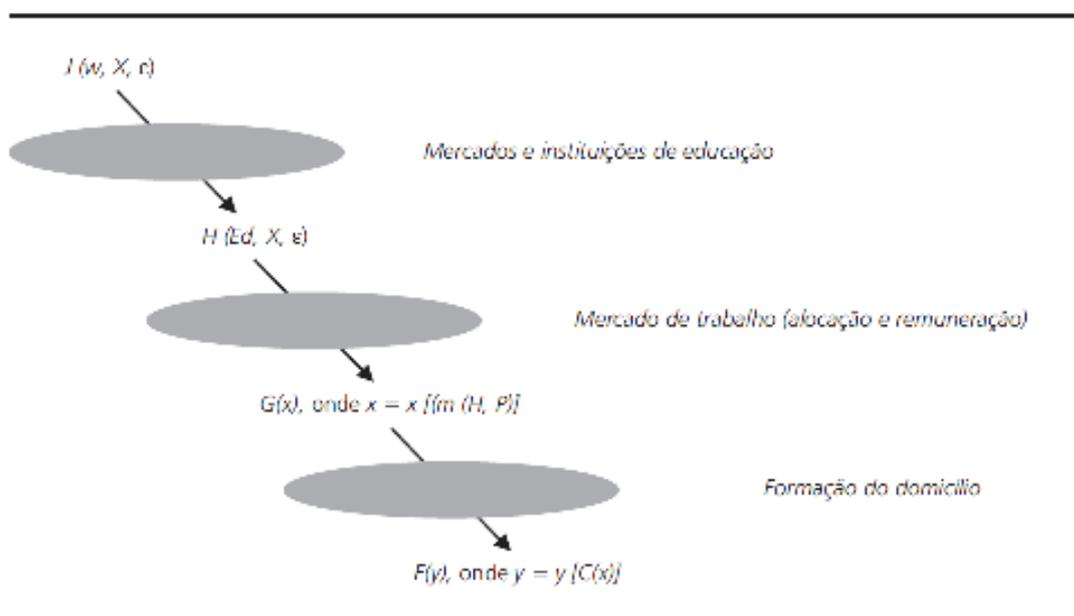
pátio das montadoras, mas na natureza do nosso sistema educacional, quando discorre sobre essa luta no financiamento da educação, apresentando o que denomina equilíbrio estático, com desdobramento de longo prazo e político.

Muitos são os determinantes da desigualdade cuja distribuição de renda é variada e complexa, que faz com que a ocupação do assunto não se revista de mera curiosidade acadêmica. Se considerarmos os países com PIB e renda per capita semelhantes aos do Brasil, não encontraremos em nenhum deles a desigualdade que temos aqui. Sem falar que essa desigualdade apresenta efeitos negativos ao desempenho da economia.

Tanto a educação quanto o mercado de trabalho são variáveis de alto poder explicativo para a desigualdade do Brasil. Este amplifica a heterogeneidade educacional, transformando-a em desigualdade de renda via *discriminação, projeção e segmentação*, tendo no Estado, através de suas políticas públicas, o seu principal legitimador.

O círculo vicioso do modelo educacional gera desigualdade de riqueza, que, por sua vez, direciona e manobra o poder político, provocando a perpetuação do modelo educacional que sobrevive, historicamente, com poucos investimentos públicos, consolidando a face mais perversa dessa legitimação.

**Gráfico 7: Esquema de geração de uma distribuição de renda**



Preparado por Ferreira (2000), de forma estilizada, o gráfico 7 esquematiza a inserção dos cinco grupos comentados no processo de geração e distribuição de renda. A função  $J$ , como ponto de partida, carrega consigo a riqueza inicial sustentada pelas habilidades natas, observáveis ou não, que se transformam na nova função  $H$ , após a interação com os mercados e instituição de ensino, que

agora carrega consigo as habilidades natas acrescidas das adquiridas, essencialmente frutos da educação. Essa fase da vida é denominada por Barros e Mendonça de "preparação para a corrida".

Na interação da função multivariada de distribuição H, com o mercado de trabalho, tanto em sua função de alocação como de remuneração, temos a nova função G relacionada ao rendimento do trabalho. Com a compreensão de que o indivíduo não vive só, formando os seus chamados domicílios, possibilitando o desfrute das ditas economias de escala, conclui-se a esquematização com a função F, univariada de renda familiar *per capita*.

Ainda a respeito do gráfico 7, o autor mostra que é possível comentar que Fishlow e seus seguidores demonstravam maior importância ao papel das políticas públicas sobre as funções do mercado de trabalho, influenciando sua natureza no que diz respeito ao poder de barganha do trabalhador, postos de trabalho e liberdades de organização. Enquanto que Langoni (1973) e os seus focalizavam prioritariamente o funcional educação, considerando a renda uma derivada parcial em função dela.

Ferreira (2000) vai nos dizer que foram necessárias quase duas décadas de polarização para que se reconhecessem os pontos comuns entre aquelas visões pioneiras. Nesse período, em especial a partir da clássica decomposição estática de Theil, evidências se acumularam da importância da distribuição da educação e seus retornos, como determinantes principais da desigualdade de renda.

#### 1.4.4 Causalidades nas relações entre educação e desigualdade

Estudos de Barros e Mendonça (2002) mostram que a elevação da escolaridade da força de trabalho brasileira a níveis idênticos aos dos países industrializados, no início da década de 90, tenderia a dobrar a renda per capita brasileira. Levando-se em conta os valores da época, a redução de metade do hiato de renda, entre o Brasil e os países industrializados, deve-se ao baixo nível da escolaridade nacional.

O autor cita pesquisadores como Lau, Jamison, Liu e Riukin (1996) que estimam, referindo-se ao impacto da educação sobre a renda per capita e o nível dos salários, que um ano a mais na escolaridade da força de trabalho elevaria a renda per capita brasileira em 20 pontos percentuais.

Reforçando o dito anteriormente, a explicação da origem da desigualdade salarial passa, necessariamente, pela compreensão de dois papéis distintos desempenhados pelo mercado de trabalho. Quando a desigualdade salarial é fruto da remuneração diferenciada de trabalhadores igualmente produtivos, o mercado está atuando como um *gerador* de desigualdade, uma vez que tratam diferenciadamente, em processos distintos de discriminação e segmentação, serviços equivalentes.

De outra forma, quando trabalhadores com características individuais similares, porém com diferentes produtividades, prestam serviços diferenciados e são distintamente remunerados, temos uma desigualdade resultante de diferenças na produtividade intrínseca dos trabalhadores, e o mercado como *revelador* das diferenças anteriormente existentes ao seu ingresso.

Elaborada por Barros (2002), a Tabela 13 mostra a atuação do mercado em relação às desigualdades salariais, a partir de suas fontes identificáveis e suas respectivas intensidades. O papel da heterogeneidade educacional é largamente preponderante, sendo responsável por dois terços da totalidade das fontes identificáveis e representa 40% dos determinantes da desigualdade de renda.

**Tabela 13: Decomposição da desigualdade salarial nas fontes principais (%)**

Fonte	Contribuição
Fontes identificáveis	59
Gerada pelo mercado de trabalho	11
Discriminação	4
Raça	1
Gênero	3
Segmentação	7
Formal versus Informal	1
Setorial	5
Regional	1
Revelada pelo Mercado de Trabalho	48
Diferenças de Experiência na Ocupação	2
Heterogeneidade Ocupacional	6,5
Heterogeneidade Educacional	39,5
Fontes não-Identificáveis	41
Total	100

Fonte: *Elaboração dos autores.*

Os dados não significam que a discriminação por gênero e raça, bem como que a desigualdade setorial e regional, por exemplo, não são importantes. Pelo contrário, o autor mostra que em relação à educação esta é totalmente dominante a todas as demais fontes identificáveis. Desta forma, diferenças de produtividade, decorrentes de diferenças de escolaridade, correspondem à principal fonte de desigualdade salarial.

## CAPÍTULO II

### DESEMPENHO EDUCACIONAL NA VIRADA DO MILÊNIO

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional (LDB), em 1996, depois de longos anos de debate e tramitação no Congresso Nacional, a educação passa a ter um norte referencial com um mínimo de definições, diretrizes e metas globais estabelecidas. Segue-se a ela a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), implantado em 1998, instituído pela Emenda Constitucional nº 14/96<sup>8</sup>, reconhecido como principal alavanca na melhoria dos indicadores educacionais.

Inicia-se uma corrida, em especial na rede pública das regiões Norte e Nordeste, mas também na Centro-Oeste, visando o acesso ao maior número possível de estudantes regularmente matriculados, movidos pela nova lógica na distribuição dos recursos. Castro (2000) destaca as melhorias ocorridas em relação à redução das desigualdades educacionais entre as regiões brasileiras, em especial o Norte/Nordeste em relação ao Sul/Sudeste.

#### 2.1 Indicadores educacionais e desigualdade regional

O acesso ao Ensino Fundamental foi o único indicador praticamente universalizado na segunda metade da década de 90, segundo Guimarães de Castro (2000), ficando os demais indicadores apenas com uma tendência sistemática de melhoria nas unidades da Federação. Um quadro de profunda desigualdade educacional pode ser identificado a partir de indicadores como promoção, repetência, evasão escolar, distorção série/idade, alguns deles com referenciais piores que os de uma década anterior.

A autora mostra que a região nordeste, em indicadores de qualidade, encontra-se há pelo menos uma década de atraso em relação à região sul, isto se devendo em razão dos desníveis socioeconômicos existentes no país.

Na realidade, sob a ótica das séries históricas dos principais indicadores educacionais, as regiões brasileiras são extremamente desiguais, apresentando também uma evolução desigual, o que concorre para um distanciamento cada vez maior entre elas.

##### 2.1.1 Analfabetismo concentrado e avanços no fundamental

Mesmo com a melhoria global dos indicadores educacionais, a desigualdade

---

<sup>8</sup> A emenda estabelece como critério redistributivo dos recursos vinculados ao financiamento do ensino obrigatório, no âmbito de cada unidade da Federação, o número de alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais.

e os desníveis regionais e interestaduais não apresentaram redução significativa. Levando-se em conta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em conjunto com indicadores como o analfabetismo, o gasto por aluno e o perfil do magistério, o grau de desigualdade regional piorou (CASTRO, 2000).

O analfabetismo é o indicador que mais evidencia o atraso de um país, sobretudo em comparações internacionais. Conforme dados da PNAD 1997, o Brasil segue apresentando uma das maiores taxas de analfabetismo da América Latina (14,7%), o que representa mais de 15 milhões de habitantes, superior à maioria da população dos nossos países vizinhos, segundo o autor.

A política de universalização do ensino fundamental, nos anos 90, promoveu um declínio acentuado na população jovem, apresentando, no entanto, uma tendência de regionalização do analfabetismo, com concentração nas regiões mais pobres, nas áreas rurais e nas periferias das regiões metropolitanas.

É fácil perceber, pela tabela 14, elaborada por Castro (2000), que as regiões Centro-Oeste e Norte são as que, proporcionalmente, apresentaram as melhores taxas de redução do analfabetismo. Ambas partiram em 70, respectivamente, com índices (35,5% e 36%) ligeiramente superiores aos da média nacional (33,6%) e apresentaram em 96, índices melhores do que ela. A única região que se apresenta, em 96, com índices de analfabetismo praticamente o dobro da média nacional é a região nordeste, elevando, por conseguinte, essa média.

**Tabela 14: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1970/96**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE ANALFABETISMO (%)			
	1970	1980	1991	1996
Brasil	33,6	25,5	20,1	14,7
Norte	36,0	29,3	24,6	12,4
Nordeste	54,2	45,5	37,6	28,7
Sudeste	23,6	16,8	12,3	8,7
Sul	24,7	16,3	11,8	8,9
Centro-Oeste	35,5	25,3	16,7	11,6

Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e PNAD de 1996.

Os dados mostram especialmente o descompasso temporal da região nordeste na universalização do ensino fundamental e médio, bem como nas políticas laterais ao tema, extremamente eficientes no combate ao analfabetismo.

Castro (2000) mostra que entre 1989 e 1998, são as regiões Norte e Nordeste que apresentam as maiores taxas de matrículas na universalização do ensino médio, primeira e segunda fases, reservando para as outras três regiões índices bastante semelhantes de universalização. O Nordeste e o Norte apresentam

expressivos crescimentos nas matrículas na primeira fase (39,1% e 35,8%), enquanto que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (-5%, -5,6% e 6,1%) elas são de um dígito, sendo as duas primeiras negativas.

Fica evidente o esforço das regiões Norte e Nordeste em expandir a oferta de vagas no ensino fundamental, quando se verifica que as taxas de matrículas de ambas, na segunda fase, são respectivamente de 91% e 86,7%.

Castro (2000) vai destacar que o esforço "implica em extraordinário aporte de investimento em recursos financeiros e humanos", e que no final dos anos 90, o Nordeste e o Norte deram um salto significativo no que se refere à cobertura escolar, ambas alcançando a taxa líquida de 90%, próxima às taxas das regiões Centro-Oeste (94%), Sul (96%) e Sudeste (97%).

### 2.1.2 Promoção e fenômeno distorção idade/série

A tabela 15, elaborada por Castro (2000), apresenta uma série histórica das taxas de transição do ensino fundamental, no período de 1989 e 1997. Tomando como base apenas a primeira e a quinta série dos dois ciclos, consideradas tradicionalmente representativas dos maiores gargalos, onde se percebe uma significativa melhoria das taxas de promoção e, conseqüentemente, uma redução expressiva das taxas de repetência ou abandono, sugerindo uma sensível melhora na década de 90.

**Tabela 15: Ensino fundamental – taxa de promoção da 1ª e 5ª séries 1989/97**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE PROMOÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)							
	1ª SÉRIE				5ª SÉRIE			
	1989	1992	1995	1997*	1989	1992	1995	1997*
Brasil	50	53	55	59	51	55	60	68
Norte	34	37	41	43	45	49	47	55
Nordeste	33	34	40	45	46	47	53	60
Sudeste	70	76	74	83	51	59	63	76
Sul	64	66	72	75	53	57	64	65
Centro-Oeste	51	57	58	58	48	52	57	57

Fonte: MEC/Inep/Seec.

\* Taxas estimadas por Ruben Klein - LNCC. Estimativas preliminares.

No que se refere à promoção, índice melhor conhecido como taxa de aprovação, pode-se verificar que as regiões Norte (21%) e Nordeste (33%) apresentam, no período, melhora significativa de desempenho em suas taxas, superando em muito a média nacional (18%) no que se refere à primeira série. Facilmente pode-se verificar que as outras três regiões apresentam taxas ligeiramente em torno da média ou abaixo dela.

Ainda considerando a promoção, agora para a quinta série, nos deparamos

com uma média nacional (33%) superior a todas as regiões, com exceção apenas do Sudeste (49%), responsável por impressionante melhoria no período de 8 (oito) anos em estudo.

Quando se observa a repetência, considerando a primeira série, percebe-se claramente (Tabela 16) que as regiões Norte (55%), Nordeste (53%) e Centro-Oeste (48%) apresentam, em 1997, taxas superiores àquelas das regiões Sul e Sudeste (35%) (29%), em 1989, demonstrando que aquelas regiões não atingiram os índices dessas, quase uma década após, tamanha a desigualdade regional.

**Tabela 16: Ensino fundamental – taxa de repetência da 1ª a 5ª séries 1989/97**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)							
	1ª SÉRIE				5ª SÉRIE			
	1989	1992	1995	1997*	1989	1992	1995	1997*
Brasil	48	46	44	40	41	38	35	26
Norte	62	59	57	55	44	42	43	32
Nordeste	63	62	58	53	44	45	40	33
Sudeste	29	23	25	16	40	35	32	18
Sul	35	33	28	25	36	34	31	24
Centro-Oeste	48	42	41	41	46	44	41	33

Fonte: MEC/Inep/Sec.

\* Taxas estimadas por Ruben Klein - LNCC. Estimativas preliminares.]

Outra consideração relevante do Brasil, na década de 90, em relação à melhoria nos indicadores de transição, mais conhecidos como promoção e repetência, é que ela se dá de forma bem mais acentuada a partir da sua segunda metade. Senão vejamos: Em relação à repetência na primeira série, a melhoria da média nacional tem 50% de seu desempenho concentrada em seus dois últimos anos (95 e 97), caindo respectivamente de 44% para 40%, equivalente ao período de 89 a 95, com redução líquida semelhante (48% para 44%).

Facilmente percebe-se que para a quinta série a consideração acima é ainda mais expressiva, ou seja, dos 15 pontos percentuais conquistados na redução da repetência entre 1989 (41%) e 1997 (26%), nove deles se apresentam entre o ano de 95 e 97, representando 60% da melhoria no índice.

Em decorrência das baixas taxas de promoção associado aos altos índices de repetência, a distorção idade/série apresenta no final da década de 90 índices alarmantes, apesar de apresentar melhoria significativa no ensino fundamental entre os anos de 94 (66%) e 98 (46%), com redução de mais de um terço do índice em apenas 4 (quatro) anos, conforme nos mostra Castro (2000).

Segundo ela, as disparidades regionais acentuadas dos indicadores de fluxo, representadas pela taxa de promoção e repetência, são responsáveis pela

reprodução das distorções idade/série, levando a que os alunos gastem mais de 10 anos, em média, para a conclusão das oito séries do ensino fundamental em 1997.

Essa idade era superior a 11 anos em 1995, apresentando uma redução de 8,9% em apenas dois anos. Já as regiões Sul e Sudeste, com melhores índices de transição, respectivamente de (9,7) e (9,1), apresentam melhores taxas anuais de conclusão.

### 2.1.3 Intensa expressão leiga no magistério

O Censo Escolar de 1998, citado por Castro (2000), revela que 45% dos docentes de ensino fundamental e médio no Brasil, estimado em números absolutos em 824 mil professores, não possuíam formação de nível superior, denominados professores leigos. O fato coloca em destaque um dos maiores desafios, instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a “Década da Educação”, com término em dezembro de 2007, como prazo limite para a admissão de professores em sala de aula sem a devida habilitação superior.

Essa exigência da LDB foi incorporada como meta no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, exigindo de todos os professores da educação básica a formação superior ou devida habilitação. É a materialização da indispensável melhoria da qualidade de ensino, exigida pela sociedade, a partir da melhoria no nível de qualificação dos professores, bem expresso nas tabelas 17 e 18 a seguir.

**Tabela 17: Funções docentes no ensino fundamental - 1998**

BRASIL E REGIÕES	FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL POR GRAU DE FORMAÇÃO			
	TOTAL	% LEIGOS	% MÉDIO	% SUPERIOR
Brasil	1.460.455	7,0	46,8	46,2
Norte	114.732	19,2	63,5	17,3
Nordeste	444.342	14,3	61,6	24,1
Sudeste	562.873	1,0	35,9	63,1
Sul	230.474	2,5	36,3	61,2
Centro-Oeste	108.034	4,6	47,8	47,6

Fonte: Seec/Inep/MEC.

Elas mostram que é essencial aumentar a escolaridade dos trabalhadores na educação, como ação complementar à universalização do acesso às redes de ensino fundamental e médio, com vistas a melhorar os indicadores de eficiência no ensino. Castro (2000) apresenta resultados da melhoria de rendimentos nos salários dos professores da rede pública municipal, um ano após a implantação do FUNDEF, através de pesquisa encomendada pelo MEC, realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/SP).

A autora mostra dados de aumentos expressivos nos salários dos professores, com regime de 20 horas, nas regiões Norte (15,4%) e Nordeste (49,2%), índices ainda maiores vêm a ser observados para o regime de 40 horas. A variação nacional de melhoria no rendimento dos professores, para o período de dezembro de 1997 a agosto de 1998, foi de 17,5%, no regime de 20 horas, e de 21,5%, no regime de 40 horas.

**Tabela 18: Funções docentes no ensino médio por grau de formação - 1998**

BRASIL E REGIÕES	FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO MÉDIO POR GRAU DE FORMAÇÃO		
	TOTAL	% MÉDIO	% SUPERIOR
Brasil	365.874	10,6	89,4
Norte	19.240	19,7	80,3
Nordeste	75.112	23,2	76,8
Sudeste	179.881	3,8	96,2
Sul	63.673	8,3	91,7
Centro-Oeste	27.968	20,5	79,5

Fonte: Inep/MEC.

Tendo como principais fatores a melhoria do desempenho do ensino fundamental, com taxa anual superior a 10%, associado às exigências por melhor qualificação, provenientes da pressão do mercado de trabalho na oferta de novos empregos, o ensino médio apresenta uma forte expansão no período de 1991 a 1998, com taxa de crescimento de 114%. Essas taxas fizeram o número de alunos saltar de 5 milhões, em 1994, para 7 milhões, em 1998 (CASTRO, 2000).

**Tabela 19: Taxa de escolarização líquida e bruta do ensino médio e taxa de atendimento na faixa de 15 a 17 anos - 1998**

BRASIL E REGIÕES	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO		TAXA DE ATENDIMENTO
	BRUTA	LÍQUIDA	POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS
Brasil	68,1	30,8	61,1
Norte	52,7	15,2	71,7
Nordeste	46,0	14,5	73,3
Sudeste	84,5	42,5	85,9
Sul	80,0	44,8	84,3
Centro-Oeste	72,2	31,0	85,9

Fonte: Inep/MEC.

Mais adiante a autora vai concluir que, a despeito da vertiginosa expansão, o Brasil atingia uma escolarização líquida de apenas 30% no ensino médio. Ou seja, apenas esse percentual de jovens, com idade escolar entre 15 a 17 anos, se

encontrava na escola, conforme expressam os dados da tabela 19 (Castro, 2000).

Em relação ao ensino superior, Castro (2000) mostra que a situação se apresenta com altas taxas de concentração de sua população (73,7%) nas regiões Sul e Sudeste, com o país ostentando 14,8% de taxa de escolarização bruta (1998), considerando como público alvo os jovens entre 20 e 24 anos, média ainda bem inferior aos da maioria de nossos vizinhos latino americanos.

#### 2.1.4 Investimento público e qualidade do ensino

Elaborada pela autora, a tabela 20 mostra o gasto público em educação básica no Brasil, tomando por base o exercício de 1995, portanto antes da LDB e posterior implantação do FUNDEF, que proporcionou ampla distribuição de recursos Federais aos Estados e Municípios.

**Tabela 20: PIB, gasto público na educação e percentual de gasto público na educação em relação ao PIB (1995)**

BRASIL E REGIÕES	PIB (R\$ MIL)	GASTOS EM EDUCAÇÃO (R\$ MIL)				GASTOS EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PIB (%)			
		TOTAL	GOVERNO			TOTAL	GOVERNO		
			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Brasil	646.191.514	27.190.827	6.777.587	12.981.685	7.431.555	4,21	1,05	2,01	1,15
Norte	32.558.492	1.499.034	336.603	894.737	267.694	4,60	1,03	2,75	0,82
Nordeste	85.277.368	4.843.451	1.240.953	2.189.184	1.413.314	5,68	1,46	2,57	1,66
Sudeste	370.429.183	12.790.725	1.490.724	7.243.880	4.056.121	3,45	0,40	1,96	1,09
Sul	107.595.700	3.914.344	839.529	1.741.643	1.333.172	3,64	0,78	1,62	1,24
Centro-Oeste	43.373.546	2.301.475	1.027.980	912.241	361.254	5,07	2,27	2,01	0,80

Fonte: IPEA/ISOC.

Nota:

<sup>1</sup> R\$ 4.957.225 (R\$ mil) do valor do PIB do país são não-regionalizáveis.

<sup>2</sup> Os gastos não incluem os destinados a benefícios.

<sup>3</sup> R\$ 1.841.728 (R\$ mil) do gasto em educação do país, no esfera federal, são não-regionalizáveis.

Nota-se que a soma dos percentuais investidos pelas três esferas em relação ao PIB é da ordem de 4,2%, ficando os Estados e Municípios responsáveis por aproximadamente dois terços desses investimentos.

No quesito avaliação, o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) é uma pesquisa por amostra, semelhante à PNAD, que tem por função avaliar a efetividade dos sistemas de ensino no país, focalizando a qualidade, eficiência e equidade, indo a campo de dois em dois anos.

Castro (2000) mostra que o Saeb realizado em outubro de 1997 (tabelas 21, 22 e 23 a seguir), apresenta dados estabilizados em relação ao desempenho

nacional, nos anos de 1995 e 1997.

**Tabela 21: Desempenho médio dos alunos na 4ª série do fundamental (Saeb)**

BRASIL E REGIÕES	PROFICIÊNCIA MÉDIA NA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	MATEMÁTICA		PORTUGUÊS	
	1995	1997	1995	1997
Brasil	191	191	188	186
Norte	174	175	173	172
Nordeste	179	181	178	178
Sudeste	199	198	195	193
Sul	192	197	191	191
Centro-Oeste	194	189	193	183

Fonte: Inep/MEC.

**Tabela 22: Desempenho médio dos alunos na 8ª série do fundamental (Saeb)**

BRASIL E REGIÕES	PROFICIÊNCIA MÉDIA NA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	MATEMÁTICA		PORTUGUÊS	
	1995	1997	1995	1997
Brasil	191	191	188	186
Norte	174	175	173	172
Nordeste	179	181	178	178
Sudeste	199	198	195	193
Sul	192	197	191	191
Centro-Oeste	194	189	193	183

Fonte: Inep/MEC.

**Tabela 23: Desempenho médio dos alunos na 3ª série do ensino médio (Saeb)**

BRASIL E REGIÕES	PROFICIÊNCIA MÉDIA NA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO			
	MATEMÁTICA		PORTUGUÊS	
	1995	1997	1995	1997
Brasil	282	289	290	284
Norte	264	270	274	269
Nordeste	261	290	266	276
Sudeste	289	283	299	283
Sul	291	310	296	297
Centro-Oeste	288	302	297	293

Fonte: Inep/MEC.

O desempenho pode ser observado, em especial, em relação aos alunos da 4a e 8a séries do fundamental, bem como da 3a série do ensino médio, expressando uma expansão sem melhorias na qualidade ou desempenho, medido em relação às disciplinas matemática e português.

O estudo do sistema educacional brasileiro mostra, ao longo da década de 90, um ponto de inflexão em seus indicadores, segundo Castro (2000), sinalizando para uma inversão no quadro de desigualdades regionais.

Sem dúvida, eles estão intrinsecamente associados à decisão política instituída pela LDB, à criação do FUNDEF e sua metodologia de investimentos, destacando-se também as políticas e estratégias do MEC no período, dentre outras como o Projeto Nordeste, o Fundescola, o Pró-formação e o programa Alfabetização Solidária.

A verdade é que o nível médio de qualidade escolar é baixo e vem decaindo ao longo dos anos, considerando-se um comparativo internacional como vem sendo atestado pelos resultados do PISA (Programme for International Student Assessment da OECD). Os principais fatores responsáveis pelo quadro, segundo Schwartzman (2006b), são a distorção idade-série, o baixo tempo de escolarização para o ensino básico, e a curta jornada diária dos estudantes em sala.

Em uma rápida contextualização da qualidade da educação do trabalhador, Pessôa (2009) apresenta a tabela 24 e mostra que os níveis de escolaridade da PEA brasileira estão muito aquém do resto do mundo, apresentando melhores indicadores (2000) apenas em relação à África Subsaariana e ao Sul da Ásia, estes últimos bem próximos ao nosso.

**Tabela 24: Anos médios de escolaridade da PEA**

	1960	1970	1980	1990	2000
Língua Inglesa	7,8	8,1	8,5	9,4	10,1
Europa Continental	6,4	7,3	8,0	8,8	9,5
Península Ibérica, Grécia e Turquia	3,2	3,9	5,1	6,2	6,7
Tigres Asiáticos	4,8	5,4	6,8	7,8	8,6
Maiores países A. L. exclusive Brasil	3,6	4,2	5,6	6,2	7,2
Sul da Ásia	1,4	2,0	3,1	4,0	4,7
África subsaariana	1,2	1,5	2,1	2,8	3,1
Brasil	2,9	3,3	3,1	4,0	5,0

Fonte: Barro e Lee (2000).

Entre as décadas de 60 e 80, os índices, praticamente estagnados em 3 anos de escolaridade da força de trabalho do país, representam investimentos em educação muito lentos, uma vez que não acompanharam as robustas taxas de crescimento populacional da época.

Como consequência dessa baixa escolaridade, Pessôa (2009) ressalta a explicação da "baixa produtividade da força de trabalho e da desigualdade de

renda". E continua, mais adiante, que "a opção de não universalizar a educação fundamental retardou a transição demográfica e teve forte impacto sobre a qualidade da educação" (p.15).

Outro tema central da educação brasileira em relação à qualidade é o fracasso da alfabetização, representado por um grande número de crianças que passam pela escola e permanecem como analfabetos funcionais. A realidade, segundo Schwartzman (2006b) é que "existe uma relação muito forte e importante entre este fracasso e a iniquidade, porque as principais vítimas desta situação são as crianças de famílias mais pobres e de pais menos educados" (p18).

O autor defende mudanças de métodos, que passam necessariamente pela superação de concepções pedagógicas originárias da formação e atualização do professor, conforme textualizado:

Esta mudança pode ter um impacto importante na redução da desigualdade social provocada e mantida pelos resultados desiguais da educação pública, que hoje penaliza justamente as crianças mais pobres cujas famílias não têm como compensar as deficiências do ensino escolar (SCHWARTZMAN, 2006b, p.20).

Bem diferente de outros fatores, cujos resultados podem ser alcançados de forma relativamente rápida, a qualidade da educação para ser conquistada exige uma longa jornada, necessariamente perpassando gerações e gerações. Os esforços relativamente recentes de universalização do ensino fundamental, alavancados especialmente pela criação do FUNDEF, infelizmente foram acompanhados de uma precária qualidade de ensino.

## 2.2 Desempenho educacional no contexto internacional

A distribuição da educação em um país, conjugada com o desempenho de sua força de trabalho tem merecido destaque, atualmente, na literatura mundial. Busca-se, aqui, o enfoque mais específico da acumulação de capital humano, a partir do ensino formal, confrontando a evolução cultural brasileira com a dos demais países.

### 2.2.1 Lentidão do progresso educacional brasileiro

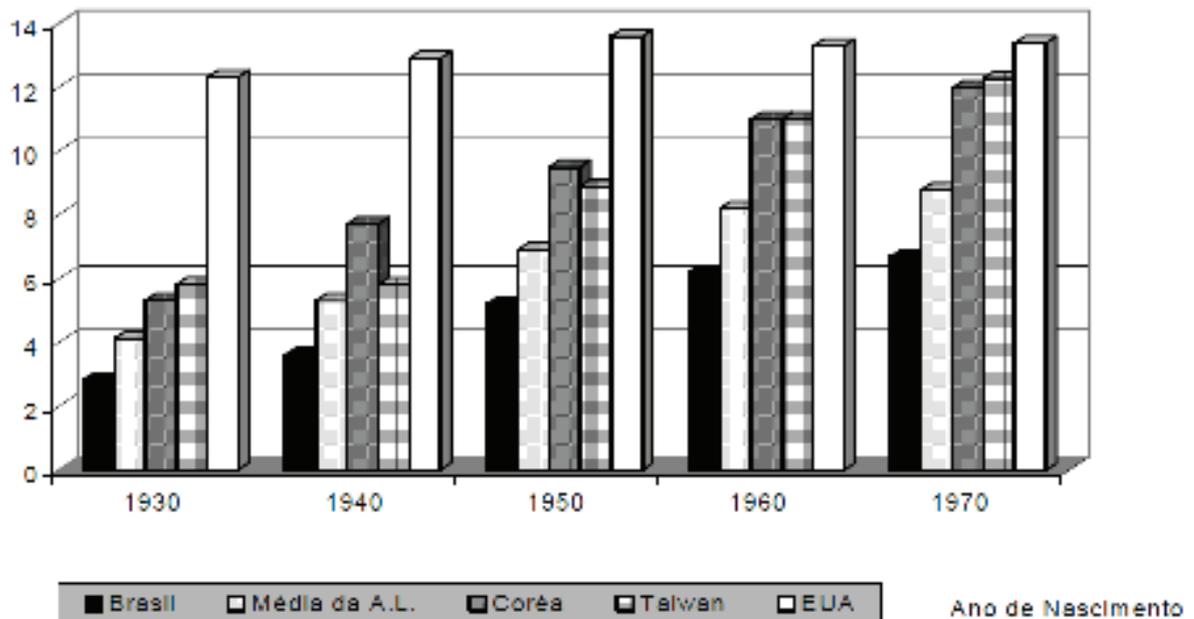
Para melhor analisar o desempenho brasileiro na educação, ao longo das décadas passadas, um importante instrumento é comparar o seu progresso com outros países do mundo. Os resultados, pouco animadores, são apresentados por Menezes-Filho (2001), no gráfico 8, que mostra a situação do Brasil, Coréia, Taiwan, EUA e a média da América Latina, por ano de nascimento.

Verifica-se que na geração dos nascidos em 30, a média de anos de estudo do Brasil era de apenas 3 enquanto que os EUA já apresentavam uma escolaridade média de 12 anos. É verdade que o país dobrou a escolaridade de sua PEA, mas para isso ele precisou de 4 décadas, o que equivale ao incremento de menos de um

ano a cada década.

Enquanto isso nossos vizinhos, representados pela média da América Latina, cresceram a taxas superiores a um ano por década, atingindo na geração dos nascidos em 70, a média escolar superior a 8 anos.

**Gráfico 8: Evolução educacional entre países**



Fonte: Behrman et al (1999)

Em relação à geração de 40, podemos perceber que a escolaridade média do Brasil, próxima de 4 anos, e a de Taiwan, próxima de 6 anos, sofrem um enorme distanciamento ao longo das três décadas de gerações seguintes.

A corrida educacional é vencida de longe por Taiwan, que adiciona outros seis anos à sua escolaridade média, a uma taxa de crescimento de dois anos por década, se aproximando dos EUA com seus 13 anos de escolaridade média da força de trabalho.

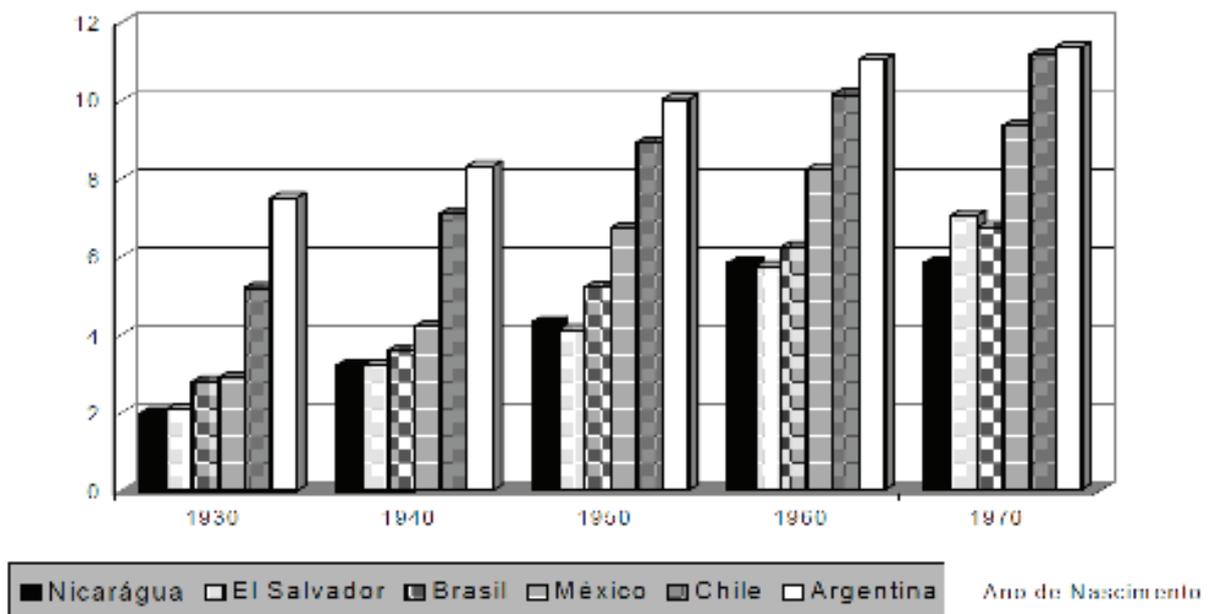
Situação quase similar se dá em relação à Coréia, dando mostras de que será necessário mais de um século, nesse ritmo, para atingirmos a escolaridade, hoje, desses países. Sem falar que estamos aquém da média latino americana, em relação à geração dos anos 70, em longos dois anos médios de escolaridade, o que representa 20 anos de atraso em escolaridade do trabalhador.

É ilustrativo perceber que Taiwan praticamente começa seu processo de expansão educacional (40) uma década após o início de semelhante expansão na Coréia (30), no entanto, ela vence a “corrida da expansão educacional”, como mostra o gráfico 8, que expressa a ligeira superioridade de Taiwan em relação aos nascidos em 70.

O mesmo autor mostra o gráfico 9 que relaciona o país com Nicarágua, El Salvador, México, Chile e Argentina, mostrando também o distanciamento do nosso progresso educacional em relação a todos eles, quando somos ultrapassados inclusive por El Salvador, nos nascidos em 70. O país fica a quase 6 anos médios de escolaridade abaixo do Chile e Argentina, melhores desempenhos latinos. O que equivale a praticamente 6 décadas de atraso em relação aos latinos melhores colocados, considerando a taxa média de crescimento brasileiro em cada uma das últimas décadas.

Menezes-Filho (2001) mostra, ainda, que o percentual de pobres a concluir o ensino fundamental no Brasil é inferior a países africanos como Ruanda, Camarões, Tanzânia e Uganda. E que o problema não diz respeito ao ingresso, mas sim a evasão, significando que um grande desafio brasileiro consiste em manter os jovens pobres na escola.

**Gráfico 9: Evolução educacional na América Latina e Caribe**



Fonte: Behrman et al (1999)

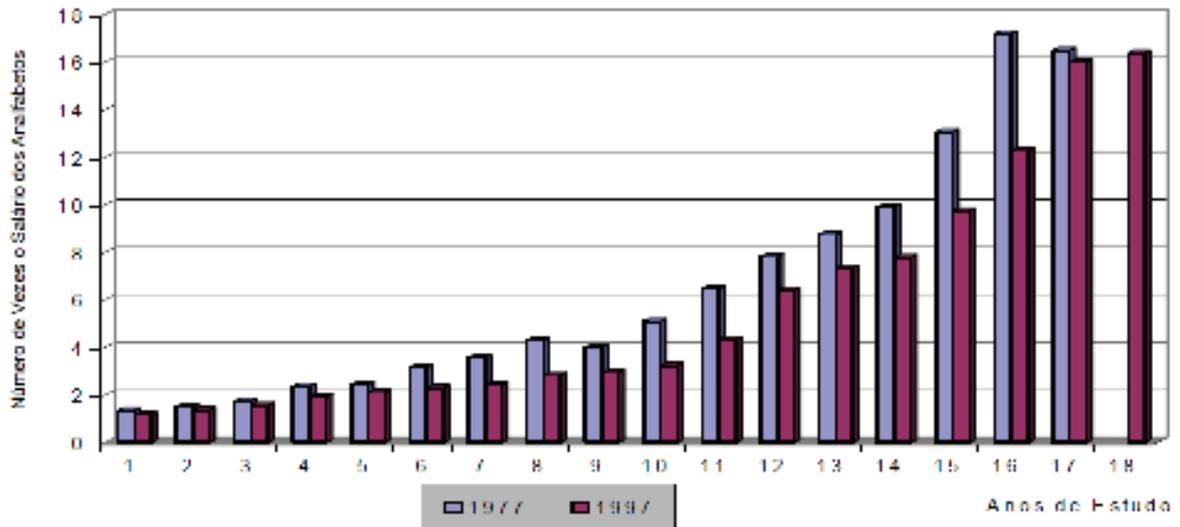
A verdade é que o progresso educacional brasileiro tem uma característica marcante, em relação ao cenário internacional, mesmo quando diz respeito à praticamente todos os nossos vizinhos latinos, ela se chama lentidão.

O gráfico 10, do autor, mostra a evolução das diferenças de salário associados à educação, refletindo o que o mercado de trabalho paga para cada ano adicional de estudo, com destaque para a redução na taxa de retorno à educação, ao longo do período (1977 e 1997) que antecede a denominada “década da educação”, com o advento da LDB.

Por mais lento que seja o desempenho educacional brasileiro, ele representa

maior oferta de qualificação e sua conseqüente redução na escassez, provocando diminuição na taxa de remuneração do mercado. O que implica dizer que os diferenciais salariais entre os de maior escolaridade e os de menor está diminuindo.

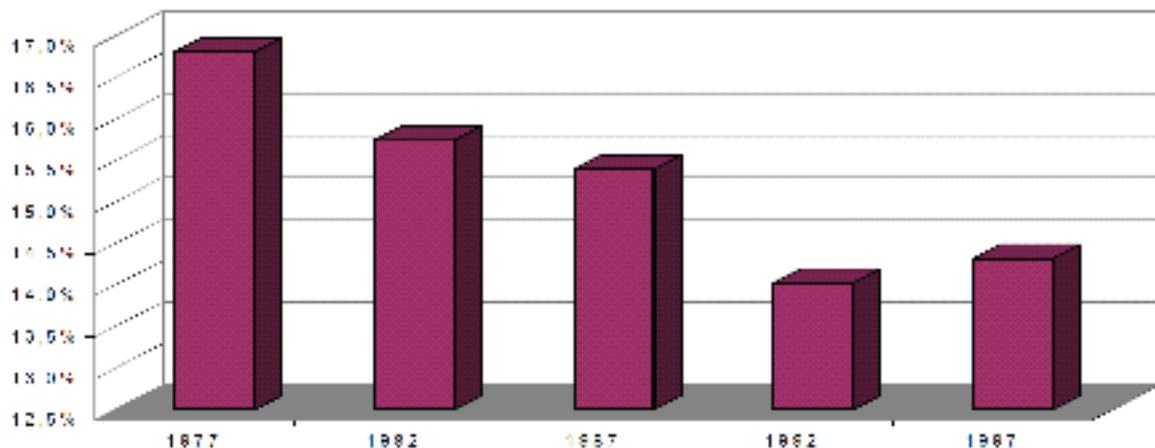
**Gráfico 10: Evolução dos diferenciais associados à educação**



Fonte: Elaboração de Menezes-Filho (2001) com dados PNAD

É possível ver que as conclusões dos respectivos níveis escolares são melhores remunerados pelo mercado, o que reforça alguns dados anteriormente apresentados, nos quais as maiores taxas se localizam nos concluintes da 4a, 8a, 11a e 15a séries de estudo.

**Gráfico 11: Evolução do diferencial salarial médio associado à educação**

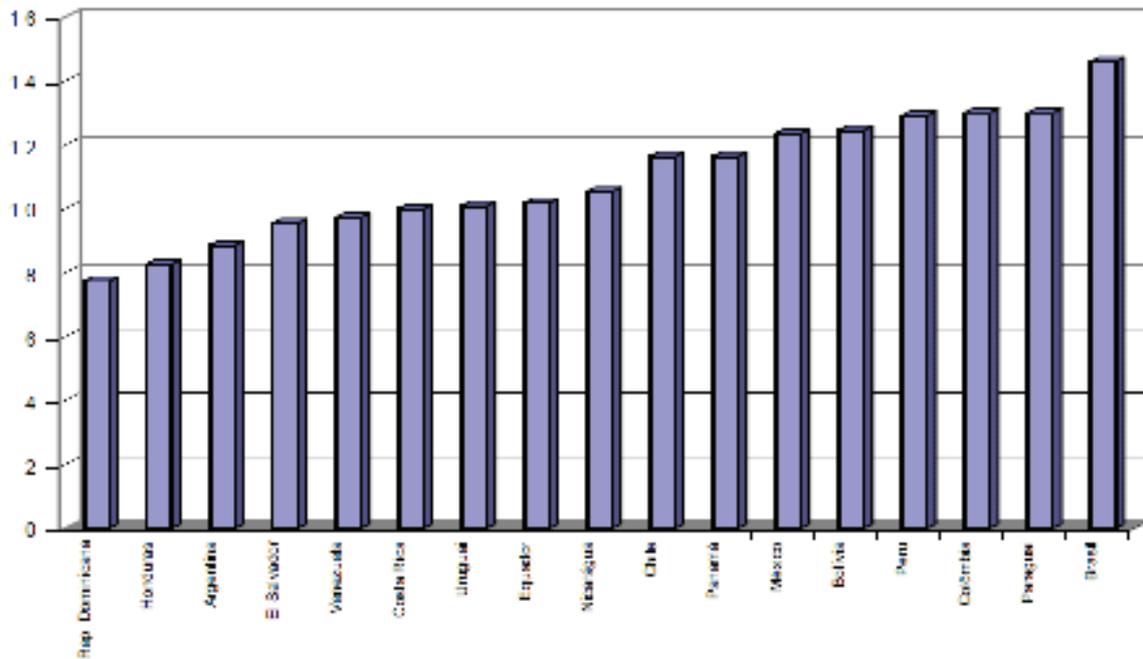


Fonte: Elaboração de Menezes-Filho (2001) com dados PNAD

Melhor visualização se dá com o gráfico 11, elaborado por Filho (2001), onde o diferencial salarial médio associado à educação apresenta uma redução relativamente lenta ao longo de 20 anos, apenas 3% nas taxas de retorno, com uma ligeira tendência de crescimento em 1997, possivelmente fruto de aumento na

demanda por mão de obra qualificada. Para melhor perceber a relação entre as taxas de retorno à educação e as taxas de escolaridade da população, Filho (2001) mostra no gráfico 12 a posição do Brasil em relação aos países latino americanos, a partir de dados do BID.

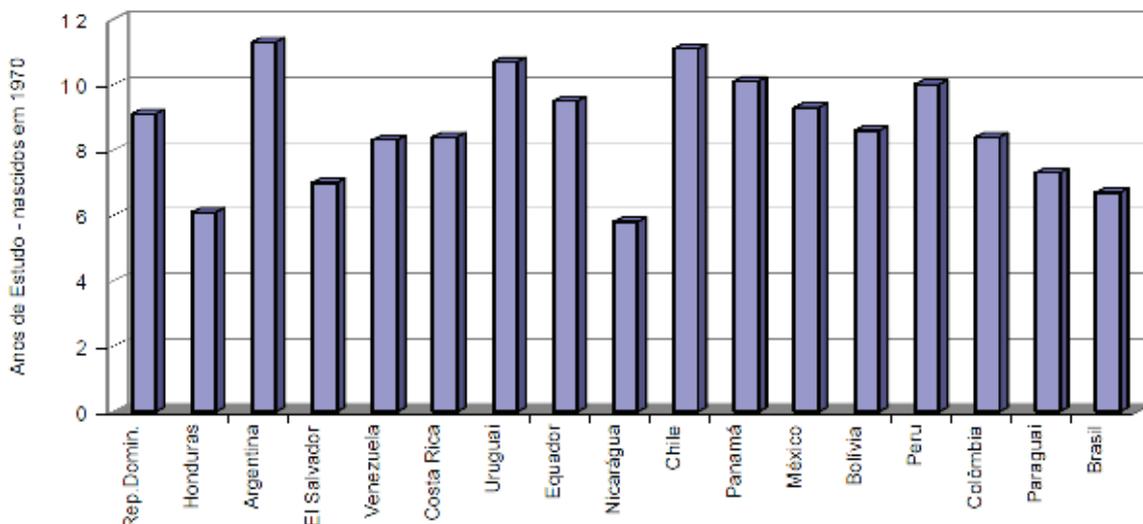
**Gráfico 12: Retorno à educação na América Latina**



Fonte: Elaboração de Menezes-Filho (2001), dados BID

Países que apresentam as melhores taxas de escolaridade como a Argentina, Costa Rica e Uruguai, estão também entre aqueles de menores taxas econômicas de retorno aos valores da educação.

**Gráfico 13: Escolaridade na América Latina**



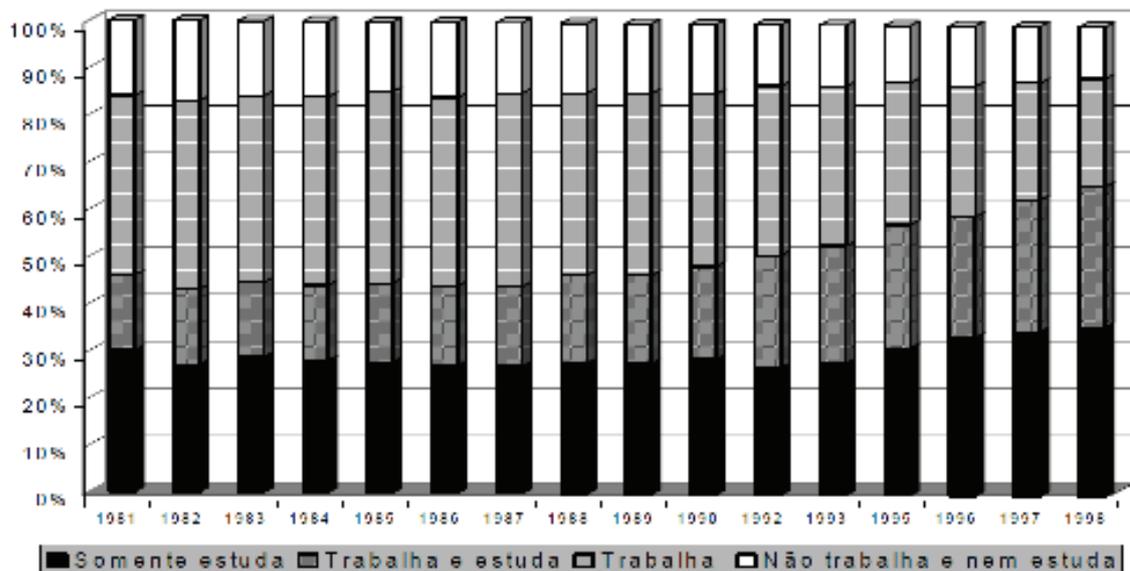
Fonte: Menezes-Filho (2001) com dados BID

Logo, a posição de destaque brasileira representa que somos o pior colocado no grupo, uma vez que o consenso que se tem diz respeito ao fato de que a escolaridade é a determinante que mais afeta os diferenciais salariais traduzidos em valor econômico pelo mercado de trabalho.

Menezes-Filho (2001) mostra (Gráfico 13) a escolaridade observada em 17 países da América Latina e Caribe, no ano de 1996, demonstrando que sua associação com as taxas de retorno não são tão óbvias assim, conforme se analisa nos dois gráficos.

Para abordar a relação de alocação de tempo entre jovens de 15 a 19 anos, que os relaciona entre o trabalho e o estudo no Brasil, Menezes-Filho (2001) nos mostra o gráfico 14. Em termos de frequência escolar, o Brasil (38%) se situa praticamente nos mesmos níveis do Peru, Nicarágua e México, apresentando pior nível apenas para Equador (32%), Honduras (34%) e Paraguai (33%), ficando muito atrás do Chile que ultrapassa a taxa de 60% desses jovens na escola. A porcentagem nacional dos que estudam e trabalham, juntamente com o Peru, representam as maiores dos países analisados, em torno de 22% dos jovens.

**Gráfico 14: Associação de tempo “trabalho e estudo” no Brasil – 15 a 19 anos**



Fonte: Leme e Wajnman (2000)

O fato inegável é que os dados refletem uma estabilidade inabalável ao longo da década de 80 e meados de 90, oscilando entre 25 e 28 pontos percentuais de jovens somente estudando. Já a taxa de estabilidade dos que estudam e trabalham, em torno de 20%, começa a se ampliar a partir de 1988, data de promulgação da nossa "Constituição Cidadã", como intitulava Ulisses Guimarães, atingindo os 30% em 1998.

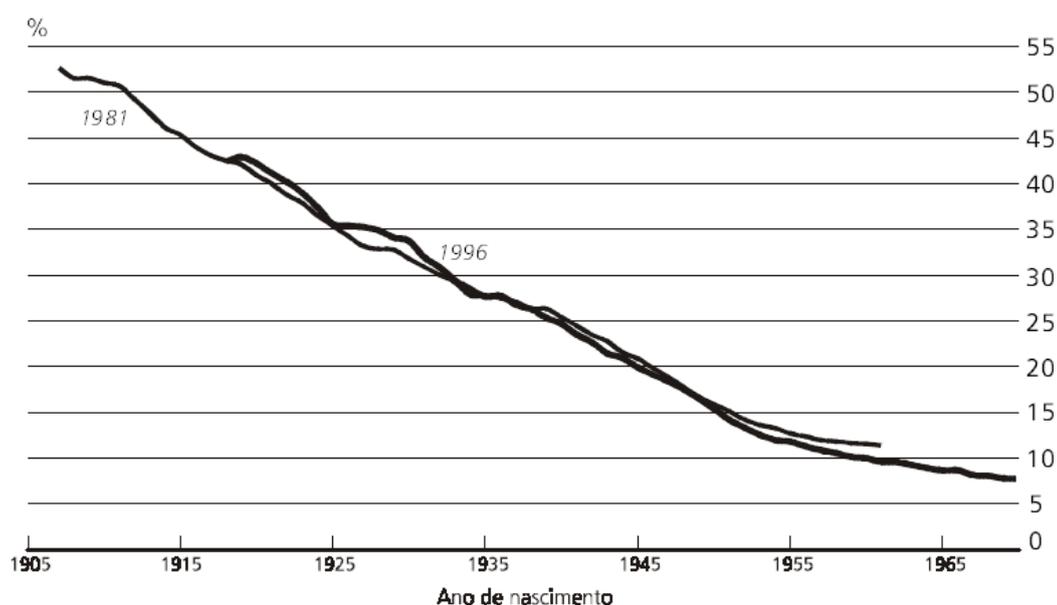
Os dados apresentados deixam claro que a década de 90 é responsável pelo

fim da estabilidade nas taxas educacionais, de forma mais acentuada a partir da segunda metade. Menezes e Filho (2001) mostram ainda que o percentual de estudantes filhos de mães pouco escolarizadas, menos de 3 anos de estudo, salta de 35% (1981) para 55% (1998), ficando, nesse contexto, a maior contribuição de crescimento.

### 2.2.2 Defasagem comparativa da escolaridade nacional

Barros, Henriques e Mendonça (2002) mostram que a redução nas taxas de analfabetismo na segunda metade do século passado (3%) foi, aproximadamente, três vezes inferior às taxas da primeira metade (8%) do século, que pode ser visualizado no gráfico 15.

**Gráfico 15: Evolução da taxa de analfabetismo por coorte de nascimento**



Fontes: Censo demográfico e PNAD.

O fato demonstra uma enorme desaceleração no combate ao analfabetismo a partir dos anos 50, transferindo o problema para as primeiras décadas do novo milênio, sinalizando pelas consequências de uma política adotada, muito provavelmente, na segunda metade da década de 60.

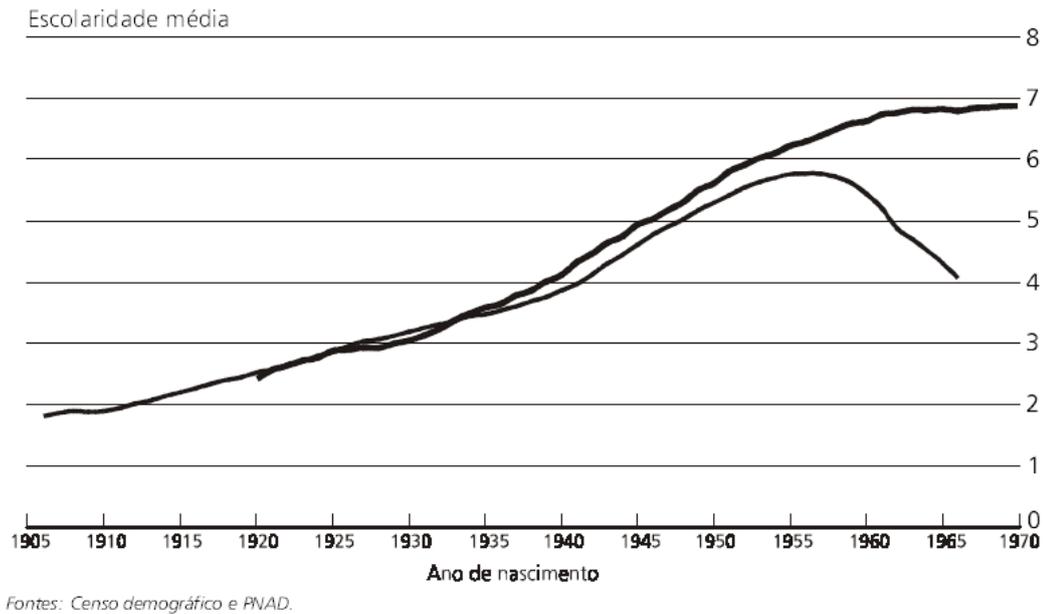
Ainda em relação às coortes de nascimento, os autores mostram, novamente, um decaimento da evolução da escolaridade média da população, a partir de meados da década de 50. Os dados são contundentes com o fato de que o Brasil apresenta, nas últimas décadas do século passado, uma desaceleração em suas taxas de expansão do sistema educacional.

Os autores mostram que para o ano de 1992, a escolaridade média em Taiwan (11), no grupo compreendido entre 15 e 30 anos, se aproximava do dobro da escolaridade brasileira (6). No que tange a expansão educacional, Taiwan também

mantém o dobro da taxa em relação ao Brasil para as últimas três décadas, até meados de 90, como se vê na tabela 25.

Prosseguindo às comparações de Barros (2002), temos no gráfico 16 o desempenho do Brasil e da África do Sul, para o ano de 1990, em resultados educacionais, por idade e raça.

**Gráfico 16: Evolução da escolaridade por coorte de nascimento**



O que se vê é a intensidade da discriminação racial entre brancos e não brancos, em sua expressão educacional, muito maior na África do Sul do que no Brasil.

**Tabela 25: Escolaridade média por ano e grupo de idade entre Brasil e Taiwan**

Grupo de Idade	Brasil			Taiwan		
	1979 (a)	1992 (b)	Evolução entre Décadas <sup>a</sup>	1979 (a)	1992 (b)	Evolução entre Décadas <sup>a</sup>
15-30 (i)	4,9	6,0	0,9	9,6	11,3	1,3
30-50	3,8	5,6	1,4	6,9	9,6	2,1
50-65 (ii)	2,6	3,4	0,6	5,1	5,6	0,4
Evolução entre Grupos Etários <sup>b</sup>	0,6	0,8	-	1,3	1,6	-

Fontes: Para o Brasil, PNAD, e para Taiwan, Bourguignon, Fournier e Gurgand (1998).

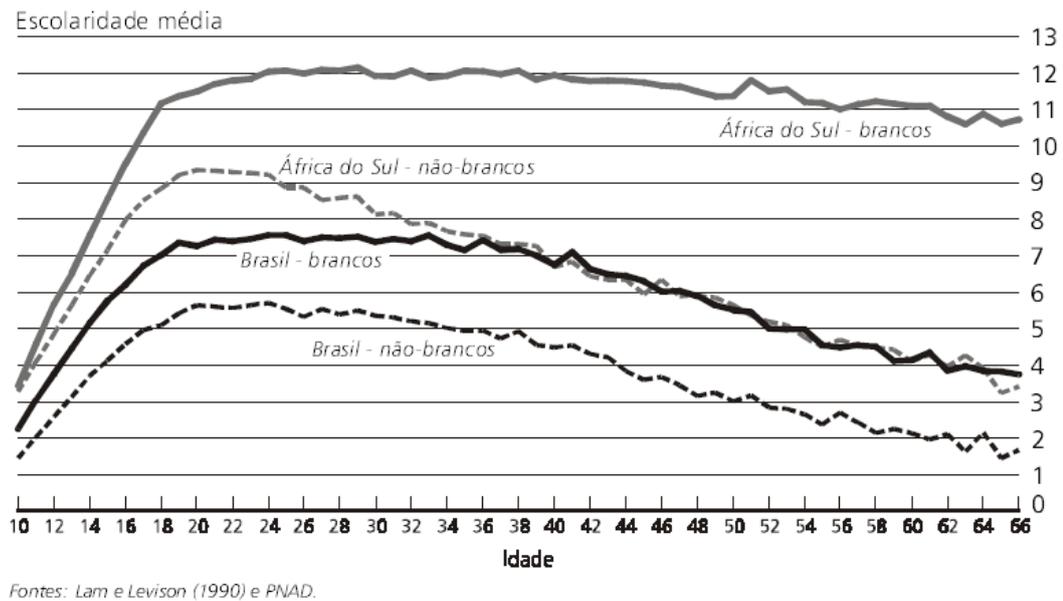
<sup>a</sup>  $[(b)-(a)] \times 10/13$ .

<sup>b</sup>  $[(i)-(ii)] \times 10/35$ .

É perceptível o elevado nível de discriminação (Gráfico 17) decorrente do elevado hiato de escolaridade entre a população de brancos e não brancos da África do Sul, representado pela distância entre as linhas cheia e tracejada daquele país, à medida que a idade avança.

Nossa discriminação é menor na medida em que é menor a escolaridade brasileira em relação aos sul africanos, mostrando a recorrência de uma com a outra. Barros (2002) vai constatar uma situação preocupante na equivalência da escolaridade brasileira dos brancos em relação à escolaridade dos não brancos daquele país, a partir dos 36 anos, sendo bem menor em idades inferiores a esta.

**Gráfico 17: Escolaridade média de brancos e não brancos na África do Sul e no Brasil**



A taxa de crescimento nos mais jovens mostra a seguinte evolução histórica: o nível educacional da população branca do Brasil cresce a taxas menores que a dos não brancos sul africano. Portanto, a África do Sul apresenta uma expansão em seu sistema educacional muito superior a do Brasil, mesmo considerando o período de vigência intensa da *apartheid* naquele país.

### 2.3 Crescimento endógeno e teoria do capital humano

Buscando compreender melhor a forte associação entre a renda de uma pessoa e seu nível de escolaridade, estudiosos como Schultz, Becker e Mincer formularam, há meio século, a teoria do capital humano.

Em síntese, segundo Pessôa (2009), "o indivíduo incorre em custos e auferes como benefício a elevação da renda propiciada por esta maior escolaridade". Deste contexto deriva a taxa interna de retorno (TIR) da educação, definida pelo autor como aquela "que iguala os ganhos salariais futuros advindos da maior escolaridade com o custo presente de manter-se na escola" (p.1).

#### 2.3.1 Teoria do capital humano e taxa de retorno educacional

Buscando contrapor essa teoria, segundo o autor, os anos 70 produziram a

teoria credencialista da educação, onde, além das variáveis educação e renda, existe uma terceira representada pela habilidade inata do trabalhador. Segundo seus adeptos, "a maior escolaridade sinalizava as maiores habilidades inatas e não o maior grau de escolaridade das pessoas" (p. 2).

Ao longo das décadas de 80 e 90 inúmeros trabalhos testaram empiricamente qual teoria se ajustava melhor aos dados. O resultado líquido de mais de 20 anos de pesquisa é que cada ano a mais de escolaridade formal eleva na média a renda do trabalhador em aproximadamente 10% e que a teoria da sinalização pode explicar no máximo 20% destes 10% (FILHO E PESSOA, 2009, p.2).

A tabela 26 apresenta a TIR da educação para diversos ciclos, cujos percentuais (14%) "encontra-se sensivelmente acima do custo de rolagem da dívida pública, que, como sabemos, é muito elevado no Brasil" (p. 3), sintetiza Pessoa (2009).

Ante o debate cuja temática envolve educação e crescimento, Pessoa (2009) apresenta indagações se investimentos em educação causam elevação da renda e do PIB per capita, e, ainda, se é verdadeiro que o retorno social é maior que o individual. O intuito central é confirmar se a educação produz externalidades positivas. Destas questões vem se ocupando os economistas da área de crescimento econômico desde meados da década de 90, segundo comentários do autor.

**Tabela 26: TIR de ciclos completos com 30 anos de trabalho (%)**

Escolaridade	1981	1985	1990	1996	2001	2004
4	17,4	23,7	16,5	16	12,1	9,8
8	13,1	11	13,3	10,4	12,4	14,8
11	20,2	21,5	29,7	14,4	14,3	13,9
15	16,9	15,5	15,1	12,9	14,5	13,8

Fonte: Barbosa Filho e Pessoa (2008a).

### 2.3.2. Escolaridade e seu impacto no mercado de trabalho

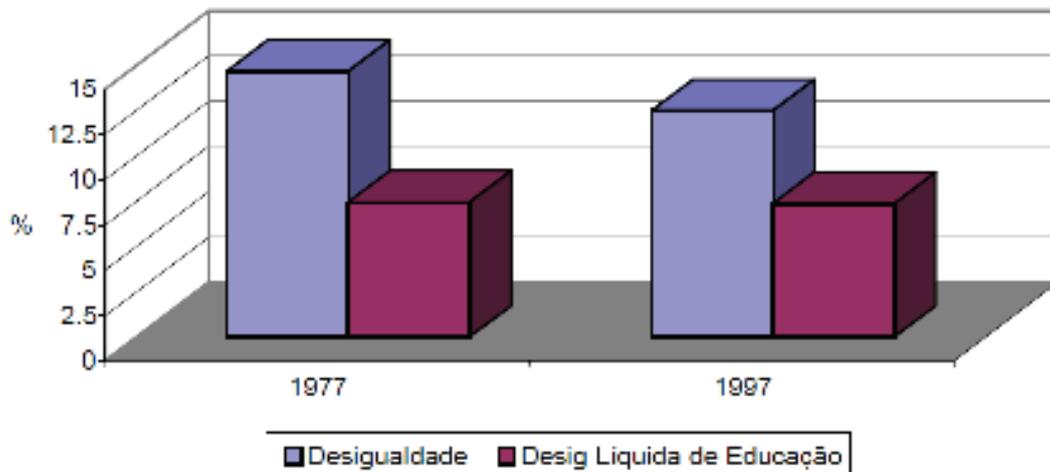
É farta a literatura existente sobre educação, especialmente focalizando seus efeitos sobre os indicadores econômicos, em especial a distribuição de rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho. Situando o conceito de educação como aquele relativo, especificamente, ao acúmulo de capital humano via escola, Filho (2001) analisa em que medida os indivíduos se colocam no mercado de trabalho, através da educação formal, fazendo uso dos dados da PNAD 1997.

Considerando a significativa heterogeneidade educacional brasileira, o ponto de partida é associá-la aos diferenciais de renda e salários do nosso trabalhador. Nesses termos, Barros (2000) vai enfatizar, seguindo o pioneirismo de Langoni

(1973), que a educação de baixa qualidade, associada a sua má distribuição nacional, se constitui em um dos principais problemas sociais do Brasil.

Com base na PNAD de 1977 e 1997, o gráfico 18, elaborado por Menezes-Filho (2001) mostra a relação de renda entre os décimos extremos da distribuição de renda dos trabalhadores brasileiros, entre 24 e 55 anos de idade, e os diferenciais associados à educação.

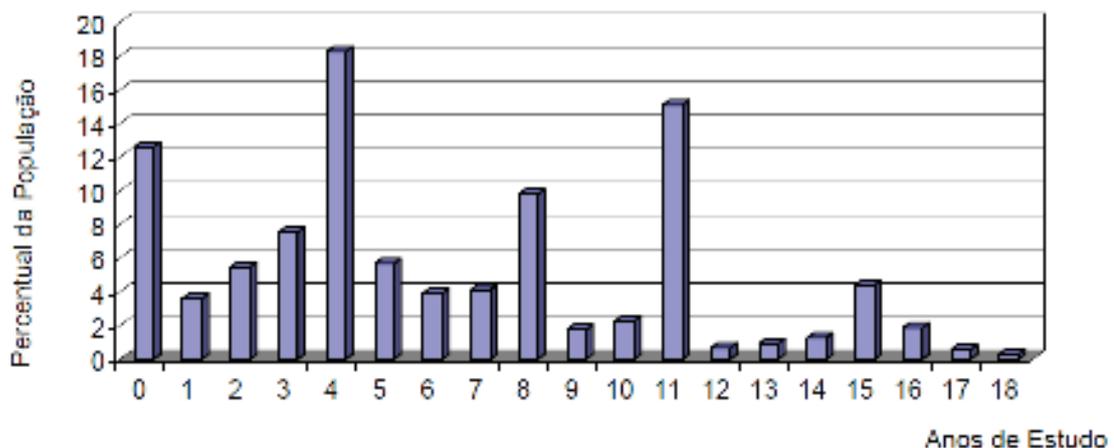
**Gráfico 18: Educação e desigualdade**



Fonte: Elaboração de Menezes-Filho (2001) – dados PNAD

A proporção entre a renda dos 10% mais ricos em relação à renda dos 10% mais pobres (14%) diminuiu apenas dois pontos percentuais, duas décadas após (12%). Seus estudos registram ainda que a contribuição da educação para a desigualdade total fica nos altíssimos patamares de 50%, permanecendo praticamente inalterados entre esses 20 anos (1977-1997).

**Gráfico 19: Composição Educacional - 1997**



Fonte: Elaboração Menezes-Filho (2001) – dados PNAD

Há economista que sugere ser uma alta renda familiar a determinante do alto nível educacional, não o contrário, o que implicaria dizer que o rendimento das pessoas depende exclusivamente de sua renda familiar, nada devendo ao esforço pessoal e seus avanços em educação (FILHO, 2001).

Finalmente o gráfico 19, elaborada pelo autor, mostra a composição educacional do Brasil em 1997, destacando seus mais de 12% de analfabetos na virada do milênio, bem como sua alta concentração nos finais dos ciclos escolares do ensino fundamental, médio e superior.

### 2.3.3 Gini educacional como medida do capital humano

O foco em analisar a distribuição de renda com base nos pioneiros trabalhos de Kuznets (1955), buscando compreender as causas de sua concentração, cede lugar às novas teorias de crescimento endógeno, migrando uso das medidas de distribuição de capital humano, nas equações de crescimento, conforme Bagolin (2004).

Ainda segundo essa autora, podemos entender a década de 90 como período em que o país passou por fortes mudanças em sua economia, iniciando com melhorias a interrupção de um longo estágio de estabilidade em seus indicadores sociais de desigualdade. Ela registra um período de inegáveis melhorias em todos os níveis da educação básica, não deixando de se verificar a expressiva desigualdade na escolaridade da população.

É essa heterogeneidade educacional o fator de maior relevância na explicação da desigualdade na distribuição de renda nacional. O valor excessivo, conferido pelo mercado de trabalho a um ano adicional de escolaridade, decorrente da escassez da força de trabalho qualificada, implica em concentração de renda pessoal. Como ilustração, apresentamos a fórmula adaptada do Gini educacional.

$$G^E = \left( \frac{1}{\mu} \right) \sum_{i=2}^n \sum_{j=1}^{i-1} p_i y_i - y_j | p_j$$

onde:

$G^E$  – Índice de Gini educacional

$\mu$  – média de anos de escolaridade

$p_i$  e  $p_j$  – proporção da população com certo nível de escolaridade

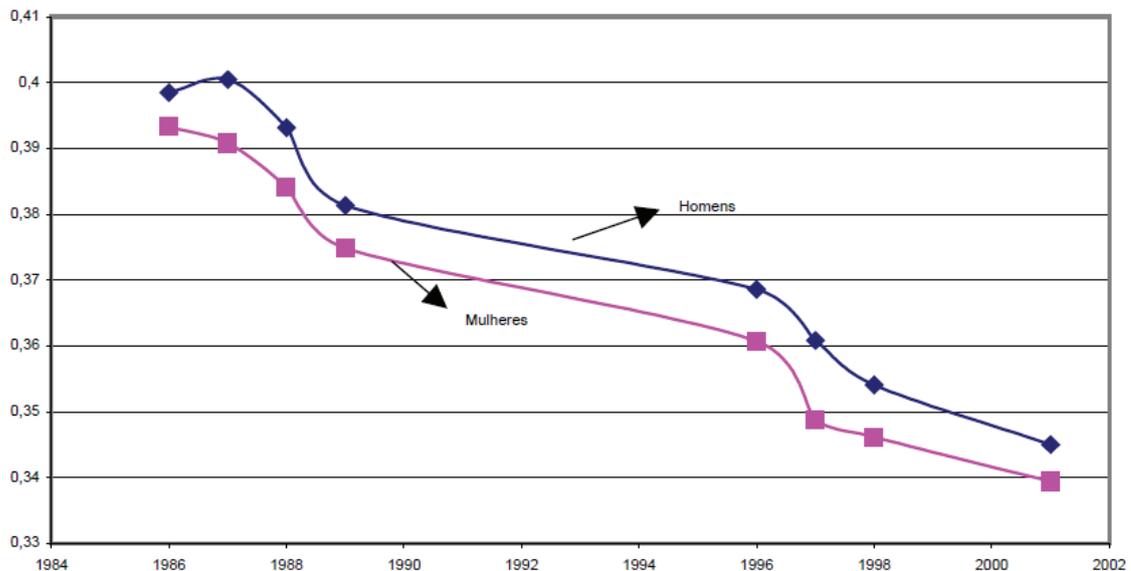
$y_i$  e  $y_j$  – anos de escolaridade em diferentes ciclos de educação.

$n$  = número de níveis do ciclo educacional.

Diante da necessidade de se utilizar um índice que represente uma boa medida das características do capital humano, Bagolin e Júnior (2004) recorrem às

considerações e metodologia de Thomas, Wang e Fan (2000), na estimativa de determinar o índice de *Gini Educacional*, considerando dados relativos ao nível de escolaridade, por região e Estado do país, no período de 1986 a 2001, pela fórmula apresentada, expressa no Gráfico 20.

**Gráfico 20: Evolução do Gini Educacional por gênero no Brasil (1986-2001)**



Apresentado por gênero, a autora mostra que o Gini educacional (Ge) apresenta declínio ao longo de todo o período, sendo mais acentuado a partir da segunda metade da década de 90, apresentando dominância de gênero das mulheres sobre os homens, com sinais de ligeira aproximação em 2001.

Bagolin (2004) ilustra muito bem o fato de que os índices de Gini educacional são bem mais expressivos nas regiões e nos Estados que apresentam as piores rendas per capita. Ou seja, as maiores marcas da heterogeneidade educacional, representadas pelo Gini Educacional (Ge), sustentam as maiores desigualdades na distribuição de renda dos trabalhadores destas regiões. Pode-se concluir também que as regiões que apresentam os melhores estoques de capital humano são aquelas com distribuição mais igual da educação.

**Tabela 27: Coeficientes estimados por um estimador de efeitos fixos, variável dependente: Gini educacional**

Variáveis	Coefficiente	Std. Error	t-Statistic
EM	-0,03017	0,0025	-11,8
R <sup>2</sup>	0,3359		
Nº de Observações	304		

Finalmente, com a Tabela 27, através do uso de um estimador de efeitos fixos, Bagolin e Júnior (2004), utilizando um painel composto pelos 27 estados brasileiros, tomando o Gini educacional como variável dependente e a educação média como

independente, verificam a evidência de "que um aumento na educação média reduz a desigualdade educacional entre os indivíduos". Ou seja: a tabela abaixo mostra que "um ano a mais na educação média reduz em 0,03017 a desigualdade educacional entre os indivíduos" (p.14).

#### 2.3.4 Expansão educacional e progresso tecnológico

Quais os mecanismos de causalidade que sustentam o fato da heterogeneidade educacional da PEA explicar a desigualdade salarial brasileira? Ou ainda, que predicados devem ser incorporados a uma política educacional a fim de reduzir a desigualdade salarial do país?

Na esteira destas questões, Barros (2002) define que, em primeiro lugar, o fator educacional relevante para a redução da desigualdade de renda do trabalhador brasileiro é a sua heterogeneidade. Ou seja, heterogeneidade e desigualdade são diretamente proporcionais. Reduzir desigualdades de renda implica política educacional capaz de diminuir a sua heterogeneidade.

Um segundo aspecto, continua o autor, diz respeito à forma como o mercado de trabalho transforma a heterogeneidade educacional em desigualdade salarial. A tradução dessa transformação tem a ver com o que o mercado de trabalho paga para cada ano adicional médio proveniente da força de trabalho. Dessa forma, quanto maior for o valor monetário estipulado pelo mercado, maior será a desigualdade salarial que se associa à heterogeneidade educacional.

Como a heterogeneidade educacional nos Estados Unidos é menor do que no Brasil (72%), decorre que a contribuição da educação para a desigualdade salarial lá é menor do que aqui. Mais uma vez percebe-se que a heterogeneidade educacional, como principal determinante da desigualdade salarial, provoque um impacto fazendo com que cada ano adicional de educação sobre os salários, seja 61% maior no Brasil do que nos Estados Unidos (Barros, 2002).

Barros, Henriques e Mendonça (2002) de forma interessante ilustram a causalidade:

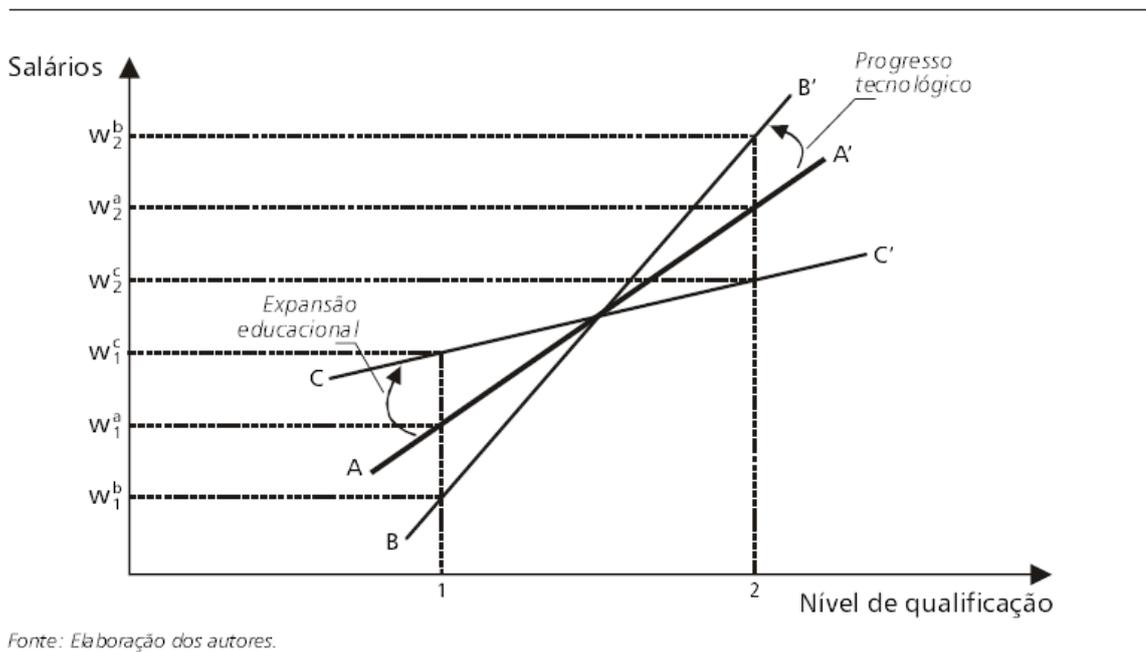
Uma simples analogia pode ilustrar esse argumento causal. Consideremos que a desigualdade salarial representa a imagem da desigualdade educacional projetada através de um espelho curvo. Nesse caso, a imagem projetada (desigualdade salarial) seria tão maior quanto maior fosse o objeto original (heterogeneidade educacional da força de trabalho) e quanto maior fosse a curvatura do espelho (o valor que o mercado de trabalho atribui a cada ano a mais de escolaridade) (p. 6).

Logo, uma desejável política educacional deve carregar consigo o desafio de almejar dois objetivos que se apresentam: reduzir a desigualdade escolar da força de trabalho e, ao mesmo tempo, fazer com que o mercado diminua o valor monetário pago para cada ano adicional de escolaridade do trabalhador. Contudo,

compreende-se que esses dois fatores não são independentes, pelo contrário, estão intimamente conectados de forma dinâmica.

A forma com que a educação se apresenta distribuída no conjunto da população, refletindo escassez relativa da força de trabalho qualificada, é que define o seu valor de mercado. Ante o exposto, recomenda Barros (2002), impõe-se reduzir a escassez através de um alargamento na base, ou um aumento na proporção de trabalhadores com maior nível de escolaridade, reduzindo o seu valor de mercado.

**Gráfico 21: Valor da educação no mercado de trabalho e a corrida entre expansão educacional e progresso tecnológico**



Mais adiante o autor ressalta, mencionando Tinbergen (1975), que o valor do mercado da educação tem a ver com uma "corrida" entre dois atores essenciais ao processo de desenvolvimento da sociedade: (a) a evolução do sistema educacional e (b) o avanço tecnológico. O Gráfico 21, elaborado por Barros, Henriques e Mendonça (2002) mostra a corrida entre (a) e (b), sugerindo os diferenciais de renda entre dois trabalhadores.

O primeiro (a) tende a diminuir a escassez de trabalhadores não qualificados, a partir de uma expansão acelerada de oferta em educação, induzindo uma redução em seu valor de mercado. O segundo (b) aumenta a demanda por trabalhadores qualificados, provocando sua escassez e, conseqüentemente, projetando um aumento no valor de mercado da educação.

Pode-se observar, no eixo das abscissas, que temos dois trabalhadores com distintos níveis de escolaridade 1 e 2, projetando na ordenada seus respectivos salários. O segmento de partida AA' evolui para o BB', com seus respectivos salários projetados, considerando somente o impacto do avanço tecnológico representado

pelo ângulo A'B'. Já o segmento CC' é a evolução de AA', considerando somente o impacto da evolução do sistema educacional, representado pelo ângulo AC.

O gráfico ilustra bem a desigualdade de salários em cada um dos casos, mostrando o quanto ela é acentuada quando a corrida do progresso tecnológico vence a corrida da evolução educacional, representada pelos salários 1 e 2, projetados no eixo das ordenadas.

Nas tabelas 28 e 29 abaixo, Barros (2002) mostra uma análise da desigualdade salarial, a partir da desigualdade e expansão educacional entre o Brasil, a Coréia do Sul e a Colômbia, no período de 1976 e 1986, em uma simulação contrafactual.

**Tabela 28: Desigualdade salarial em uma simulação contrafactual com a Coréia do Sul entre 1976 e 1986**

Indicador	Índice de Theil
Desigualdade Salarial na Coréia do Sul em 1976	0,44
Desigualdade Salarial na Coréia do Sul em 1976 caso sua Desigualdade educacional fosse Igual àquela Registrada em 1986	0,47
Desigualdade Salarial na Coréia do Sul em 1976 caso sua Desigualdade Educacional fosse Igual àquela Registrada em 1986 e seu Mercado de Trabalho Valorizasse a Educação tal como em 1986	0,35
Desigualdade Salarial na Coréia do Sul em 1986	0,34

*Fonte: Elaboração dos autores.*

O Exercício contrafactual consiste em determinar a desigualdade salarial através das equações de Theil, mantendo-se constante a desigualdade educacional, em definidos e distintos períodos.

Os dados mostram uma significativa redução nas desigualdades salariais da Colômbia e Coréia do Sul, respectivamente de 15% e 10%, em apenas uma década. Essa análise da experiência internacional, como referência empírica, permite perceber claramente uma expansão acelerada da educação, associada a uma consequente queda em seu valor de mercado.

**Tabela 29: Desigualdade salarial em uma simulação contrafactual com a Colômbia entre 1976 e 1985**

Indicador	Índice de Theil
Desigualdade Salarial na Colômbia em 1976	0,55
Desigualdade Salarial na Colômbia em 1976 caso sua Desigualdade Educacional fosse Igual àquela Registrada em 1985	0,56
Desigualdade Salarial na Colômbia em 1976 caso sua Desigualdade Educacional fosse Igual àquela Registrada em 1985 e caso seu Mercado de Trabalho Valorizasse a Educação tal como em 1985	0,51
Desigualdade Salarial na Colômbia em 1985	0,40

*Fonte: Elaboração dos autores.*

As últimas décadas, antes da entrada no novo milênio, foram marcadas por um acentuado progresso tecnológico em detrimento ao avanço no sistema educacional brasileiro. A educação perdeu a "corrida de Tinbergen". Nesse período o país expandiu muito lentamente o seu sistema, gerando escassez acentuada de trabalhadores qualificados, por um lado, e altos valores nas taxas de retorno da educação, por outro (BARROS, 2002).

Essa foi uma armadilha na estratégia de desenvolvimento adotada pelo país, reforçando altas taxas de desigualdade salarial, mantidas em altos e estáveis patamares decorrentes da heterogeneidade educacional.

Ferreira (2000) vai concluir, no entanto, que os exaustivos estudos sobre o mercado de trabalho mostram que o foco para a compreensão da geração e reprodução da desigualdade deve estar voltado para o processo de formação e distribuição da educação. Os estudos sintetizam que a heterogeneidade educacional e os altos retornos aos elevados níveis de escolaridade são as principais causas da dispersão de renda brasileira.

As camadas sociais menos favorecidas ou desprovidas dignamente de renda não conseguem, por um lado, frequentar uma escola particular de qualidade, nem por outro, exercer a devida pressão política para que os seus representantes priorizem incentivos e orçamentos para o fortalecimento da escola pública.

O descaso das camadas mais ricas da sociedade para com a educação cria e alimenta o círculo vicioso, uma vez que são os que menos se utilizam do sistema público de ensino, portanto, pouco se importando com as fragilidades em sua oferta e qualidade, especialmente quanto aos níveis fundamental e médio.

Buscar um equilíbrio superior e menos desigual implicaria em romper com esse ciclo vicioso, o que, obrigatoriamente, e não exclusivamente, passa pelo redirecionamento das decisões políticas no sentido de proporcionar melhor e maior oferta de educação. Implica também e, inevitavelmente, no aumento do poder político das classes mais pobres, mediante um fortalecimento da democracia, despertando seu adormecido potencial de inserção e transformação, como destaca esse autor.

As duas pedras de toque, representadas pela heterogeneidade educacional e pela concentração de poder político, se movidas em conjunto ou mesmo individualmente, significam grandes possibilidades de uma transição ou transformação do vicioso em virtuoso.

A desigualdade é um fenômeno que carrega consigo o efeito de uma distribuição de necessidades, semelhante, na busca de uma simplificação por Ferreira (2000), "a um longo vetor de rendas, cada uma delas determinada por uma grande variedade de causas e fatores como o indivíduo, a família e as instituições" (p.154), não possuindo um só determinante.

## CAPÍTULO III

### A EDUCAÇÃO NO COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE

A desigualdade social e sua associação com a educação tem sido objeto de estudo de um variado leque de áreas do conhecimento, apresentando trabalhos importantes provenientes do campo da economia, das ciências sociais, da educação, da psicologia e outros. A desigualdade brasileira é classificada por muito autor como o maior e mais complexo problema do país.

Essa gritante injustiça social, que se manifesta na perversa distribuição de renda, encarada com perturbadora naturalidade pela maioria da população, é um fenômeno antigo e atual, complexo, e ao mesmo tempo instigante de maiores estudos para assegurar as bases de um desenvolvimento brasileiro sustentável e duradouro.

A exagerada desigualdade social do país tem levado pesquisadores a sugerirem termos perturbadores como "construção histórica de uma subcidadania", em Bock (2009), e "dessemelhança humana" como fenômeno originário da perpetuação e elevação extrema das desigualdades, alertado por Cristovam Buarque.

#### 3.1 Medidas e magnitude da queda recente da desigualdade

A queda crescente e contínua na desigualdade da distribuição de renda, iniciada no fim do século passado, interrompendo uma instabilidade quase inabalável, é hoje consenso entre os principais analistas do tema.

Uma das formas de aferir esse comportamento consiste em analisar as principais medidas de desigualdade, consagradas pela literatura clássica, como se apresenta a seguir.

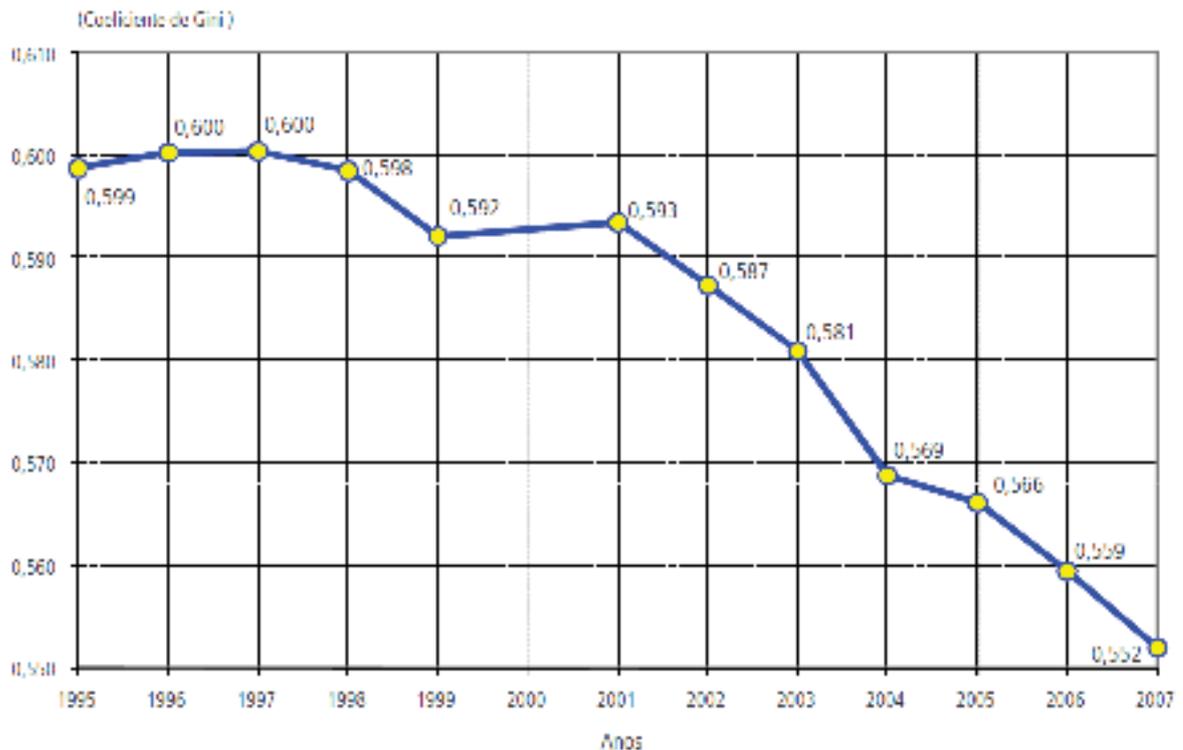
##### 3.1.1 Medidas de evolução da queda na desigualdade

A evolução na redução da desigualdade da renda familiar per capita pode ser visualizada no gráfico 22, elaborado por Barros (2010), inicialmente a partir do desempenho do coeficiente de Gini, indicador historicamente de poucas oscilações em relação às últimas décadas. O autor utiliza como recorte temporal o período posterior à estabilização da economia, que engloba a denominada "década da educação" em estudo.

Os dados permitem visualizar que o coeficiente Gini sofreu uma redução de oito pontos percentuais, decaindo em uma década de 0.600 (1997) para 0.552 (2007), velocidade superior a da grande maioria dos países que apresentaram redução no nível de desigualdade. Os últimos seis anos (2001 a 2007) são

especialmente responsáveis por mais de 85% da redução da desigualdade nesse período.

**Gráfico 22: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo o coeficiente de Gini (1995 a 2007)**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

Ao comentar o ano de 2004, Arbix (2007) vai ressaltar que nessa primeira metade da década, o crescimento anual brasileiro foi de 0,9% da renda nacional, com destaque para um crescimento de 8% para o décimo mais pobre, e taxas negativas para os dois centésimos mais ricos.

O resultado se deveu ao modesto crescimento, associado a uma expressiva redução na desigualdade, fazendo com que a porcentagem de pobres e indigentes reduzisse cerca de quatro e meio pontos percentuais. Merecem ainda, no destaque do autor, a avaliação de quatro aspectos como os mais relevantes pela queda da desigualdade.

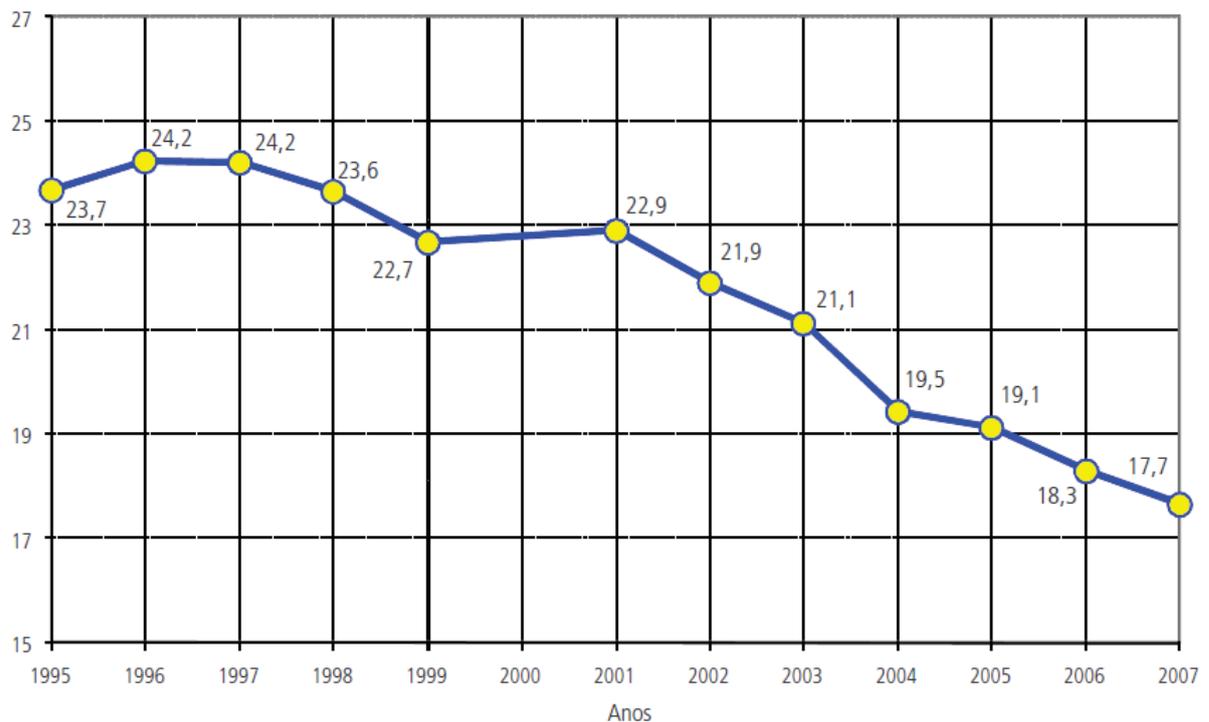
Sem necessariamente estarem ordenados por importância, eles se apresentam como (a) o crescimento do poder de compra do salário mínimo, (b) uma forte redução nas desigualdades entre cidades grandes e pequenas, (c) aumento expressivo no volume dos recursos dos programas de transferência de renda e (d) redução nas taxas de retorno dos investimentos em educação.

A respeito dos (c) programas de transferência de renda do Governo Federal, mais especificamente do Programa Bolsa Família (PBF), Arbix (2007) vai destacar

que "estimativas do IPEA sugerem que cerca de um quarto da queda na desigualdade se deve a eles" (p.136).

Mais adiante, destacando sua focalização, assim como as condicionalidades de manutenção das crianças na escola, e de exames médicos para as mães, ele conclui que "com esse grau de objetividade, o Bolsa Família rompe com uma tradição de dispersão e falso universalismo de inúmeros programas sociais e eleva (...) sua eficiência" (p. 137).

**Gráfico 23: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1995 a 2007)**

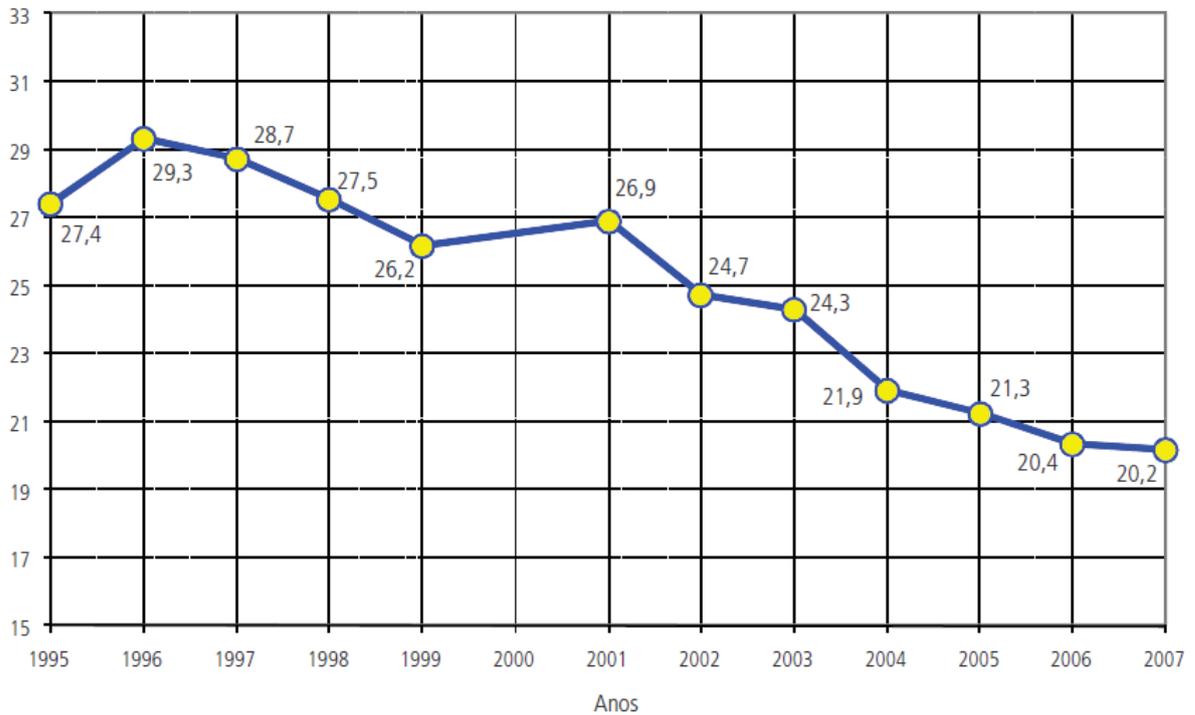


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

Utilizando também os consagrados indicadores das razões entre rendas médias das faixas extremas, representado pela proporção entre os ganhos apropriados pelos mais ricos em relação aos mais pobres, Barros (2010) apresenta os gráficos 23 e 24, das faixas extremas de renda 10/40 e 20/20.

Os resultados obtidos com esses dois indicadores mostram o comportamento de queda contínua, conforme também expresso pelo coeficiente de Gini. Na fração correspondente aos extremos dos rendimentos médios dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres, observa-se uma queda expressiva de 31% no grau da desigualdade, na década em estudo (1996 a 2007), respondendo por 74% dessa redução o período compreendido pelos últimos seis anos. Em relação à fração representativa dos extremos médios de renda 10/40, a queda é de 27% no período, ficando os mesmos últimos anos com a participação de 84% da redução na década.

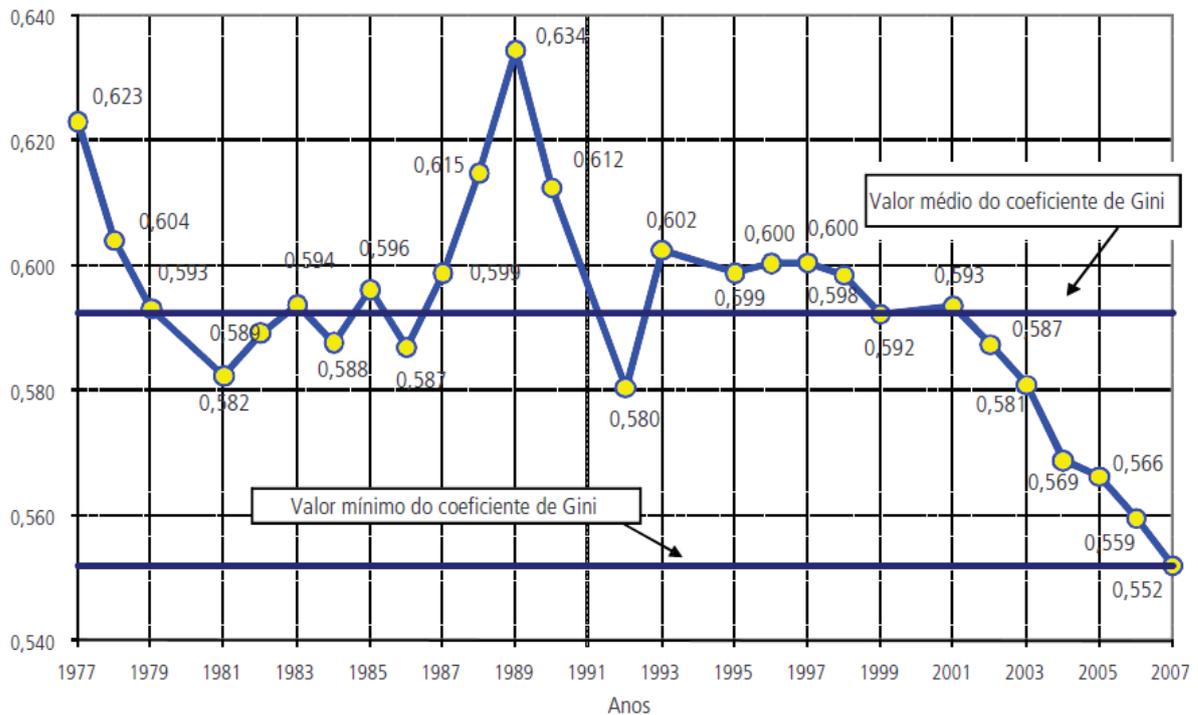
**Gráfico 24: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil na razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1995 a 2007)**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

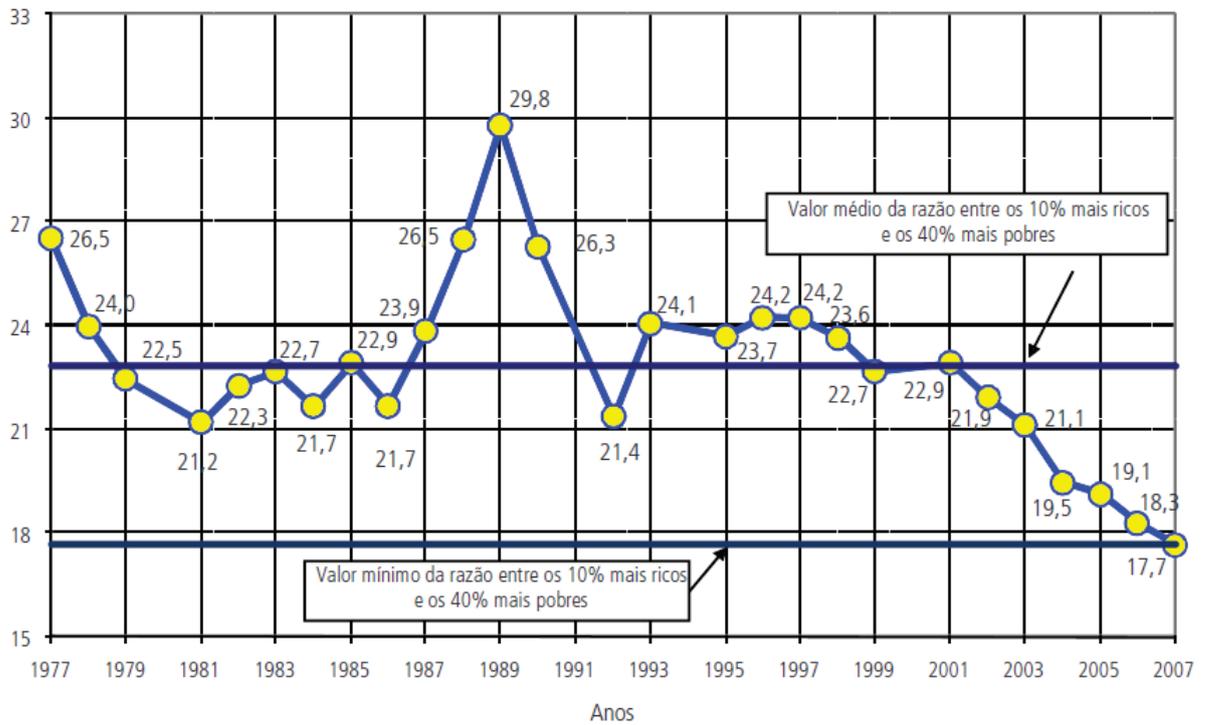
### 3.1.2 Considerações da magnitude e seu contexto histórico

**Gráfico 25: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini (1977 a 2007)**

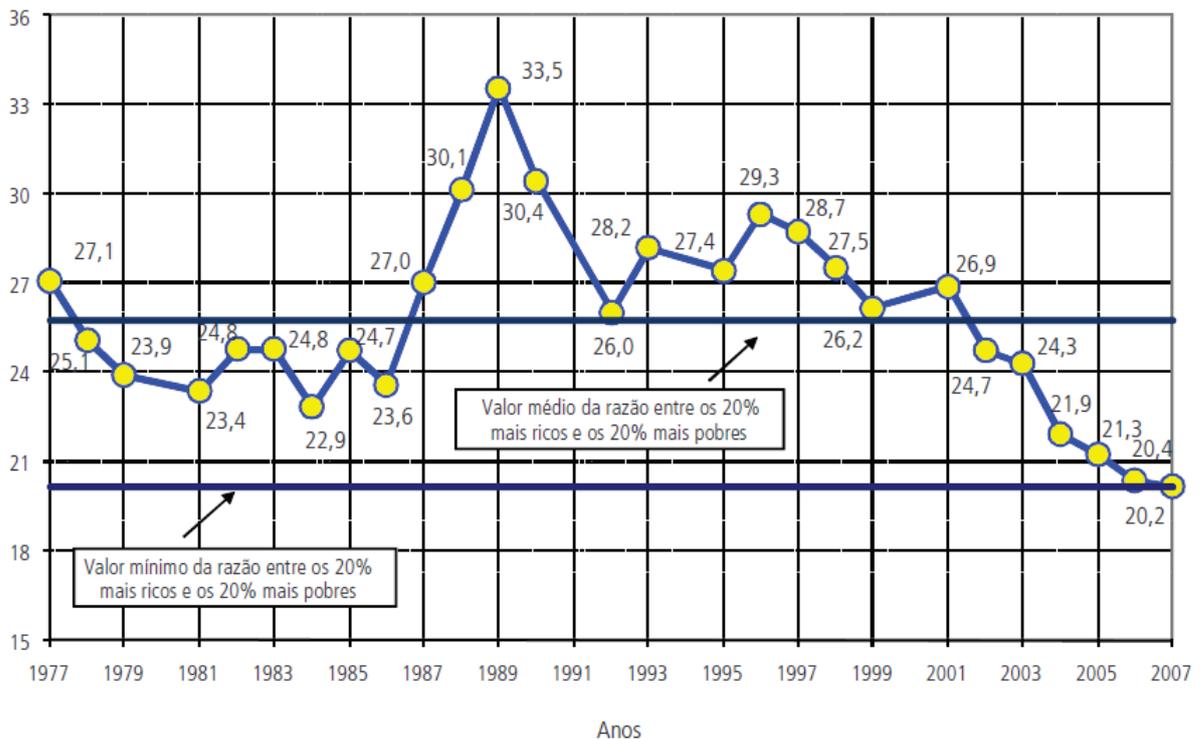


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1977 a 2007.

**Gráfico 26: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres (1977 a 2007)**



**Gráfico 27: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (1977 a 2007)**



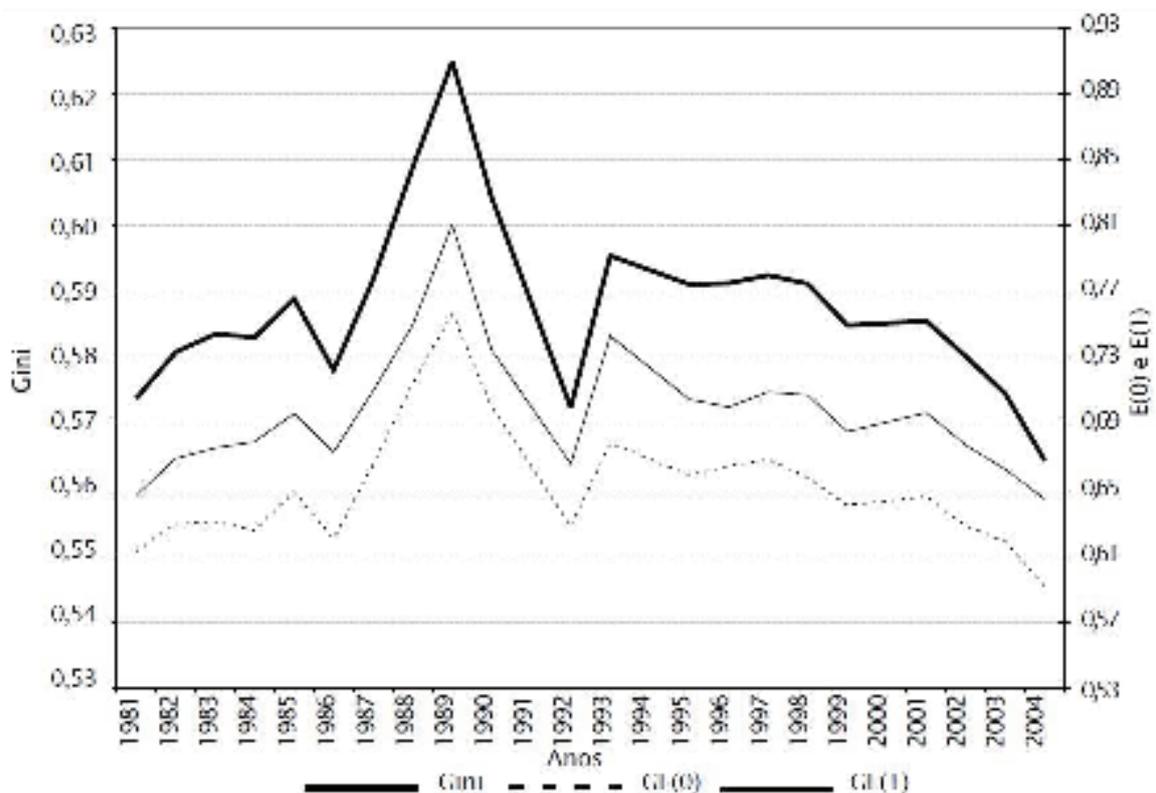
Os gráficos 25, 26 e 27 acima, elaborados por Barros (2010) com a adição de duas décadas anteriores, permitem melhor aferir a magnitude da evolução da desigualdade na renda familiar per capita, explorando um cenário com três indicadores e suas respectivas médias, ao longo de 30 anos. Verifica-se que esses indicadores de desigualdade situam-se, em 2007, significativamente abaixo de suas respectivas médias. As medidas das proporções 20/20 e 10/40, que registram com mais acuidade os ganhos e perdas nos extremos, se encontram 22% abaixo da sua média, nos últimos 30 anos.

Em relação à medida Gini para esse ano, a redução do indicador em relação a sua média é de 6,7%, portanto, três vezes inferior àqueles. Para a medida 20/20, os quatro últimos anos estão abaixo do melhor valor histórico do período, que ocorreu em 1984 (22,9%); já o indicador 10/40 e o Gini apresentam 5 anos recentes com melhor valor que o histórico do período, respectivamente, 1981 (21,2%) e 1992 (0,580).

### 3.1.3 Expressões da estabilidade e crescimento econômico

A lenta expansão educacional da força de trabalho, conjugada com as elevadas taxas de retorno da educação, sintonizadas com a escalada da inflação se apresentam, nas afirmações de Ferreira (2006), como os principais indicativos responsáveis pela crescente elevação da desigualdade nas décadas de 80 e 90.

**Gráfico 28: Evolução da desigualdade de renda no Brasil**



Fonte: Elaboração de Ferreira (2006) com base na PNAD

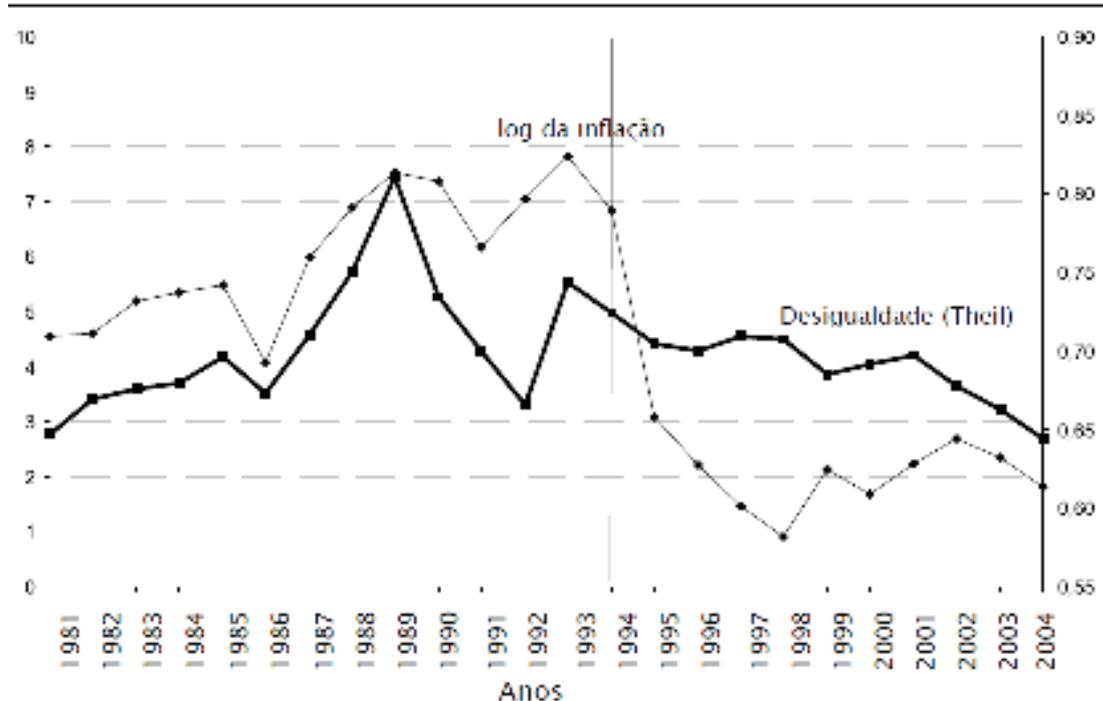
Considerando-se que a medida Gini, semelhante aos indicadores de Theil, afere o desempenho da desigualdade na distribuição de renda para o conjunto de todos os décimos, pode-se associar que a expressão de melhoria de bem-estar, para a totalidade, está diretamente associada ao Gini na proporção de 6,7%, e para as faixas extremas de renda, à proporção de 22%.

Além do Gini, Ferreira e outros (2006) utiliza o gráfico 28 para apresentar o comportamento da desigualdade de renda, a partir do uso das medidas  $E(0)$  e  $E(1)$ , conhecidos como índices decomponíveis (L) e (T) de Theil, e sistematizar sua análise para um período de 23 anos.

Inicialmente ele destaca que “a distribuição de renda brasileira é extremamente concentrada na cauda direita”, para, em seguida, mostrar que ela apresenta três características distintas: (i) de “elevação significativa das medidas”, no período até 1989; (ii) de “alta volatilidade”, no período de 1989 a 1993; e (iii) de uma “quase contínua queda da desigualdade” (p. 152).

Para ilustrar os vários estudos que confirmam a correlação perversa entre inflação e má distribuição de renda, Ferreira (2006) apresenta as duas fases e a transição no Gráfico 29.

**Gráfico 29: Inflação e desigualdade no Brasil (1981 a 2004)**



Fonte: Elaboração própria de Ferreira (2006) com base em microdados PNAD

Destaque se dá ao período compreendido pela década de 80, que se inicia com uma inflação já em patamares de 80%, e atinge a astronômica taxa de 1.500% no ano de 90. Mas ela não cresce sozinha, com a inflação o Brasil presencia a

escalada dos piores indicadores de desigualdade de sua história, cujo ponto mais crítico se encontra em 1989.

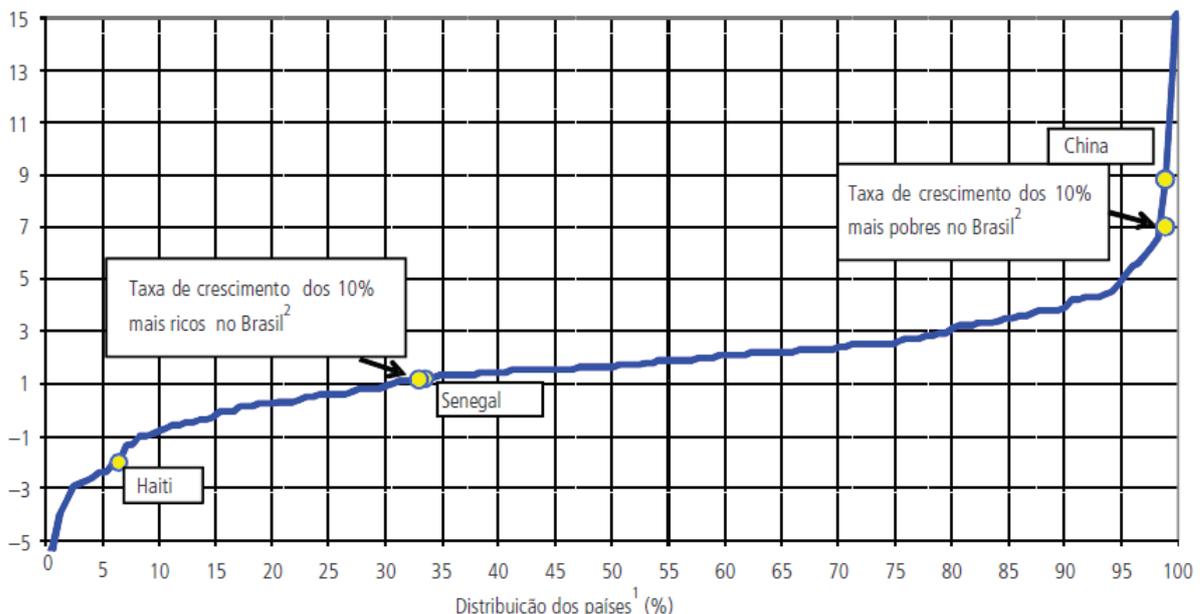
Bastam apenas esses dois comentários e a alcunha de "década perdida" não soa exageradamente rigorosa. A outra face da moeda pode ser apresentada para o período posterior a 1994, onde baixas e controladas taxas de inflação se associam a uma redução paulatina nos índices de desigualdade, mesmo com um desempenho bem modesto de crescimento econômico.

O período de 2001 a 2007 confere à redução da desigualdade, segundo simulações do IPEA, três quartos da queda na pobreza e aproximadamente 85% na queda da indigência ou extrema pobreza no país. "Um ponto percentual de redução na desigualdade praticamente substitui dois pontos percentuais de crescimento para combater a pobreza" (p.138), apresenta Arbix (2007), que, com base no IPEA, cita:

A queda na desigualdade mostrou-se três vezes mais importante que o crescimento econômico para explicar a queda na proporção dos pobres, sendo que, no caso da extrema pobreza, essa relação chegou a sete vezes. [...] o que o exemplo brasileiro deixa claro é que a redução nas desigualdades sociais mostrou-se extremamente poderosa para combater a pobreza e, principalmente, a extrema pobreza (ARBIX, 2007, p.138).

Buscando associar o desempenho da desigualdade brasileira em relação ao crescimento econômico no contexto internacional, Barros (2010) apresenta o Gráfico 30, com dados disponíveis do PIB de 171 países, no período de 1990 a 2005.

**Gráfico 30: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB per capita entre os anos de 1990 e 2005**



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.

Nota: <sup>1</sup> Estão sendo considerados 171 países para os quais existe a informação.

<sup>2</sup> Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

Pode se observar a enorme diferença entre as taxas de crescimento das faixas mais pobres, na cauda à esquerda, e as faixas mais ricas, à direita, comparadas com o Senegal e a China, com o seguinte comentário:

Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil é a de estarem vivendo em um país com elevado nível de crescimento econômico, como a China. No outro extremo da distribuição de renda, [...] dos 10% mais ricos brasileiros, a percepção [...] é de estar vivendo em um país estagnado como o Senegal (BARROS, 2010, p.14).

Contudo, apesar da expressiva e contínua evolução na queda da desigualdade brasileira, especialmente na última década, a concentração da renda ainda é muito alta e coloca o Brasil dentro do universo dos 10% mais desiguais do mundo, como mostra tabela 30, apresentada por Barros e outros (2010), sinalizando para um longo caminho ainda a percorrer.

**Tabela 30: Indicadores de desigualdade na renda per capita no Brasil (2007)**

Indicadores	Valor
Porcentagem da renda apropriada pelos décimos mais pobres (%)	
Primeiro	0,89
Segundo	2,95
Terceiro	5,92
Quarto	9,86
Quinto	15,0
Sexto	21,5
Sétimo	29,6
Oitavo	40,5
Nono	56,5
Porcentagem da renda apropriada pelo último centésimo	12,3
Coefficiente de Gini	0,552
Índice de Theil-T	0,613
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres	17,7
Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres	20,2

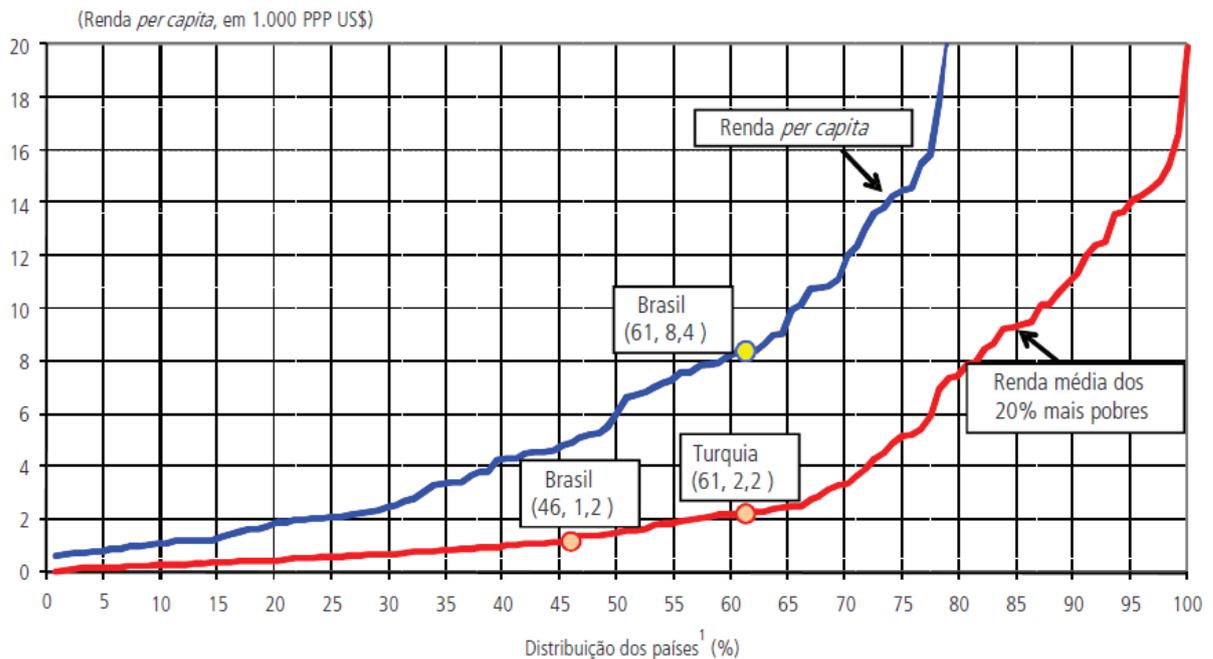
Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2007.

Não é possível ignorar que os números refletem, ainda, uma realidade de injustiça social em larga escala, apesar de o país apresentar os seis últimos anos consecutivos de redução em seu grau de desigualdade. O fato é que 70% da população mais pobre detêm menos de 30% da renda nacional, enquanto que os

10% mais ricos se apropriam de 43,5% de toda a riqueza, ficando para os 50% mais pobres pouco mais do que se encontra na conta de 1% dos mais ricos.

No contexto internacional, quando se considera 163 países com dados relativos à renda per capita e a renda dos 20% mais pobres, Barros (2010) apresenta, no gráfico 31, a incômoda posição brasileira.

**Gráfico 31: Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita e a renda média dos 20% mais pobres**



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.

Nota: <sup>1</sup> Estão sendo considerados 163 países para os quais existe a informação.

Na linha azul da renda per capita, o Brasil é o 61º colocado dentre os 163 países, situando-se em uma zona intermediária. A renda média dos 20% mais pobres é representada pela linha vermelha, e coloca o país concluindo o terço pior posicionado. Ou seja: os nossos pobres são mais pobres de que os pobres de 117 dos países analisados.

Barros (2010) mostra que para deslocar a posição brasileira na linha vermelha para a mesma posição da linha azul, e se igualar à Turquia, a renda média dos nossos 20% mais pobres teria que duplicar, ultrapassando a linha de  $\frac{1}{4}$  da renda per capita média do país. Parâmetro este que, para alguns autores como Amartya Sen, significa a linha da indigência ou extrema pobreza relativa.

Entre 2001 e 2007 a renda dos 20% mais pobres cresceu quase 4%, ao ano, a mais do que a renda nacional. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, ainda seriam necessários quase 16 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição pertinente à renda *per capita* (BARROS, 2010, p.16).

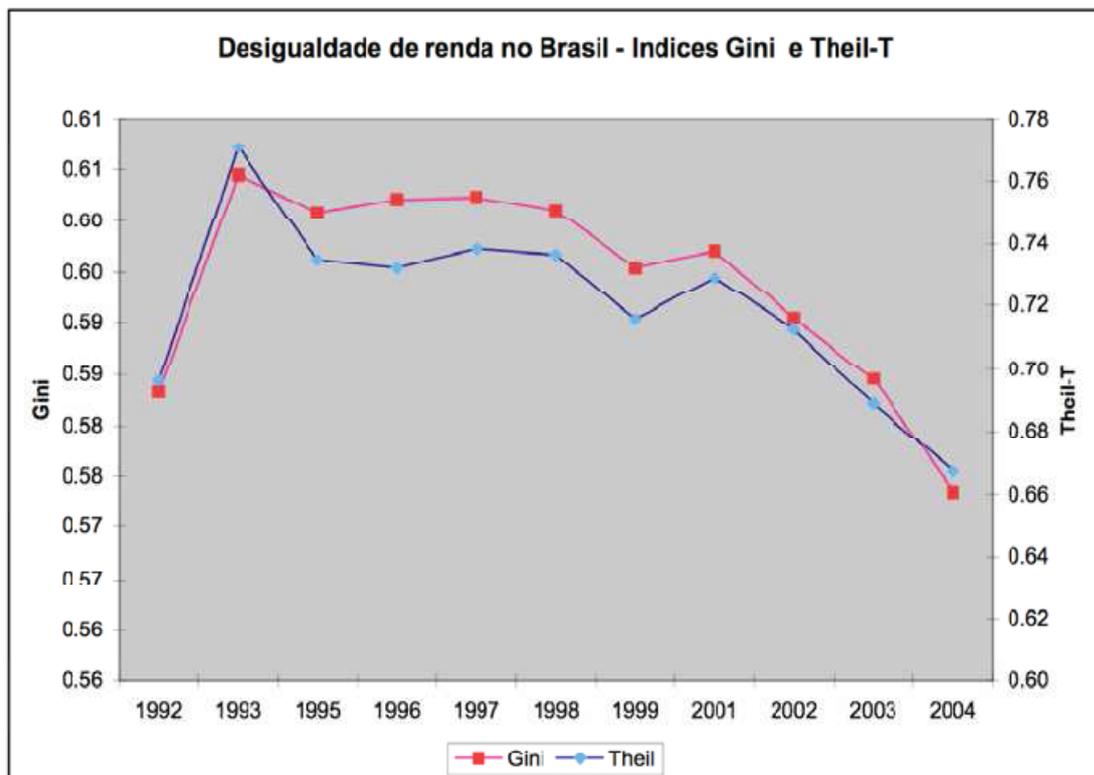
### 3.2 Desigualdade e evolução no quadro da pobreza

Como se pode verificar em relação aos menos favorecidos, marginalizados ou excluídos do processo de desenvolvimento brasileiro, mesmo mantendo as taxas expressivas de redução da desigualdade, será necessário quase duas décadas pela frente para que o Brasil tenha equivalência em justiça social com os países de mesmo nível de desenvolvimento. Esse é o caminho a ser percorrido.

#### 3.2.1. O comportamento da pobreza em Gini e Theil

Utilizando uma das medidas decomponíveis de Theil e o Gini, Schwartzman (2006a) apresenta avaliação do desempenho da distribuição de renda familiar per capita, para um período de 12 anos, com término em 2004, a partir de dados da PNAD. Ele demonstra<sup>9</sup> que é de visível destaque a alta concentração de renda familiar no último décimo mais rico, proporcionalmente 57 vezes mais que o décimo mais pobre, acompanhado de certa homogeneidade nos nove primeiros décimos de renda da população do país.

**Gráfico 32: Desempenho dos índices Gini e T de Theil**



Fonte: PNAD 1992-2004, processamento do IETS

O Gráfico 32 permite melhor visualizar e analisar essa desigualdade de

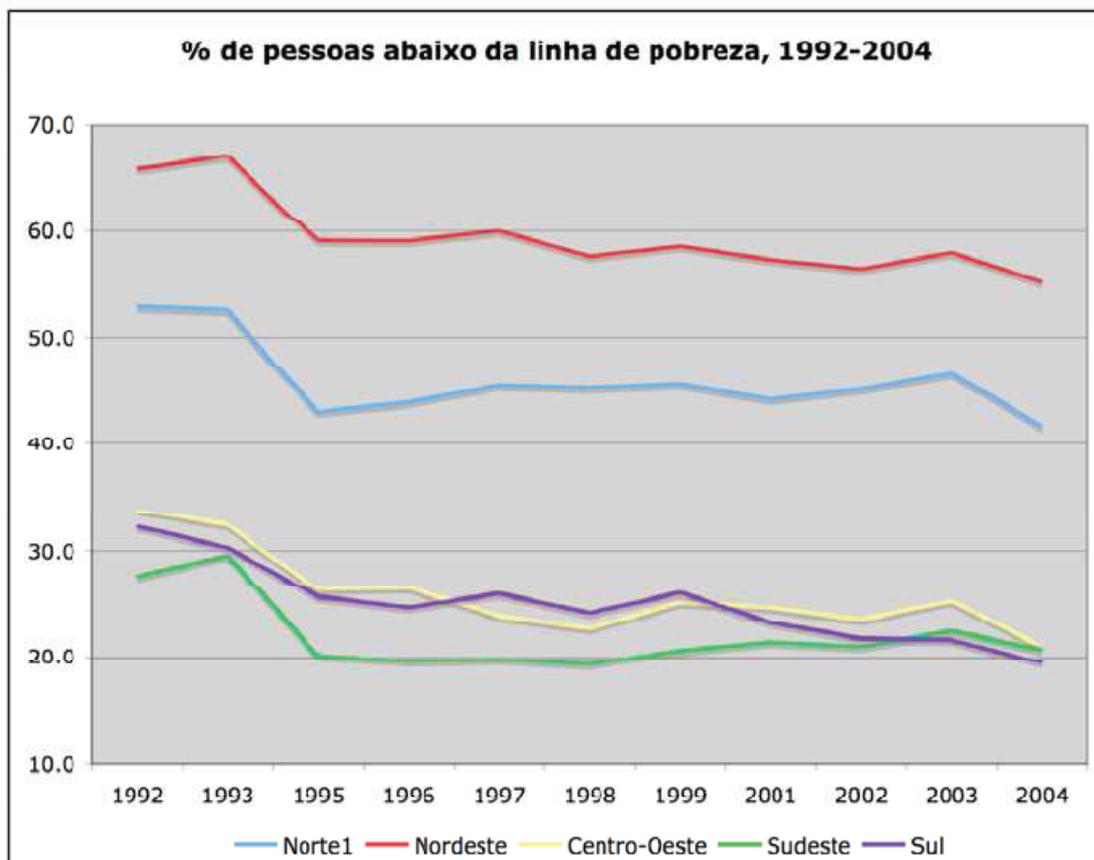
<sup>9</sup> Para mais esclarecimentos ver gráfico em Schwartzman (2006a, p. 4).

distribuição de renda, que mostra o indicador Gini e o índice T de Theil, para o período de 1992 a 2004, referente à estabilidade financeira pós-real.

As grandes oscilações dos dois índices se destacam nos primeiros anos de inflação estratosférica, antecedendo o plano macroeconômico de estabilização financeira de 1994. A partir daí, ambos iniciam o lento, mas constante período de queda, cuja expressão mais sensível é dada pelo T de Theil.

A melhoria dos índices indica redução de desigualdade social e redução na pobreza e indigência, que é mais facilmente verificada se tomarmos a medida da razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres no período. Schwartzman (2006a) vai nos mostrar que "a desigualdade brasileira vem caindo desde 1996, quando a razão era de 24.6, até o ano de 2004, quando chega a 20.1" (p. 5), com aproximadamente 19% de queda.

**Gráfico 33: Comportamento regional nos índices de pobreza**



Fonte: PNAD 1992-2004, processamento IETS

Os cálculos do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) da USP, como se vê no Gráfico 33, segundo critérios do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) dão destaque à queda mais significativa da pobreza, segundo Schwartzman (2006a), "(de 41,6% para 33,8%) (...) entre 1993 e 1995, com o Plano Real e o aumento do valor real do salário mínimo ocorrido em 1995" (p. 5).

Após esse período as taxas de pobreza se manterão com pouquíssimas reduções, conforme indicadores de desigualdade Gini e Theil, nacionalmente e regionalmente, à exceção do último intervalo entre 2003 (34,1%) e 2004 (31,7%), onde a queda da desigualdade se acentua novamente.

### 3.2.2 A vulnerabilidade dos pobres e os ciclos de crescimento

Analisando a irregularidade do crescimento e as distintas fases da pobreza, Salama (2008) apresenta os termos, muito difundidos entre os economistas, que estabelecem três fases ou modelos de crescimento: (i) muito favorável aos pobres, <<*pro-poor*>>, "quando a diminuição do índice de pobreza se realiza a uma taxa de crescimento superior à do PIB"; (ii) moderadamente favorável aos pobres, <<*trickle down*>>, "quando o índice de pobreza diminui, mas a uma taxa inferior à do crescimento do PIB"; (iii) pauperizante, <<*miserabilista*>>, "quando o crescimento, positivo ou frequentemente negativo, provoca um aumento do índice de pobreza". O autor ilustra os conceitos com o exemplo coreano que transcrevemos:

O crescimento foi, entre 1990 e 1996, em seu conjunto do tipo «*pro-poor*»: os índices de pobreza diminuíram mais rapidamente que o aumento do PIB. As desigualdades diminuíram no conjunto da população, o coeficiente de Gini passou de 29% em 1990 a 27%, [...] de sorte que a profundidade da pobreza diminuiu. Em 1997-98, com a crise, a situação muda radicalmente: estamos nesse momento na presença de uma fase "empobrecedora": o índice de pobreza diminuiu a uma taxa mais elevada, em relação ao do PIB, a profundidade aumenta ainda mais rápido e as desigualdades entre os pobres cresce fortemente. No período que se segue, a diminuição do índice de pobreza é levemente inferior à taxa de crescimento do PIB, o crescimento é «*trickle down*», [...] graças à política social ativa posta em ação (SALAMA, 2008, p.10).

Visando atender metas dos objetivos do Millenium para que a pobreza extrema se reduza pela metade, no período de 1990 a 2015, Salama (2008) mostra que experts (CEPAL, IPEA, PNUD, 2003) simularam taxas de crescimento, supondo inalterados os patamares para a desigualdade. A conclusão a que chegaram é de que será necessário "um crescimento acumulado no período de 207% para a Bolívia, de 104% para a Colômbia e de 86% para o Brasil" (p. 6), para que se atinjam os objetivos desejados.

O autor destaca que o comportamento do PIB e da pobreza não é equivalente, e justifica que "os pobres, por serem menos protegidos, são mais vulneráveis à volatilidade do PIB em relação às outras categorias da população, melhor protegidas" (p. 7). Conclui mais adiante que "a proporção de pobres cresce mais fortemente quando o crescimento diminui e a crise se estabelece" (SALAMA, 2008).

Os momentos de crise são trágicos para os menos favorecidos, com forte expressão nos países em desenvolvimento, decorrentes em especial da fraca proteção social dessas camadas. Essa fragilidade se apresenta na forma de serviços públicos, conforme destaque do autor, "dentre os quais a escola e a saúde, que sofrem particularmente de reduções de despesas, com o objetivo de reencontrar o equilíbrio orçamentário" (p. 8).

Citando Hicks e Wodon (2001), ele engrossa a tese em estudo com foco nos países da América Latina, sublinhando que "quando o crescimento do PIB per capita diminui de um ponto percentual, as despesas dirigidas aos pobres diminui de dois pontos". É uma redução apoiada na queda do PIB e no aumento dos pobres em função de uma crise. Mostra que os autores ainda destacam que "a política social é muitas vezes procíclica e acentua os efeitos negativos da volatilidade sobre a população de baixa renda" (SALAMA, 2008, p. 8).

### 3.2.3 O paradoxo da empregabilidade entre os pobres

É comum associar pobreza ao desemprego e a empregabilidade informal. Muito se fala também da incapacidade do setor formal em absorver as altas taxas de migração campo/cidade, enfrentadas pelo país desde meados do século passado. Salama (2008) relata que "esses novos entrantes buscam empregos informais e vivem em favelas", continuando em seguida que "migração, empregos informais e pobreza encontram-se, portanto, ligados" (p.11).

Apesar dessa dimensão, a pobreza apresenta complexidade bem maior, constituindo-se em um verdadeiro paradoxo quando associada à taxa de atividade e desemprego. Rocha (2007) mostra que a taxa de atividade média dos pobres no país permaneceu praticamente inalterada entre 1999 (54,9%) e 2005 (55,6%), para o conjunto de todas as atividades dos setores formal e informal. Em relação aos "não pobres", o incremento foi inferior a dois pontos percentuais entre 1999 (63,3%) e 2005 (65%).

Portanto, o surpreendente paradoxo que se apresenta mostra que a taxa de atividade média dos pobres, além de ser inferior, apresenta taxas de crescimento menores que a taxa de atividade dos "não pobres". Conforme Salama (2008), "por definição se deveria observar justo o contrário, ou seja, uma taxa de atividade dos pobres mais elevada do que a dos "não pobres", por razões estritas de sobrevivência" (p.11).

A autora menciona, como possíveis explicações aventadas para o paradoxo, a alta taxa de fecundidade das mulheres pobres, associada à difícil guarda das crianças de menor idade, e os programas de transferência de renda, sem, contudo crer muito nesse último. É instigante o texto transcrito, enfocando o desemprego para os pobres.

[...] a taxa de desemprego, definida segundo os critérios da OIT, era de 18,2% em 1999 e de 20,1% em 2005. Paradoxalmente, essas taxas são inferiores para os “não pobres”: 6,6% em 1999 e 6,3% em 2005. Na medida em que os pobres não recebem auxílio desemprego, é surpreendente que tenham uma taxa de desemprego mais elevada que a dos “não pobres” (ROCHA, 2007, p.13).

Quando se associa o nível de escolaridade e a empregabilidade dos pobres, conforme trabalho de Sônia Rocha (Tabela 31), em citação de Salama (2008), o paradoxo ganha maiores explicações.

**Tabela 31: Composição dos pobres segundo a escolaridade (%)**

Indicador	Ano	Menos de 4	De 4 à 7	De 8 à 10	11 anos	Mais de 11
		anos	anos	anos		anos
Composição por idade	1999	25,1	41,3	20,9	11,1	1,7
	2005	15,9	35	26,6	20,5	2,1
Taxa de desemprego	1999	10,2	20,7	30,4	33,6	40,2
		10	19,3	29,8	32,2	37,2

Fonte: S. Rocha (p.13, 2007), a partir dos dados do IBGE e da PNID (o Norte rural foi excluído).

Percebe-se, para a primeira fração em destaque, que o universo com escolaridade inferior a 4 anos sofreu uma redução de aproximadamente 38%, entre 1999 (25%) e 2005 (16%). Significa que em torno de 4 em cada 10, do quarto mais pobre do país, elevou sua escolaridade subindo de faixa.

O contingente da segunda faixa, com 4 a 7 anos de estudo, teve uma migração líquida menos expressiva, representada por pouco mais de 6 pontos percentuais, que corresponde a uma promoção de 15% para uma nova faixa de escolaridade. No entanto, se considerarmos a migração bruta do universo constituído pela metade mais pobre entre eles, verifica-se que (23%) aproximadamente 1 em cada 4 foram promovidos para a faixa de escolaridade acima de 8 anos, no período de 1999 a 2005.

Em outras palavras, enquanto o ano de 1999 apresentava dois terços da população pobre (66,4%) detendo escolaridade inferior a 7 anos, após 6 anos (2005) essa proporção fica restrita a "apenas" metade (50,9%) mais pobre entre os pobres. O desempenho no período, relativo à metade mais pobre, medido pela taxa de escolarização, foi de aproximadamente 24 pontos percentuais.

Das três faixas posteriores, a que corresponde a uma escolaridade de 11 anos absorveu a maior parte do impacto promocional, quase dobrando (85%) seu contingente em 2005. Na associação das sistematizadas faixas de escolaridade com as taxas de desemprego, é possível compreender melhor o paradoxo. Analisemos os dados a partir da premissa de que a relação, taxa de empregabilidade e escolaridade, mostra um comportamento do mercado em relação à demanda por

mão-de-obra qualificada.

Nesses termos, as duas colunas em destaque mostram que a taxa de desemprego, no período de 1999 a 2005, permaneceu praticamente estável e em torno de 10% entre os com escolaridade inferior a 4 anos, e em torno de 20% para os de escolaridade entre 4 e 7 anos. A partir de melhor escolaridade as taxas aumentam, podendo significar que, conforme Salama (2008), "quando a formação é menos importante (de 0 a 7 anos), a taxa de desemprego é relativamente fraca: a necessidade de trabalho para sobreviver é forte, mas o trabalho é exercido, sobretudo, nos empregos informais" (p.13).

A sinalização abaixo que o autor apresenta, mostra que o mercado praticamente não reconheceu o aumento da escolaridade da população mais pobre, ou seja: a taxa de retorno pelos anos a mais de escolaridade não foi suficiente para melhorar os índices de empregabilidade. O autor assim comenta o paradoxo da empregabilidade entre os pobres:

O desemprego cresce à medida que a escolaridade avança. A taxa de desemprego é fraca para as categorias de pobres menos escolarizados, ela cresce à medida que a escolaridade aumenta. Os mais pobres buscam atividades geralmente na informalidade, sobretudo para garantir a sobrevivência estrita. A ausência de sistema de proteção social para os pobres menos instruídos e a necessidade de sobrevivência estrita explica essas fracas taxas de desemprego. Os menos pobres entre os pobres têm, por outro lado, uma taxa de desemprego mais elevada (SALAMA, 2008, p.13).

Ele é enfático ao defender uma acelerada expansão do sistema educacional, especialmente para ampliar as oportunidades de qualificação do trabalho, o que demanda investimentos em políticas públicas clássicas de educação no combate à pobreza, como se vê no texto transcrito.

Em síntese, uma taxa de crescimento mais elevada e durável, acompanhada de um esforço sustentado nas despesas em educação, é a via obrigatória para reduzir, de maneira significativa, a pobreza. [...] A luz no fim do túnel da pobreza, mesmo com os pequenos clarões percebidos em alguns países, ainda se encontra muito distante. O aumento das transferências sociais diminui a pobreza e alivia as dificuldades dos que mais sofrem privações. Se essas transferências são necessárias e eticamente indispensáveis, elas não são de forma alguma a solução para suprimir uma pobreza absoluta, que ainda se situa em níveis muito elevados (SALAMA, 2008, p.16).

### 3.2.4 A desigualdade transformando o cenário da pobreza

Lembrando o lento crescimento econômico do período, Barros (2010) destaca a importância desse declínio em relação às condições de vida dos pobres, citando que "a redução na extrema pobreza foi três vezes mais rápida do que o necessário para o país atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio em 2015" (p. 9).

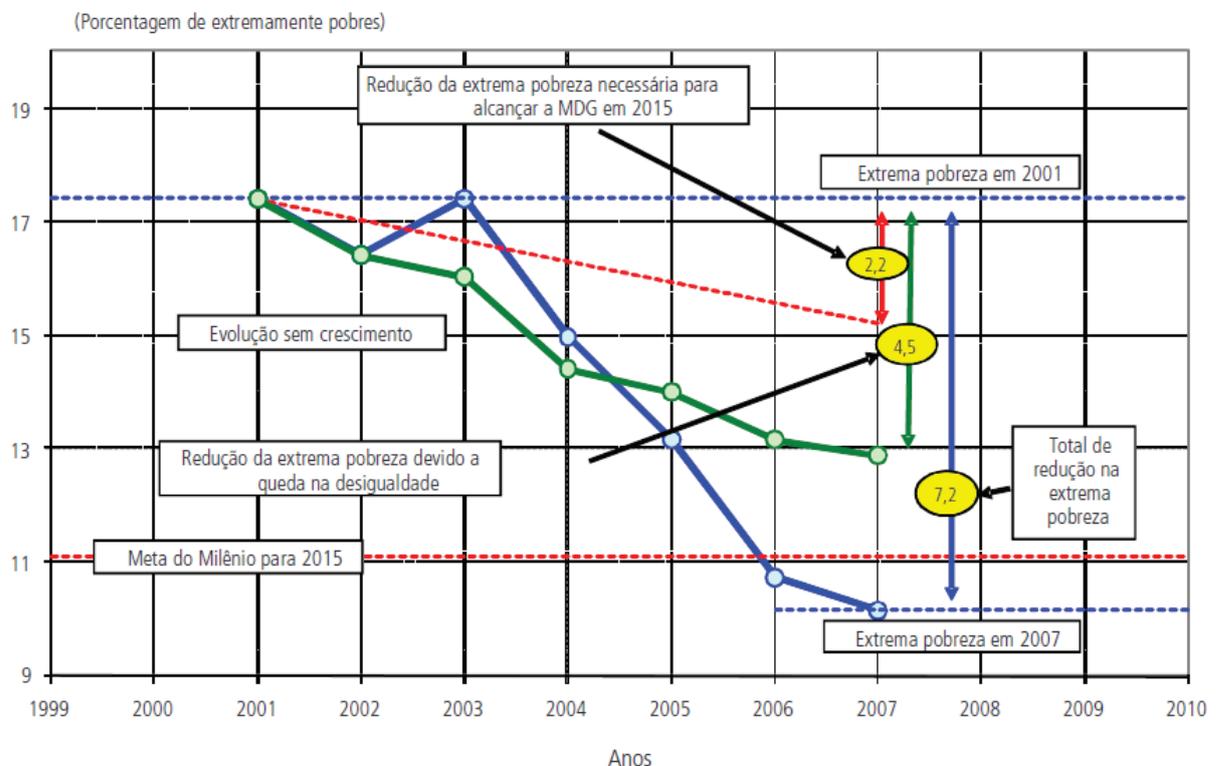
De forma didática ele mostra que o comportamento da pobreza está

associado a dois atores: crescimento e desigualdade. Quando (i) o primeiro cresce de forma balanceada e o segundo apresenta uma redução consistente, nos deparamos inevitavelmente com uma diminuição otimizada nas taxas de pobreza e extrema pobreza. Nesse caso temos a ação de dois vetores agindo no mesmo sentido, potencializando uma resultante que se soma em benefício da queda da pobreza.

Obviamente que (ii) a atuação em direção oposta dos atores, através de taxas negativas ou insignificantes de crescimento (crise), associado a elevados indicadores de desigualdade, levarão também a potencialização de uma soma dos vetores, porém, em benefício do crescimento da pobreza. No terceiro cenário possível (iii) os atores tendem a se anular, uma vez que os vetores que os representam se encontram, necessariamente, em sentidos contrários, permanecendo as taxas de pobreza sem grandes incrementos.

O gráfico 34, elaborado por Barros (2010), vem mostrar a situação brasileira vivida na última década, experimentada de forma mais intensa no período de 2001 a 2007, quando (i) as componentes vetoriais do desenvolvimento e desigualdade se somam em favor da redução na desigualdade.

**Gráfico 34: Evolução da extrema pobreza no Brasil entre 2001 a 2007**

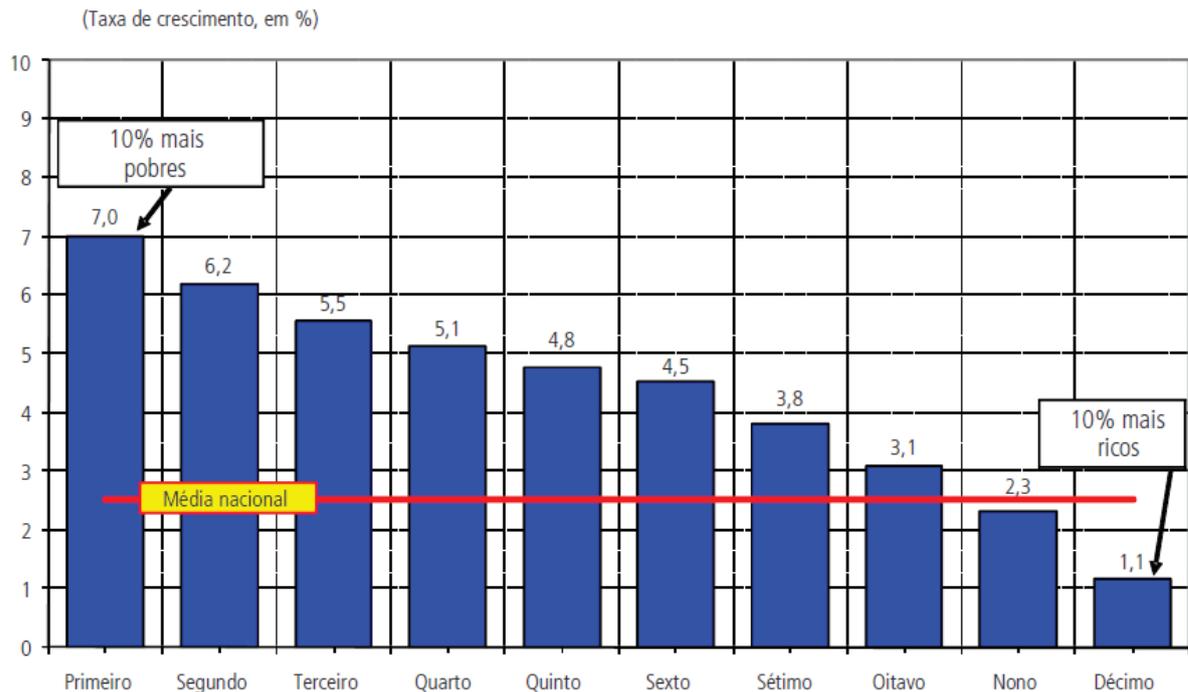


Registrando que historicamente o país não tem experimentado situação similar, o autor demonstra que “a redução observada nos níveis de pobreza resultou fundamentalmente da redução no grau de desigualdade” (p.17), o que representa

4,5% dos 7 pontos percentuais de queda, significando mais de 60% do resultado. O restante deve-se ao crescimento no período.

A partir da taxa de crescimento anual média do período acima, Barros (2010) elabora o gráfico 35 que facilita a visualização dos ganhos dos décimos extremos mais pobres em relação aos mais ricos, expressando suas respectivas taxas.

**Gráfico 35: Taxa de crescimento médio (%) da renda familiar per capita no Brasil por décimos da distribuição entre 2001 e 2007**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 a 2007.

Apenas os dois décimos de maior renda ficaram abaixo da média nacional, porém, também apresentaram crescimento no período. Praticamente metade da população, representada pelos 5 primeiros décimos, apresentou crescimento em suas rendas equivalente ao dobro da média nacional, cabendo aos 10% mais pobres aproximadamente 3 vezes mais do que ela.

### 3.3 Funções de bem-estar e determinantes da desigualdade

Uma vez apresentada de forma clara a melhoria na composição da renda brasileira, da pobreza e da extrema pobreza, ocorrida de forma consistente nos últimos anos da denominada “década da educação” (1997-2007), com benefícios para todas as faixas na distribuição da renda per capita, resta-nos conhecer seus principais determinantes. Em outras palavras, quais são os atores que protagonizam essas melhorias e como tem sido o desempenho de seus papéis?

Segue, ainda, outra indagação crítica, especialmente pertinente em função da pouca expressividade do PIB e da renda per capita no período: a queda na

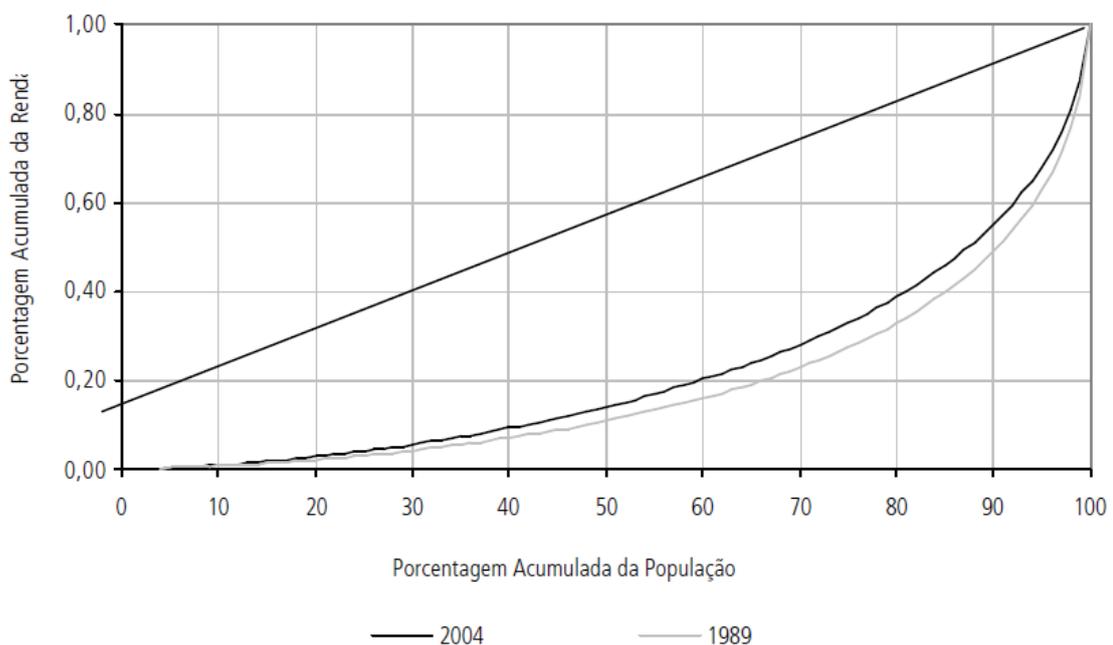
desigualdade produziu ganhos apenas para os mais pobres? Implicou grandes perdas para os mais ricos e classe média, associada a uma significativa redução de bem-estar para a maioria da população?

Para corroborar com essas indagações, Soares (2006) lembra a grande queda na renda de todos de 1989 para 1990, onde “qualquer pessoa que comemorasse a queda na desigualdade, no primeiro ano do Governo Collor, estaria comemorando o empobrecimento geral da Nação” (p. 11).

### 3.3.1. Dominância de Lorenz na análise do bem-estar

A Curva de Lorenz, que apresenta geometricamente o índice de Gini, nome conferido em homenagem ao primeiro presidente do *Instituto Centrale di Statistica* Italiano, Corrado Gini, permite estabelecer o que se denomina de *Dominância de Lorenz*. A curva permite graficamente visualizar se a distribuição de renda de um determinado ano é mais igual que outro em função da reta da igualdade. Quando isso ocorre diz-se que ocorre dominância, ou seja: esta distribuição domina aquela. No gráfico 36 elaborado por Soares (2006), visualiza-se a dominância da distribuição de renda do ano de 2004 sobre 1989.

**Gráfico 36: Apresentação gráfica das Curvas de Lorenz de 2004 e 1989**

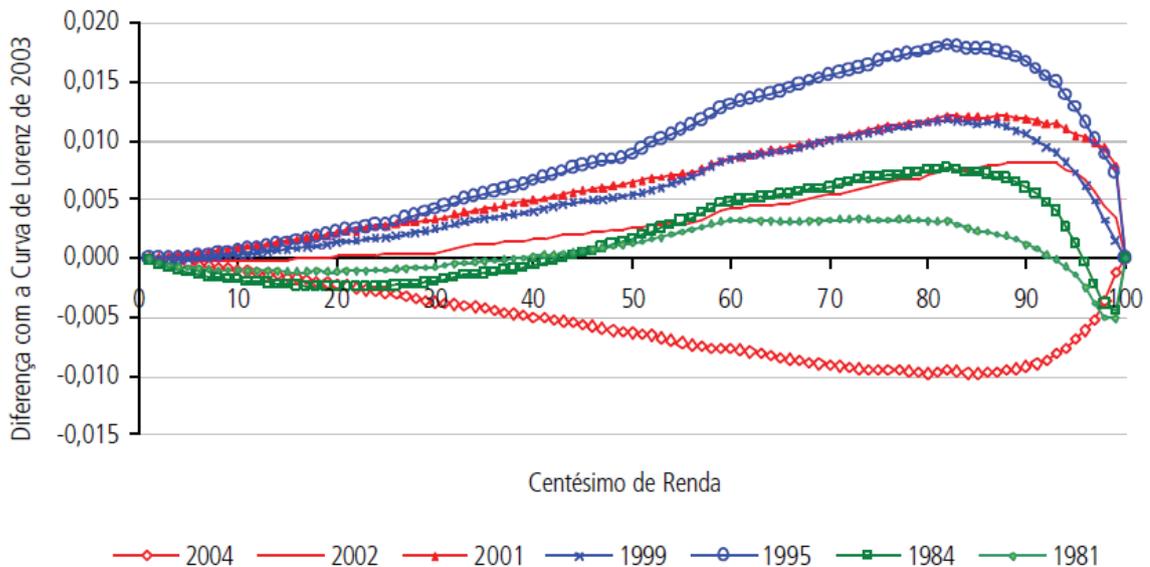


Fonte: Microdados das Pnads de 2004 e 1989.

O gráfico 37 mostra as Curvas de Lorenz para vários anos, e o autor as associa com o ano de 2003, representado pelo eixo das abscissas, uma vez que as demais curvas são funções deste ano. As curvas abaixo deste eixo representam anos com melhor distribuição, da mesma forma que as acima dele expressam o contrário.

É fácil visualizar que apenas a curva de 2004 aparece em destaque abaixo do eixo das abscissas, significando que ela tem uma distribuição mais igual que a de referência, ou seja, que o ano de 2003. Todas as demais se apresentam, predominantemente, acima do eixo que representa 2003, sendo, portanto, nesses intervalos acima do eixo, mais desiguais na distribuição de renda, em relação ao ano de referência.

**Gráfico 37: Várias Curvas de Lorenz como diferença com a curva de 2003**



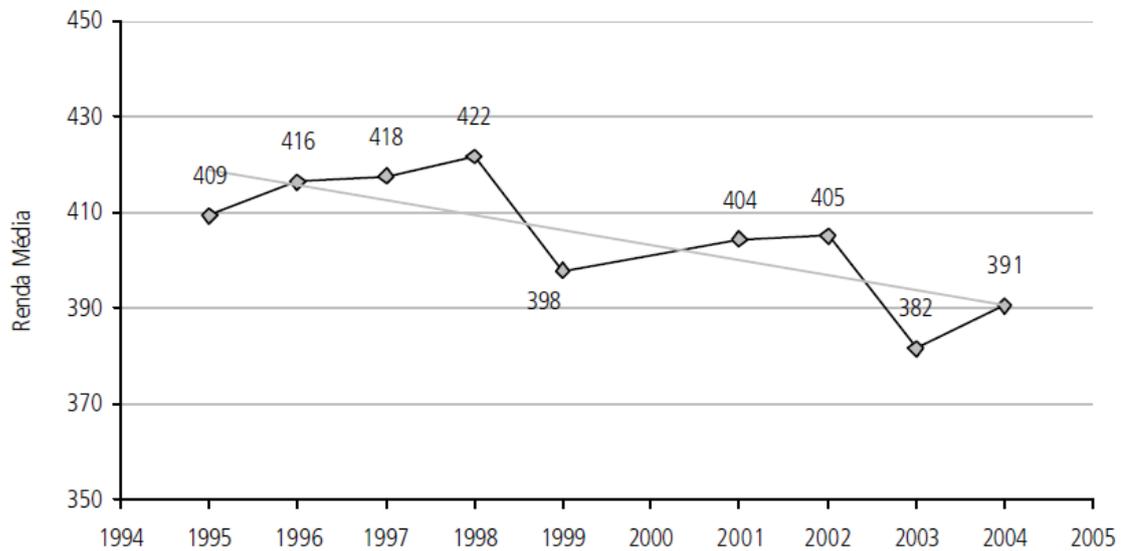
Fonte: Microdados das Pnads 1981, 1984, 1995, 1999, 2001, 2002, 2003 e 2004.

É também possível visualizar que as curvas relativas aos anos de 1984 e 1981, na cor verde, cruzam com a de 2004 no início, significando que este ano (2004) apresenta o melhor Gini, mas que não domina aqueles (1984 e 1981), apenas os demais.

Soares (2006) vai dizer que "para qualquer medida de desigualdade, 2004 é o ano mais igual desde 1984; e para a maioria, salvo aquelas com muita sensibilidade nos primeiros percentuais, a distribuição de 2004 é a mais igual (igualitária) desde 1976" (p. 11).

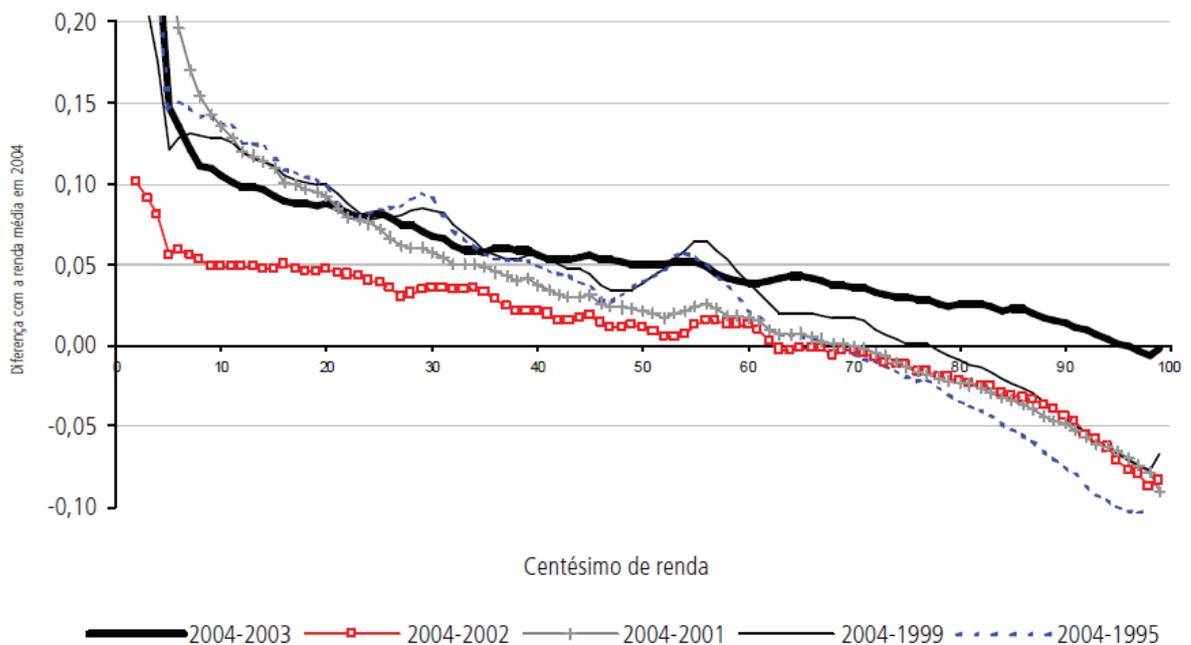
Para se proceder a uma análise de bem-estar, uma das informações essenciais é verificar o comportamento da renda domiciliar per capita média do país (gráfico 38), conforme apresenta Soares (2006), lançando mão do período de 1995 a 2004. Segundo o autor, a principal indagação consiste em verificar se a desigualdade caiu "porque houve um empobrecimento geral" (p. 12), ou se ela apresenta ganhos, e, nesse caso, em que segmentos eles estão.

O autor apresenta análise onde constata uma queda na renda familiar per capita entre o ano de 1996 e o ano de 2004, da ordem de seis pontos percentuais, que remete à necessidade de verificar quais faixas perderam renda no período.

**Gráfico 38: Comportamento da renda familiar per capita média (1995 - 2004)****Renda Média de 1995 a 2004**

Fonte: Elaboração de Soares (2006) com base na PNAD

Fazendo uso de uma das possíveis *funções de bem-estar social*, como definidas na literatura clássica, Soares (2006) recorre a uma relação de dominância conhecida como *Dominância de Primeira Ordem*, como bem mostra o gráfico 39.

**Gráfico 39: Falta de Dominância de Primeira Ordem de 1995 a 2004**

Fonte: Microdados das Pnads de 1998 e 1992.

Tomando como base o período de 1995 a 2004, ele mostra que não ocorre

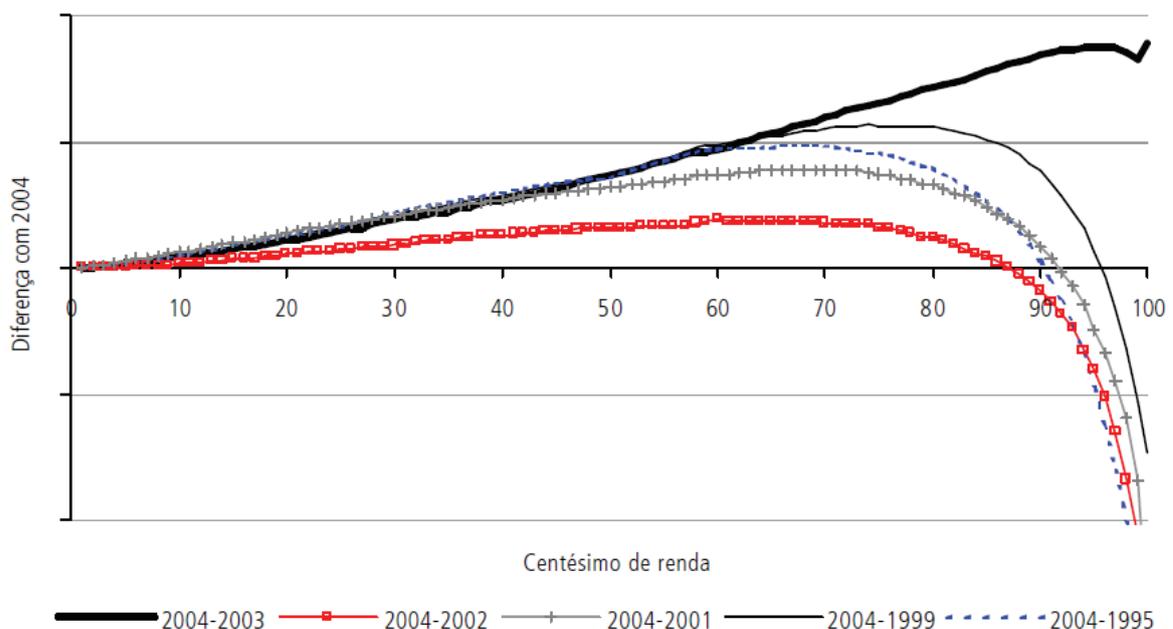
*Dominância de Primeira Ordem*, completa, de 2004 sobre nenhum dos cinco anos em análise, uma vez que essa dominância somente ocorre quando "a renda de um indivíduo na *i*-ésima posição em uma distribuição é superior à renda do indivíduo na mesma posição em outra distribuição, qualquer que seja esta posição". Ou seja: quando ocorre dominância, "todos detêm mais renda em uma distribuição que em outra" (p.12), conclui.

A relação que apresenta maior intervalo de dominância se dá de 2004 sobre 2003. Não fosse os 5% mais ricos apresentarem menores ganhos em 2004 do que em 2003. Ou seja: 95% da população apresentou função bem-estar positiva, apresentando ganhos maiores que no ano anterior.

Em relação ao ano de 1999, a dominância é interrompida no centil aproximado de 76, e mostra que em torno de 22% dos mais ricos tiveram função bem-estar negativa. Para os demais anos analisados (1995, 2001 e 2002), o ponto de interrupção da dominância de primeira ordem se dá em torno do centil 70, e mostra que os 70% mais pobres tiveram função bem-estar positiva, apresentando melhorias de renda no período. Essa dominância permite visualizar ou identificar os que ganhavam mais ontem e passaram a ganhar menos hoje, e vice-versa.

O segundo conceito de dominância permite ir um pouco mais além. A *Dominância de Segunda Ordem* se aplica quando a avaliação da Função Bem-Estar Social é entendida como uma transferência de renda entre indivíduos que perdem para os que ganham como mostra o Gráfico 40.

**Gráfico 40: Falta de Dominância de Segunda Ordem de 1995 a 2004**



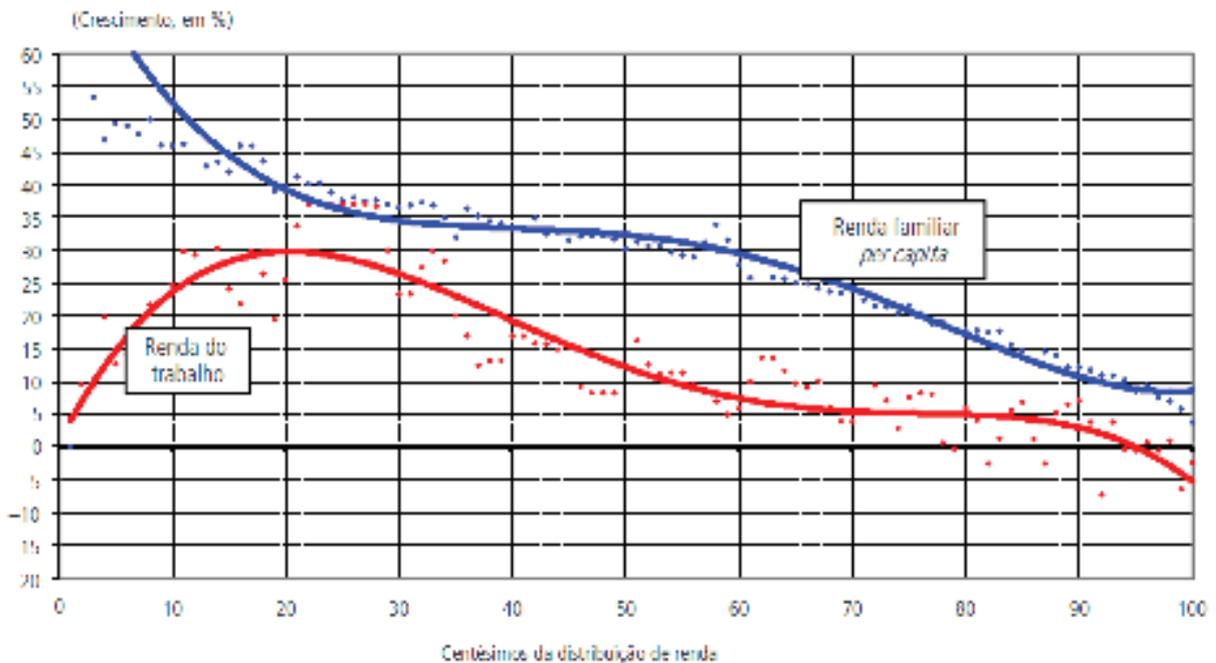
As explicações de Soares (2006) são de que "uma distribuição domina outra em Segunda Ordem quando a renda total acumulada em uma é maior em todos os

pontos da distribuição" (p. 14). Mais adiante ele sintetiza que "isso equivale a comparar duas curvas de Lorenz, cada uma delas multiplicada pela sua respectiva renda média" (p. 15). A presente conclusão leva essa dominância a ser também conhecida como Dominância de Lorenz Generalizada.

### 3.3.2 Análise empírica de Identificação dos principais determinantes

Na busca de identificar esses determinantes, Barros (2010, p.24) procede inicialmente a uma avaliação empírica para o período de 2001 a 2007, com o objetivo "de efetivamente estimar a real contribuição de cada um", assim como "quais deles devem ter sido mais relevantes para a queda na desigualdade, na porcentagem de pobres, no hiato médio de pobreza e na severidade da pobreza".

#### **Gráfico 41: Crescimento na renda média (%) na distribuição de renda familiar per capita pela distribuição de renda do trabalho no Brasil (2001 – 2007)**



Como base para melhor compreensão da temática, o autor apresenta o gráfico 41 que mostra comparativo entre o crescimento da renda familiar per capita e o crescimento da renda do trabalho da PEA, distribuídos em centésimos com taxas de crescimento em porcentagem.

A renda da PEA, representada pela sinuosidade vermelha, apresenta máximo de ganhos para o centésimo 20, atingindo a taxa de 30% de crescimento no período. Esse pico é atingido por uma intensa aceleração no crescimento dos ganhos dos 20% mais pobres, e declina lentamente em uma rampa que se estende e estabiliza (5%) no sétimo décimo. Ao final, a renda dos 10% mais ricos apresenta taxa média de crescimento em torno de zero.

Já a renda familiar per capita, no azul, apresenta um trecho de altíssimos ganhos para os três primeiros décimos, começando com taxas próximas a 35% para o centésimo 30, e se estende a ganhos superiores a 60% no período, para os 7% mais pobres. A partir do sexto décimo ela perde fôlego e decresce mais rapidamente, do alto de seus invejados 30%, quando atinge, para os 10% mais ricos, a taxa média em torno de oito pontos percentuais.

A análise empírica dos determinantes do comportamento da renda familiar per capita, mostrada pela sinuosidade azul, é detalhadamente descrita em arcabouço analítico apresentado por Barros (2010). Ao final ele produz uma identidade associando a renda familiar per capita,  $y$ , “a seus quatro determinantes próximos: (i) a proporção de adultos na família,  $a$ ; (ii) a renda não derivada do trabalho por adulto,  $o$ ; (iii) a proporção de adultos ocupados,  $u$ ; e (iv) a renda do trabalho por trabalhador,  $w$ ” (p. 24). Como era de se verificar, a curva azul é dependente da vermelha, com ambas se correlacionando.

Começando pela avaliação dos determinantes “ $a$ ”, (i) da proporção de adultos por família, e “ $u$ ”, (iii) da proporção de adultos ocupados, Barros (2010) mostra que o crescimento de ambos se constitui “em uma reta praticamente horizontal e está muito abaixo da linha que representa o crescimento da renda familiar *per capita*” (p. 26), concluindo que a proporção de adultos na família e de adultos ocupados não explicam as mudanças na renda familiar per capita.

Completando a análise da evolução para os dois outros fatores, o autor mostra que, “claramente, (ii) a renda não derivada do trabalho por adulto”, “ $o$ ”, que engloba as transferências dos programas sociais, seguida da (iv) renda do trabalho por trabalhador, “ $w$ ”, “são os fatores mais relevantes para explicar o crescimento da renda familiar per capita no período” (p. 27), que só poderão ser estimados pelas simulações contrafactuais.

### 3.3.3 Contribuição dos fatores pelas simulações contrafactuais

Barros (2010) mostra o resultado de algumas simulações contrafactuais (tabela 32) para a queda na desigualdade, que podem ser vistas na primeira coluna, e pelos determinantes, individuais ou associados, na última. A análise do impacto na redução das desigualdades prestigia a media Gini e a razão 20/20, no período de 2001 a 2007.

O determinante “ $w$ ”, renda do trabalho por trabalhador, é responsável por mais da metade (52%) da redução na desigualdade medida pelo Gini, enquanto que o determinante “ $o$ ”, que representa a renda não derivada do trabalho por adulto, responde por 40% da redução nessa medida. Quando o estudo é a proporção das faixas extremas de renda, 20/20, medida mais sensível ao ganho dos mais pobres, os determinantes se invertem em relação ao impacto na queda das desigualdades, com “ $o$ ” respondendo por 51% e “ $w$ ” por 41%.

O autor apresenta também outras simulações envolvendo explicações<sup>10</sup> para a redução na renda per capita e para as reduções nos percentuais de pobreza e extrema pobreza. Em todos eles os dois determinantes figuram como os mais expressivos na redução das desigualdades.

Uma vez que o determinante “renda não derivada do trabalho” se apresenta com tamanho destaque na explicação da queda da desigualdade, relevante se faz conhecer melhor os denominados programas de transferência de renda (PTR), que, como se sabe, incorporam em suas condicionalidades a educação.

**Tabela 32: Contribuição dos fatores determinantes para a queda na desigualdade (2001-2007)**

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Grau de desigualdade (Razão 20+/20-)	Contribuição para a redução na desigualdade (%)	Determinantes
Situação em 2001	0,593		26,9		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da porcentagem de adultos de 2007 fossem iguais às de 2001	0,595	-4	27,0	-1	Associação entre a porcentagem de adultos e a renda familiar por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,592	7	26,4	8	Distribuição da porcentagem de adultos
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto de 2007 fossem iguais às de 2001	0,588	10	25,7	11	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por adulto de 2007 fosse igual à de 2001	0,571	40	22,3	51	Distribuição de renda não derivada do trabalho por adulto
Se as distribuições de renda derivada do trabalho por trabalhador e da porcentagem de adultos ocupados de 2007 fossem iguais às de 2001	0,574	-7	23,2	-13	Associação entre a porcentagem de adultos ocupados e a renda derivada do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador de 2007 fosse igual à de 2001	0,573	2	23,0	3	Porcentagem de adultos ocupados
Situação em 2007	0,552	52	20,2	41	Distribuição da renda derivada do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2001 e 2007.

### 3.4 Programas sociais de transferência de renda e desigualdade

É sabido por muitos, quem sabe propositalmente ignorado por outros tantos,

<sup>10</sup> Para melhor conhecimento do trabalho ver Barros (2010, p.32-38).

que o ambiente mais favorável para que a pobreza e a indigência se propaguem consiste naquele em que a educação se escasseia (Schwartzman, 2006b). Não é possível ignorar que o esgarçamento, ou degradação do tecido social, está diretamente associado à escassez na oferta de educação, direito consolidado do cidadão e obrigação de universalização do Estado brasileiro.

#### 3.4.1 Atualidade e correlação educacional das políticas sociais

As observações empíricas em termos de políticas sociais no Brasil e América Latina como um todo, segundo Cobo (2006, p. 10), mostram "uma forte tendência de implementação de políticas com base em transferência de renda, também conhecidas como programas de transferência de renda mínima (PTR)".

A avaliação de vários pesquisadores é de que, se por um lado eles se apresentam como potenciais mitigadores dos efeitos da pobreza, por outro, segundo Lavinias (2000), "não incorporam forçosamente valores de equidade. Costumam ser, por isso mesmo, focalizados e não universais. Distinguem-se no interior das políticas sociais comprometidas com a busca de maior equidade, especialmente por atenderem uma clientela específica" (p. 533).

Falar sobre educação, pobreza e desigualdade remete, obrigatoriamente, no dizer de Schwartzman (2006b), ao tema das políticas sociais e sua evolução no Brasil. No passado, esses temas setoriais eram tratados como questões de direitos humanos, obviamente enquadrados em razões éticas e morais, e sob essa lógica deviam ser enfrentados.

A questão evoluiu para indagações que ligam as desigualdades sociais, a pobreza e a ausência de serviços básicos de educação e saúde, como dificuldades para romper com o ciclo vicioso do subdesenvolvimento:

Estes fenômenos dificultam, de fato, que as pessoas se desenvolvam plenamente e façam uso de seus talentos e competências, e limitam a capacidade dos países em criar as instituições de que necessitam para desenvolver políticas econômicas e sociais adequadas. [...] É nas principais regiões metropolitanas do país, de fato, que tem se concentrado os problemas e os custos das reformas implementadas no país ao longo dos últimos anos. Isto explica, pelo menos em parte, a premência da opinião pública por novas políticas sociais (SCHWARTZMAN, 2006b, p.2).

Desse contexto surgem as denominadas políticas sociais de 2ª geração, primando pela focalização ao invés da dispersão de recursos, descentralizando os esforços, antes centralizados nos governos, e instituindo as parcerias com a sociedade organizada.

Vale citar os principais programas de transferência de renda na América, começando com o *Bolsa Família (PBF)*, no Brasil; o *Puente*, no Chile; e *Oportunidades*, no México. Schwartzman (2006b) vai fazer referência ao "empowerment", ou fortalecimento da sociedade civil em detrimento das burocracias

públicas, como idéia subjacente aos programas.

Nesse campo, o desafio maior que atualmente se apresenta são as chamadas políticas de "terceira geração", conforme Schwartzman (2006b), cujas ações devem levar em consideração "as características e problemas específicos de cada área, e partam de conhecimentos de pesquisa e análise comparada de experiências de política social em diferentes contextos" (p. 3). Pela sua natureza elas exigirão mais do Estado, a começar por uma ampla profissionalização do setor público, preparando-o para lidar com a complexidade das novas políticas sociais.

Para explicar o relacionamento entre educação e renda, não podemos nos abster de abordar duas teorias largamente utilizadas, que o autor as comenta assim:

[...] A teoria do capital humano, segundo a qual a educação, ao tornar as pessoas mais competentes, gera renda; e a teoria da reprodução, segundo a qual a educação nada mais faz do que reproduzir as diferenças de renda preexistentes da sociedade. Segundo ele, as duas teorias são consistentes com os dados existentes. A análise empírica mostra que existe uma correlação forte e inegável entre educação e rendimento. Esta correlação, no entanto, vem se reduzindo aos poucos, na medida em que a desigualdade social no Brasil também se reduz, e os níveis educacionais aumentam (SCHWARTZMAN, 2006b, p.14).

Os programas de transferência de renda ampliam a demanda por educação, uma vez que injeta recursos nas camadas mais pobres, o que deveria levar a ações ainda mais contundentes de políticas para ampliação de sua oferta. Essa é uma crítica contundente aos programas de transferência de renda, defendidos, pelos mais entusiastas, como substitutos de boas políticas educacionais. No entanto, vale destacar o potencial desses programas, quando bem formulados e geridos.

Quando bem implementados, estes programas teriam um *efeito renda*, reduzindo a pobreza e desigualdade; um *efeito preço*, afetando a demanda por capital humano da criança e o nível de autonomia da renda futura desta criança; um *efeito seguro*, ao garantir o ativo que é o capital humano da criança em relação a eventuais choques futuros; e um efeito empoderamento, aumentando a autonomia dos pobres e o poder de alguns dos seus membros (as mães, recipientes dos benefícios) no interior da família (SCHWARTZMAN, 2006b, p.15).

#### 3.4.2 "Cidadania invertida" e contextualização dos PTRs

A escalada nos índices de pobreza e indigência na América Latina, tendo o Brasil como carro chefe representativo desse quadro, faz emergir um fenômeno novo denominado transferência de renda, como forma de combate a injustiça social e a iniquidade, expressos em forma de desigualdades na distribuição da riqueza (SANT'ANNA, 2009).

Os mencionados programas, nascidos nas últimas duas décadas, possuem como foco os grupos mais vulneráveis e desprovidos das condições mínimas de sobrevivência. Eles transformam os benefícios de uma tradicional rede de proteção social, constituídos a duras penas como direitos, em condicionalidades, a partir do

público alvo, promovendo, o que Fleury (1994) denomina como sendo uma verdadeira "cidadania invertida".

É mais atual do que nunca o debate entre desigualdades e políticas de transferência de renda. Comparando o Programa Bolsa Família (PBF), desenvolvido no Brasil, e o *Oportunidades*, no México, Sant'Anna (2009) mostra, em trecho transcrito, que ambos os programas de inclusão social têm como objetivo básico e comum romper com o ciclo da "reprodução intergeracional da pobreza" (p. 2), explicitando uma política de longo prazo.

O *Oportunidades* "está dirigido a romper la transmisión intergeracional de la pobreza mediante transferencias en efectivo y acciones integradas de salud, educación y alimentación" (SEDESOL, 2004, 1). No caso do PBF, "a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza é esperada por meio das condicionalidades, que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação" (MDS, 2007b, 18).

O Pronasol implantado no México pelo governo de Carlos Salina (1989), Segundo Sant'Anna (2009), passa à denominação de Progressa no governo Hernesto Zedillo, sendo elogiado internacionalmente pela sua base institucional. É rebatizado de *Oportunidades* com Vicente Fox, tendo beneficiado (2008) cinco milhões de pessoas.

No Brasil, os programas de transferência de renda tiveram seu início de implantação no Governo Fernando Henrique (1995 a 2002), sendo unificado (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Peti) no governo Lula com a denominação de Bolsa Família, beneficiando (2008) 11 milhões de famílias.

O sucesso do PTR, portanto, estaria relacionado a este objetivo principal, o de inclusão das famílias como beneficiárias de um sistema de proteção social já existente, mas que não as alcançava. O aumento da renda seria fundamental para viabilizar este acesso, que possibilitaria o incremento do capital humano, fazendo com que, no longo prazo, essas famílias se tornassem capazes de aumentar suas rendas independentemente de repasses por parte do Estado (SANT'ANNA, 2009, p.4).

**Tabela 33: Cobertura dos principais PTRs da América Latina**

Programa	País	Beneficiários	% PIB
Bolsa Família (2003)	Brasil	16%	0,28
Chile Solidário (2002)	Chile	6,50%	0,10
Famílias em Ação (2001)	Colômbia	4%	0,30
Programa de Provisão Familiar (1990)	Honduras	4,70%	0,02
Programa de Avanço Mediante Saúde e Educação (2002)	Jamaica	9,10%	0,32
<i>Oportunidades</i> (1997)	México	25%	0,32
Mi Familia (2000)	Nicarágua	1,20%	0,02

Fonte: Cepal, 2006 (gráficos da autora)

A Tabela 33, com destaque grifado pela autora, registra os principais programas do gênero no continente latino americano, bem como suas coberturas e investimentos.

Sant'Anna (2009) mostra, também, resultado de pesquisas de amostra de domicílios (Tabela 34), na busca de verificar a influência dos PTRs na distribuição de renda. Observa-se, para o caso brasileiro, que o índice Gini sofre redução de 27 milésimos no período, dos quais 21% relativos ao PBF.

Os dados reforçam o seu caráter de longo prazo, sinalizando para uma participação relativa significativa, porém, reduzindo as desigualdades em quantidades ínfimas, medidas pelo Gini.

**Tabela 34: Participação dos PTRs na redução da desigualdade**

	Brasil		México	
	1995	2004	1996	2004
Gini	0.5985	0.5711	0.5374	0.5103
Peso das fontes de renda na variação do gini				
	Brasil		México	
Trabalho	85,2%		109,6%	
Seguridade	-21,8%		-15,5%	
Outros	15,8%		-14,7%	
PTRs	20,8%		20,5%	

Fonte: Soares et al, 2007.

O principal entrave dos dois maiores programas da América Latina, impedindo melhores resultados em relação à queda das desigualdades, segundo Sant'Anna (2009) é a falta de comunicação com o sistema de proteção social clássico. Esse é o tema responsável pelo centro do debate sobre a eficiência de seus objetivos básicos.

Para o avanço de programas que favoreçam metas tangíveis em matéria de educação, saúde e nutrição, requer-se um trabalho sustentado em nível público, razão pela qual é imprescindível contar com uma sólida institucionalidade social, capaz de manter a coerência intertemporal dos programas e seus objetivos em longo prazo, em virtude especialmente das múltiplas demandas em curto prazo que os governos da região costumam enfrentar (CEPAL, 2005, 50).

#### 3.4.3 “A dupla violação” e os pontos nevrálgicos da transferência de renda

Um ponto crítico dos programas consiste em estabelecer mecanismos mais eficazes de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal envolvidas, em nível horizontal e vertical. O desafio é romper as barreiras das arraigadas práticas

burocráticas inerentes ao setor público, definindo sólidas e responsáveis atribuições aos seus integrantes diretos.

A cobrança de condicionalidades aos beneficiários também é um assunto polêmico. Uma faceta refere-se ao fato delas exigirem obrigações relativas à comprovação de acesso aos serviços de educação e saúde, como contrapartida pedagógica ao benefício recebido, proporcionando integração do excluído, cujo descumprimento pode levar a suspensão do benefício. Outro ponto de vista tem a ver com os direitos universais inerentes a esses serviços, como responsabilidade do estado, como bem situa o autor mexicano que se transcreve.

En este caso se da una doble violación de los derechos socioeconómicos y culturales en nuestro país. Es el Estado quien tiene la obligación de proveer los servicios de educación y salud, y al no haber cumplido con esta obligación viola una vez más los derechos socioeconómicos al excluir a la población de localidades más pobres de Oportunidades por no poder cumplir con las 'corresponsabilidades' del programa" (DAMIÁN, 2007, 342).

O debate da "dupla violação" a que o autor se refere, travestindo direito em dever, quando se cobram condicionalidades como frequência a escolas e postos de saúde, levou o governo a declarar desnecessário o controle, através de pronunciamento do então ministro Patrus Ananias, em 2004.

Tal decisão gerou uma situação constrangedora para o governo, elevando o nível das críticas a uma condução meramente assistencialista do programa, provocando a implementação de um sistema de cobrança gradual de contrapartidas (SANT'ANNA, 2009).

A falta de critérios de avaliação periódica por parte dos principais interlocutores de governo, associado a uma frágil independência entre gestores e avaliadores, consta das principais ressalvas existentes ao PBF. Nesse sentido o autor corrobora com o texto abaixo.

El Programa Bolsa-Familia tiene poco más de dos años de existencia y no cuenta todavía con una evaluación de sus resultados e impactos netos, sea sobre la situación de pobreza, sea sobre la escolaridad, nutrición y condiciones de salud de los beneficiados. [...] A diferencia de Progreso y de Oportunidades, de México, ni el diseño inicial de Bolsa-Familia ni los cuatro programas que lo crearon previeron la definición de una línea de base y de grupos de control (DRAIBE, 2006, p. 164).

Quando o assunto é a qualidade da oferta de serviços dos programas, Lavinias ilustra com clareza.

A redução da desigualdade e da pobreza [...] não tem sido apoiada pela expansão do gasto em investimento social indispensável ao enfrentamento de dimensões crônicas e refratárias da nossa desigualdade. A opção pelo mercado – o gasto social compensatório constituindo-se essencialmente de transferências monetárias diretas de renda –, ainda assim em patamar muito pequeno no âmbito do

gasto social, não tem condições de alterar de forma sustentável e irreversível o padrão de desigualdade brasileiro (LAVINAS, 2006, p. 2).

Vale destacar que mais um ponto crítico diz respeito às distorções de focalização dos programas pelo uso do rendimento pessoal. Nesse aspecto, Hoffmann (2000) vai detalhar que diferentemente daquele indicador, o rendimento familiar *per capita* é o mais aconselhado, ao mostrar a classificação das pessoas economicamente ativas cruzando duas estratificações: rendimento *per capita* e rendimento familiar *per capita*.

No exercício ele verifica um considerável número de pessoas consideradas pobres no tocante ao rendimento pessoal, porém considerados relativamente ricos de acordo com o rendimento familiar. E conclui que a consideração acima "mostra os problemas de *focalização* de programas de combate à pobreza baseados diretamente no rendimento da pessoa economicamente ativa" (p. 91).

#### 3.4.4 Avaliação da progressividade do gasto social

O Cepal define o coeficiente de concentração do gasto social como regressivo quando o país gasta com as camadas mais ricas da sociedade. A Tabela 35 mostra a distribuição do gasto social brasileiro e mexicano pelas camadas de renda, começando pelos 20% (I) mais pobres.

**Tabela 35: Distribuição do gasto social por quintis de renda**

Brasil	I	II	III	IV	V
Educação	17	18	18	19	27
Saúde	16	20	22	23	19
Gasto social (s/ seguridade)	17	19	20	21	23
México	I	II	III	IV	V
Educação	19	20	19	23	19
Saúde	15	18	21	23	22
Gasto social (s/ seguridade)	18	19	20	23	20

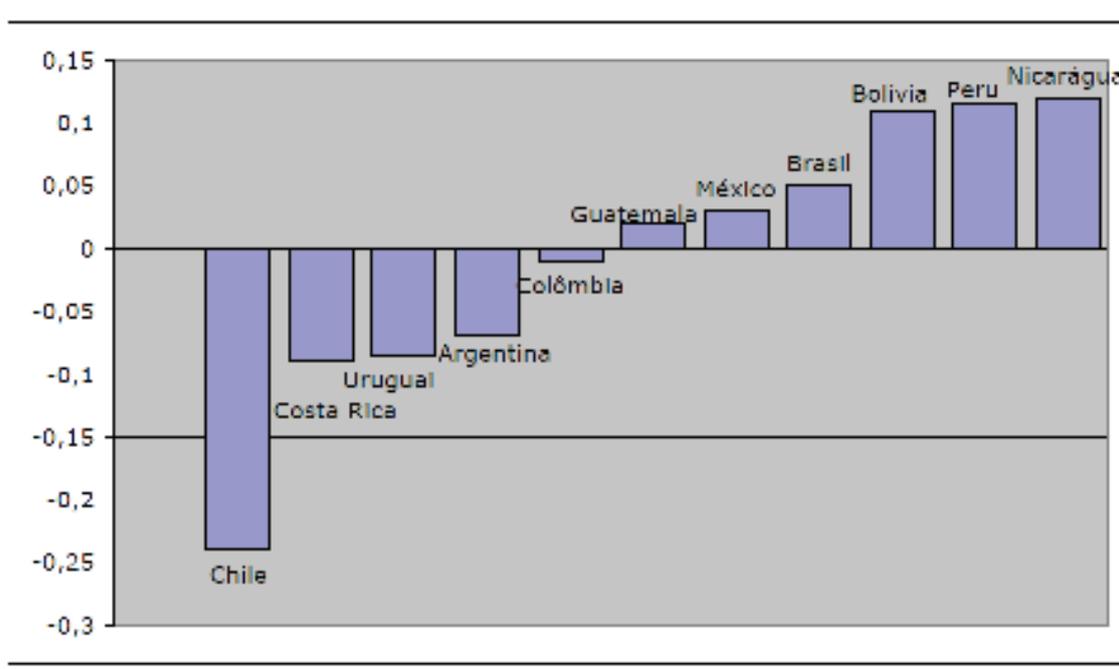
Fonte: Cepal, 2005.

Claramente se percebe o caráter regressivo dos investimentos sociais dos dois países, de forma mais acentuada no setor educacional brasileiro, com a camada mais rica (27%) recebendo, aproximadamente, 60% mais recursos que a mais pobre (17%).

De acordo com Sant'Anna (2009), o gráfico 42 situa o coeficiente de concentração do gasto social de 11 países, calculado pelo Cepal. Vê-se claramente que a situação brasileira só não é pior do que a da Bolívia, Peru e Nicarágua,

ficando bem distante do Chile, país melhor colocado do grupo.

**Gráfico 42: Coeficiente de concentração do gasto social**



Fonte: Cepal, 2005.

A autora vai ainda destacar que a transição "de uma política imediata de alívio da miséria para se tornarem estratégias capazes de quebrar o ciclo intergeracional de pobreza, os PTRs talvez tenham um longo caminho de aproximação do campo dos direitos sociais garantidos pela Constituição" (p. 21).

Em documento intitulado "Enfrentando o futuro da proteção social", a Cepal afirma que "o desenvolvimento do capital humano é um dos principais mecanismos para a redução das desigualdades no futuro e a superação da reprodução intergeracional da pobreza" (p. 28).

A partir da implantação das reformas do Estado na América Latina, especialmente situadas nas últimas duas décadas, um novo eixo de transformações sociais se encontra em movimento com os programas de transferência de renda (PTR). A maioria dos governos da região vem adotando esse tipo de política social, direcionada a capitalizar com renda os segmentos mais pobres da população.

Norteados pela busca em romper com o ciclo intergeracional da pobreza e da desigualdade social, eles se esquecem, contudo, de proporcionarem os devidos investimentos em qualidade e universalização dos serviços de educação e saúde. Werneck Viana (2005) fala do risco de aparecimento, daqui a 20 anos, de "um 'novo' pobre, velho e desamparado" (p. 121), excluído do mercado de trabalho, cujos filhos não estarão mais em idade escolar para receber o PBF.

### 3.5 Impactos da expansão da educação e justiça social

A melhor diretriz para uma política social que promova desenvolvimento sustentável consiste em disseminar educação de qualidade para todos, em todos os níveis e ao longo de toda a vida, conforme preconiza um dos pilares da UNESCO. A razão óbvia consiste em tratar-se de um imperativo nacional capaz de proporcionar cidadania, justiça social e fortalecimento da democracia.

Evidentemente que uma expansão educacional ultrapassa, em muito, essas dimensões mencionadas, induzindo a impactos diretos e relevantes sobre o crescimento populacional, o ambiente familiar e a participação política, dentre muitos outros.

### 3.5.1 Valor social, externalidades e acúmulo de educação

Questões relativas ao modelo teórico mais indicado para a abordagem do tema tem recebido o destaque de Barbosa Filho e Pessôa (2009), assim como a variável que melhor representa o nível de educação em uma sociedade tem ocupado o centro desse debate. Entre uma variável de estoque, relacionada aos anos médios de escolaridade da PEA, ou uma variável de fluxo, como as taxas de matrícula nos específicos níveis de ensino, qual é a mais recomendada?

Pessôa (2009) mostra que apesar da empregabilidade por alguns autores da variável de fluxo, a tendência que se firmou foi o uso da variável de estoque por "ser o acúmulo da variável de fluxo por inúmeros anos", se sujeitando menos aos problemas de endogeneidade. A partir daí, a questão passa a se concentrar em estabelecer "a forma pela qual a elevação dos anos médios de escolaridade da PEA resulta em elevação de renda per capita" (p. 4).

A hipótese mais simplificadora que se chega tem como base uma progressão geométrica, empregada nos trabalhos mais recentes, que leva o autor à conclusão de que "a relação entre produtividade e escolaridade é exponencial" (p. 5).

Estes estudos dão conta de que para cada ano a mais de escolaridade da PEA, teremos uma elevação da renda per capita em aproximadamente 7%, levando Pessôa (2009) à afirmação de que "nosso atraso educacional parece ser o fator que hoje tem maior peso na explicação de nosso subdesenvolvimento relativo às economias mais avançadas" (p. 6).

Outra questão que merece ser pontuada diz respeito à qualidade da educação. Ou seja: para uma mesma quantidade de escolaridade, a qualidade da educação varia muito entre países. Diante desse fato, alguns autores buscam medir o efeito da educação do indivíduo sobre a renda, incorporando a variável de estoque associada à qualidade da educação, como mostra o autor.

Há uma intuição muito forte de que a educação apresenta externalidades positivas. A elevação da escolaridade do grupo de indivíduos que colabora com um trabalhador deveria elevar a produtividade deste trabalhador, mesmo se a sua escolaridade não elevasse. [...] A mesma intuição aplicar-se-ia às cidades. O aumento

da escolaridade de toda a população da cidade deveria elevar a produtividade do trabalhador mais do que se somente este trabalhador elevasse sua educação. A elevação da escolaridade média da PEA de uma cidade deveria elevar a produtividade de um trabalhador mais do que a elevação da produtividade devido à elevação da educação deste trabalhador. No entanto, não se conseguiu até hoje medir significativas externalidades no mercado de trabalho associadas à educação (PESSÔA, 2009, p.7).

Essa falta de comprovação de externalidades associadas à educação, no que se refere à produtividade em relação ao mercado de trabalho, tem como implicação política direta a justificativa para a falta de subsídios públicos para o setor. Se o retorno para a sociedade da educação é menor do que o retorno para o indivíduo, os investimentos públicos pouco se sustentam, assim, melhor é cada um arcar com os seus custos.

A escolaridade, no entanto, longe de ter seus efeitos dirigidos única e exclusivamente para o mercado de trabalho, comprovados ou não, provoca impactos em todas as atividades do indivíduo, de forma especial sobre a saúde, que apresenta complementariedade com a educação, como forma de capital humano.

Pessôa (2009) cita autores como Lochner e Moretti (2001), que apresentam conclusões de que "o efeito da educação sobre a criminalidade é bastante elevado, aumentando em 14% a 26% o retorno da educação" (p. 8). Outra relação que já tem recebido suporte empírico, destacada por Barbosa Filho e Pessôa (2009), é a de que "um nível educacional mais elevado induz a mais democracia" (p. 8).

O autor também destaca recente pesquisa desenvolvida junto à população brasileira, coordenada por Almeida (2007), que mostra uma estreita relação entre elevação da educação e características tais como "diminuição do preconceito racial, menor tolerância com corrupção, maior espírito público, redução ao preconceito de comportamento sexual, menor tolerância com a censura e outros" (p. 12).

Outra relação relevante é apresentada por Pessôa (2009) na tabela 36, que mostra a relação entre o grau de instrução da mãe e a taxa de fecundidade.

**Tabela 36: Taxa de fecundidade total em relação ao grau de instrução da mãe**

Anos de estudo da mãe	1991	2000
sem instrução	4,8	4,1
1 a 3 anos	3,9	3,6
4 a 7 anos	2,8	2,9
8 anos	2,2	2,4
9 a 11 anos	1,7	1,6
12 ou +	1,3	1,1

Fonte: Berquó e Cavenaghi 2004.

Trabalhos como o de Hartung e Pessôa vão mostrar as implicações sobre a

criminalidade, decorrentes dos diferenciais de fecundidade e escolaridade da mãe, com destaque na transcrição:

...os efeitos do atraso educacional extrapolam os limites das variáveis estritamente econômicas como renda e distribuição da renda. Outras características sociais, como a favelização das grandes metrópoles e a explosão da criminalidade na década passada também estão associadas ao atraso educacional (PESSÔA, 2009, p.16).

As variáveis mais significativas em relação à ocorrência de crimes, quando defasadas em 20 anos, dizem respeito diretamente à taxa de natalidade do município, a fração de nascimento de mães adolescentes, e a fração de crianças vivendo em famílias mono parentais. A síntese é que "a violência da década de 90 foi em grande medida contratada na década de 70" (p. 16), conclui Pessoa (2009).

Além dos inúmeros aspectos sociais já mencionados, a educação é também um bem econômico cujo efeito direto na distribuição de renda está conectado a dois canais interdependentes, destacados por Pessoa (2009) na (i) heterogeneidade na distribuição da educação e (ii) no seu valor econômico. Através da oferta e demanda por trabalho qualificado, para cada ano a mais de escolaridade do indivíduo, o mercado procede a essa remuneração. Essa taxa é função direta da desigualdade na distribuição de educação de uma sociedade.

O autor destaca que quando uma sociedade expande seu processo educacional, tendo como base uma baixa escolaridade média de sua força de trabalho, as observações empíricas mostram que ocorre uma piora inicial na distribuição dessa educação. Com o tempo, no entanto, a oferta por trabalho qualificado tende a crescer e provocar uma redução na taxa de remuneração da escolaridade, o que provoca melhores taxas de distribuição de renda do trabalhador.

Portanto, os dois efeitos: (i) taxas de escolaridade e (ii) taxas de remuneração pelo acúmulo educacional se comportam como dois vetores a interagir com as taxas de desigualdade da distribuição de renda do trabalho, como se vê a seguir.

Do balanço entre estas duas forças resultarão o impacto líquido da acumulação de educação sobre a desigualdade de renda. A partir de certo nível educacional, que os trabalhos empíricos localizam entre 4 e 7 anos de escolaridade média da PEA, a elevação da escolaridade é acompanhada por redução na desigualdade de escolaridade. A partir deste ponto o esforço de acumulação de capital humano sempre reduz a desigualdade. A evolução recente da desigualdade na economia brasileira indica que atingimos este ponto nos últimos anos (PESSÔA, 2009, p. 9).

De alguma forma a estabilidade das altas taxas de desigualdade, ao longo das últimas décadas do século passado, tem sua explicação nesses fatos. O comportamento da taxa de retorno da educação, que se apresenta em queda, como veremos mais adiante, sinaliza como sendo o elo na explicação do funcionamento do mercado para as quedas nas rendas do trabalho.

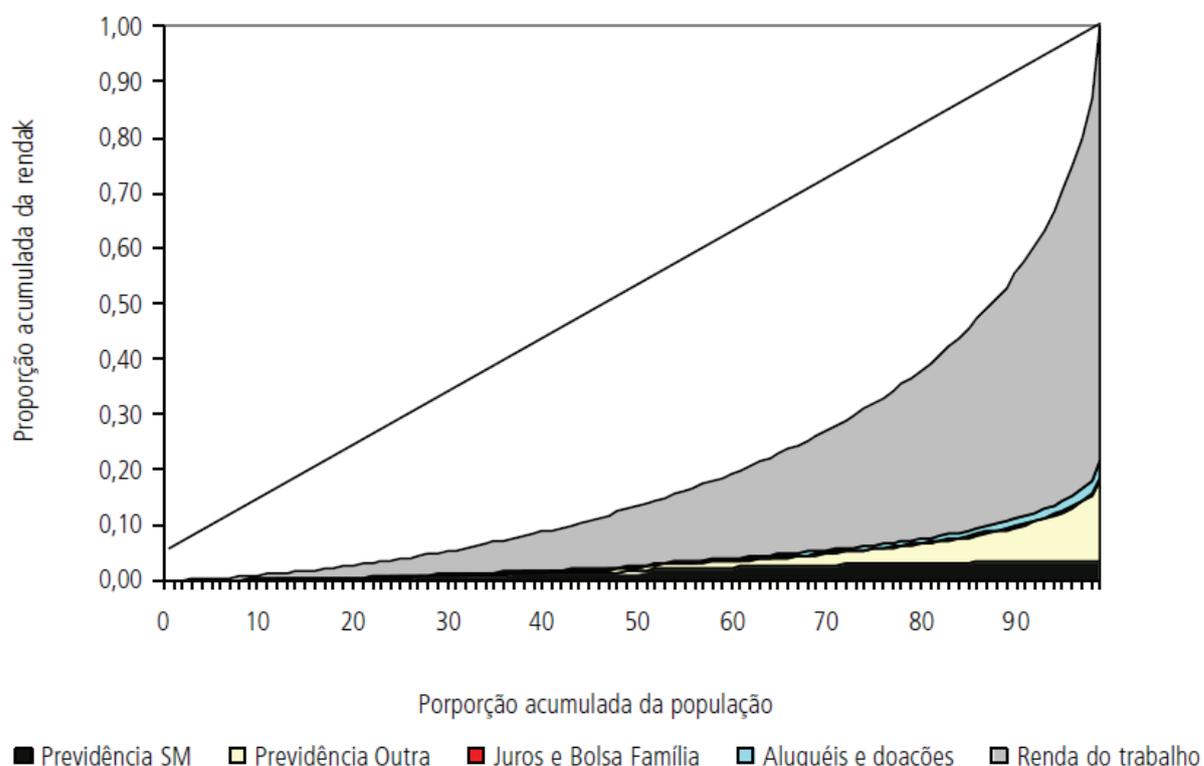
Pessoa (2009) sustenta que o poder explicativo da educação, entre 35% e 50%, em relação aos altos e estáveis patamares de desigualdade de renda, desde os anos 70 até meados dos anos 90, é fruto da compensação decorrente da "piora na distribuição de renda fruto da piora na distribuição de educação", por um lado, e da "melhora na distribuição de renda, fruto da queda do prêmio médio pago pelo mercado de trabalho à qualificação" (p. 16), por outro.

Nas análises da queda da desigualdade para um período mais recente, a partir de 94, Pessoa (2009) mostra que a contribuição do mercado explica de 20% a 40% da queda, destacando que "2/3 destes corresponde à redução dos prêmios de educação e 1/3 à redução da desigualdade educacional. Os dois efeitos passaram a atuar no mesmo sentido" (p. 12).

### 3.5.2 Análise das categorias de renda pelos índices de concentração

As rendas na PNAD, segundo Soares (2006), são agregadas nas categorias (a) renda do trabalho principal, secundário e outros, (b) renda de juros, dividendos e PBF, onde há registro da renda dos programas não indexados ao salário mínimo, (c) renda de pensões e aposentadorias, pública e privada, e (d) outras rendas que incluem aluguéis, doações e abonos. Com base nos tipos de renda, o autor apresenta o gráfico 43 que mostra a decomposição para o ano de 2004.

**Gráfico 43: Decomposição de Curva de Lorenz de 2004 por tipo de renda**



Fonte: Microdados da Pnad 2004.

Cada cor representa uma categoria de renda diferente, o que permite

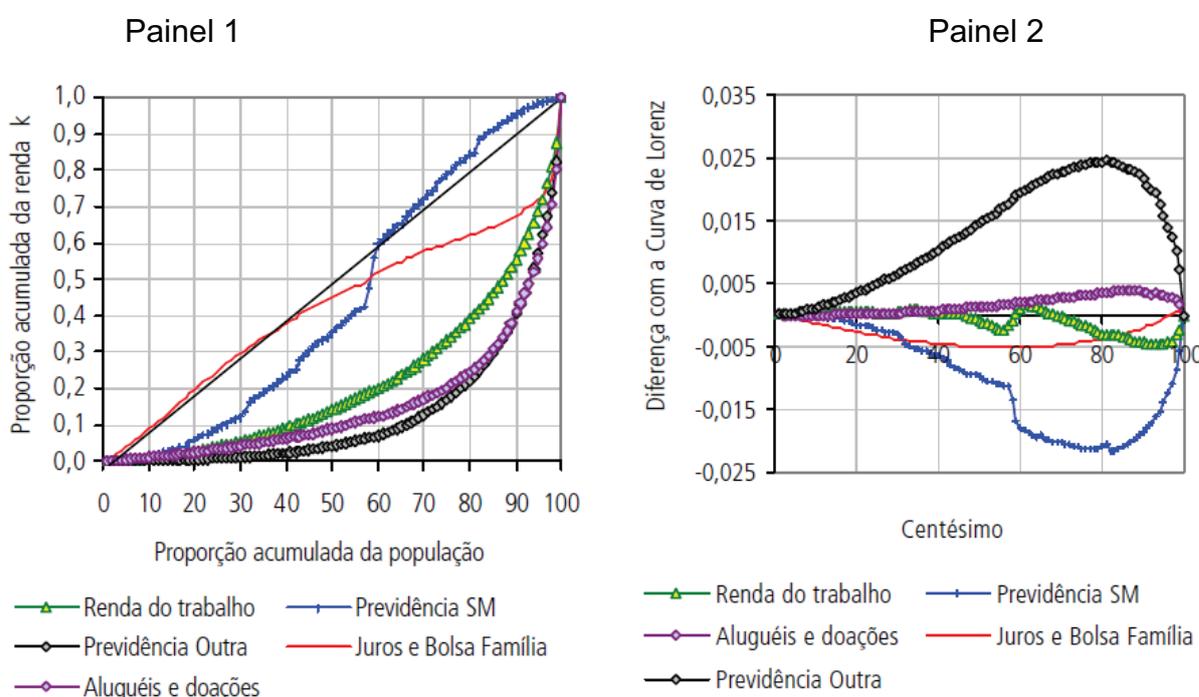
classifica-las quanto à geração de igualdade ou desigualdade. Soares (2006) mostra que uma renda que cresce nos centésimos inferiores, beneficiando os indivíduos detentores de menor renda, como as aposentadorias e pensões indexadas ao mínimo, são conhecidas como uma renda geradora de igualdade ou *progressiva*.

Já a renda que cresce nos centésimos mais altos, enriquecendo ainda mais os detentores das maiores rendas, como outras aposentadorias e pensões, aluguéis e doações, constituem-se em renda geradora de desigualdade ou *regressiva*.

Uma vez que as Curvas de Lorenz acima apresentadas são pouco úteis graficamente, Soares (2006: p.20) elabora gráficos das Curvas de Concentração dos cinco tipos de renda analisados. Apresenta-se o painel referente ao ano de 2004, no gráfico 44.

O autor mostra no painel 1 a posição de cada curva independente de seu peso em relação à renda total, destacando que apenas as representadas pelo azul (renda de aposentadorias e pensões associadas ao SM) e pelo vermelho (renda de juros, dividendos e PBF) são significativamente menos concentradas que as demais rendas para o ano de 2004.

**Gráfico 44: Curvas de concentração para o ano 2004 (Painel 1) e diferença com a curva de Lorenz para 2004 (Painel 2)**



Fonte: Microdados da Pnad 2004.

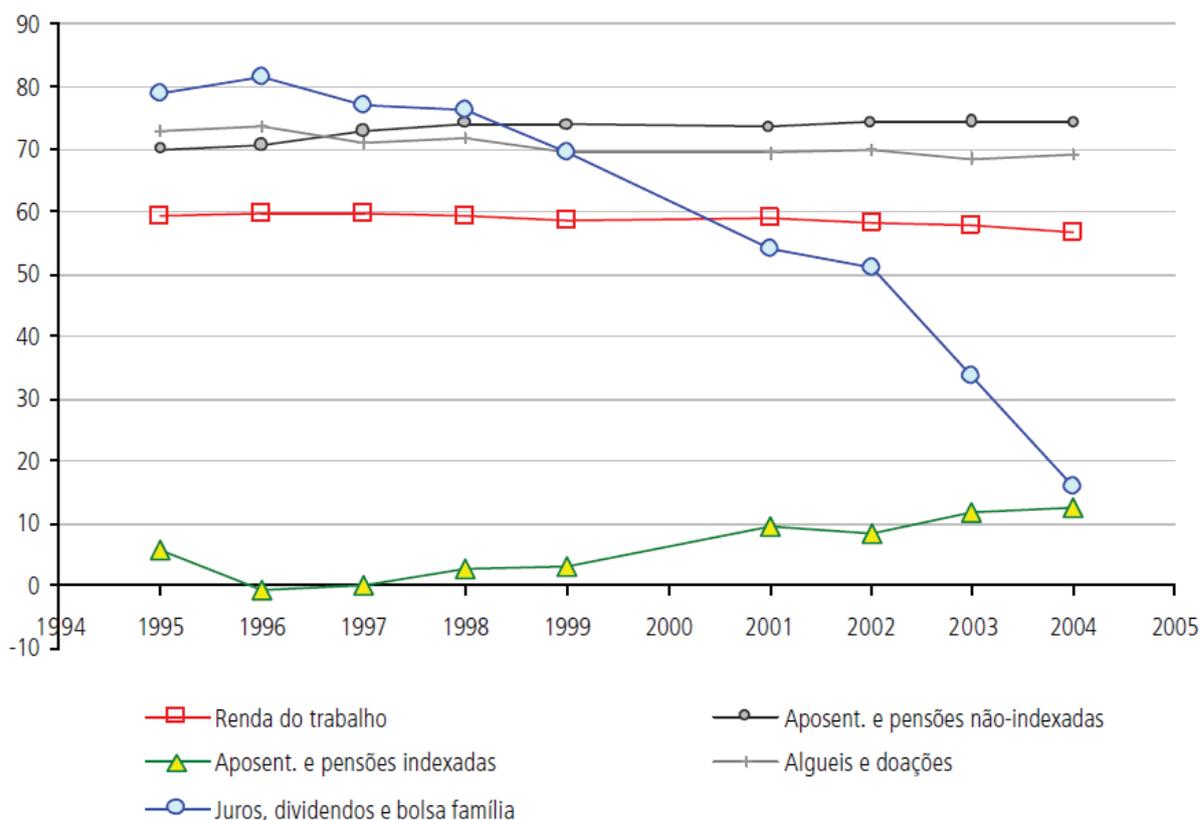
Já no painel 2, à direita, que mostra a diferença entre cada Curva de Concentração e a Curva de Lorenz para o ano 2004, a visualização das Curvas de renda da Previdência associada ao mínimo, de juros e Bolsa Família e da renda do Trabalho mostram perdas de renda para os centésimos mais altos, uma vez que

estão representadas na porção negativa, de forma mais significativa para a proveniente da Previdência vinculada ao SM.

É uma confirmação gráfica, entre a Curva de Concentração e a Curva de Lorenz, que essas três rendas acima citadas são progressivas, contribuindo com a redução da desigualdade, diferentemente das outras duas que são rendas regressivas, agindo em sentido contrário. Segue, para melhor visualização esquemática, o gráfico 45, com a apresentação do desempenho, entre 1995 e 2004, dos respectivos coeficientes de concentração das principais fontes de renda.

A respeito da temática, Soares (2006) mostra que "em torno de três quartos ( $\frac{3}{4}$ ) da queda deveu-se a mudanças no coeficiente de concentração e um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) a mudanças na composição da renda total" (p. 25). Ou seja: não foram os programas de transferência de renda, apesar de apresentarem grande contribuição para a queda da desigualdade de renda, no período de 2001 a 2004, os principais atores, mas sim o mercado de trabalho.

**Gráfico 45: Coeficientes de concentração de renda entre 1995 e 2004**



O fato de ser o mercado de trabalho o principal responsável pela queda é bem mais alentador do que se fossem os programas sociais, uma vez que esses iriam demandar, cada vez mais, aportes orçamentários crescentes para a sustentação da queda. Outra conclusão do autor, se referindo ao bem-estar, quando recomenda:

(...) deve-se festejar os resultados na queda da desigualdade. (...) apesar de a renda média ter caído 5% de 1995 a 2004, sete em cada dez brasileiros ganharam e apenas três perderam. Ademais, os três que perderem eram os que mais ganhavam antes. Em outras palavras, houve melhoria de bem-estar da maioria da população entre 1995 e 2004, a qual foi devida à queda na desigualdade, uma vez que a renda média trabalhou no sentido oposto (SOARES, 2006, p.26).

### 3.5.3 Preponderância da educação na decomposição de Theil

Uma técnica clássica da econometria, que permite verificar a contribuição das principais fontes de desigualdade, tem sua base nas decomposições de Theil. Ferreira (2006), em exercícios de decomposição estática das equações de Theil, apresenta a Tabela 37 que se refere à parcela da desigualdade total que é "explicada" para as diferenças entre grupos.

**Tabela 37: Parcela da desigualdade de renda total explicada pelas diferenças entre grupos**

	1981		1993		2004	
	E(0)	E(1)	E(0)	E(1)	E(0)	E(1)
Idade	1%	1%	1%	1%	3%	2%
Educação	38%	42%	34%	36%	35%	38%
Gênero	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Raça	n.a.	n.a.	13%	11%	12%	11%
Tipo de Domicílio	6%	7%	6%	7%	10%	11%
Região	13%	11%	9%	7%	10%	8%
Urbano/Rural	17%	13%	9%	6%	7%	5%

Nota: características raciais não disponíveis para 1981.

Fonte: cálculo dos autores a partir dos dados da PNAD de 1981, 1993 e 2004.

Seguidos dos grupos "raça" e "tipo de domicílio", a fonte que explica ou determina a maior parcela da desigualdade de renda total, com destaque de percentuais entre 34 e 42, dependendo do ano, é o nível de escolaridade dos chefes de domicílios. Ferreira (2006) vai expressar, mais adiante, que:

Embora não possa ser estabelecida uma relação de causalidade entre educação e desigualdade de renda a partir destes resultados, eles indicam que mais de 1/3 da desigualdade no Brasil pode ser atribuído às diferenças entre domicílios cujos chefes pertencem a grupos educacionais distintos (p. 156).

Dois outros comentários são relevantes, em especial para identificar os determinantes que mais contribuíram para a queda da desigualdade em 2004, fruto do trabalho de vários pesquisadores.

O primeiro diz respeito às partições relativas à desigualdade urbano/rural,

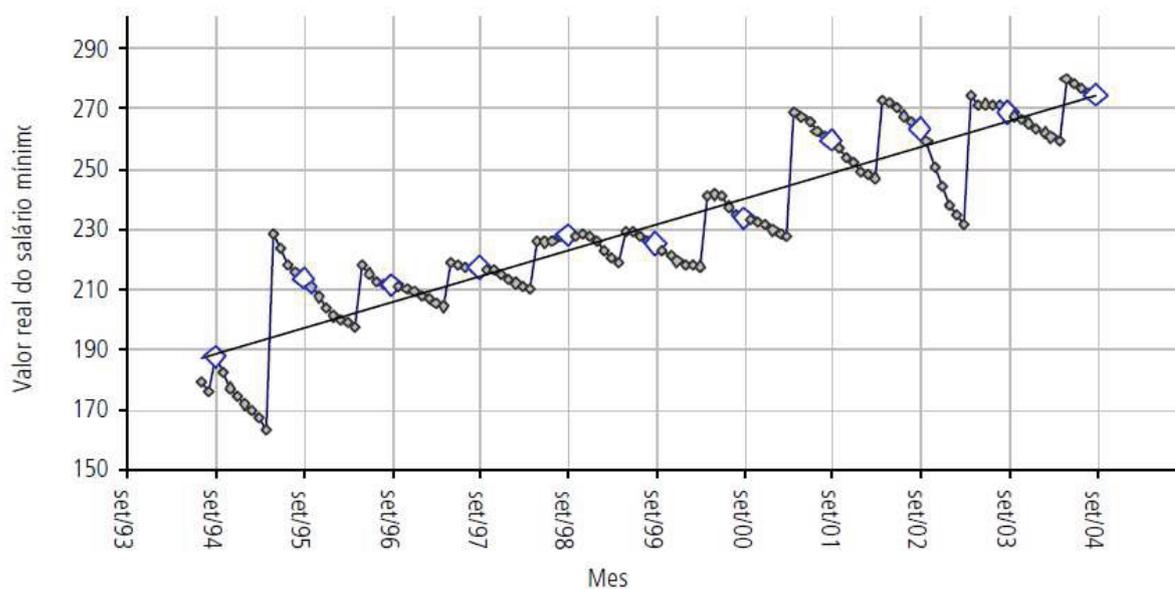
apresentando uma redução no L de Theil de 47% nos índices entre 1981 (17%) e 1993 (9%), e de mais 22% em relação a este ano e 2004 (7%). De modo semelhante ocorre o desempenho do T de Theil, expressando redução de aproximadamente 62% entre 1981 (13%) e 2004 (5%). Esses dados podem estar associados tanto à redução da população rural, quanto ao crescimento do agronegócio.

O segundo tem a ver com a desigualdade entre diferentes tipos de domicílios, mostrando um crescimento médio em relação aos indicadores L e T de Theil, na participação de 2004 em relação a 1993, da ordem de 62%.

Tal fato sugere um papel preponderante dos benefícios e aposentadorias dos idosos, indexados ao salário mínimo, que apresenta larga expansão no período, cujo efeito, como afirma Ferreira (2006), "pode ter contribuído para elevar a desigualdade entre domicílios que são chefiados por indivíduos com mais de 65 anos ou que contém idosos" (p. 156).

Para uma visualização do comportamento do SM e seus ganhos, Soares (2006) mostra sua evolução no gráfico 46, nos primeiros dez anos do Plano Real.

**Gráfico 46: Comportamento do SM na primeira década de Real**



Fonte: Ipeadata.

Portanto, a diminuição da contribuição da desigualdade urbano/rural, associada ao aumento da contribuição dos tipos de domicílios, apresentando um incremento progressivo de renda aos aposentados, especialmente expressivo em função dos ganhos reais advindos do salário mínimo, se apresenta como significativo determinante da queda da desigualdade em 2004.

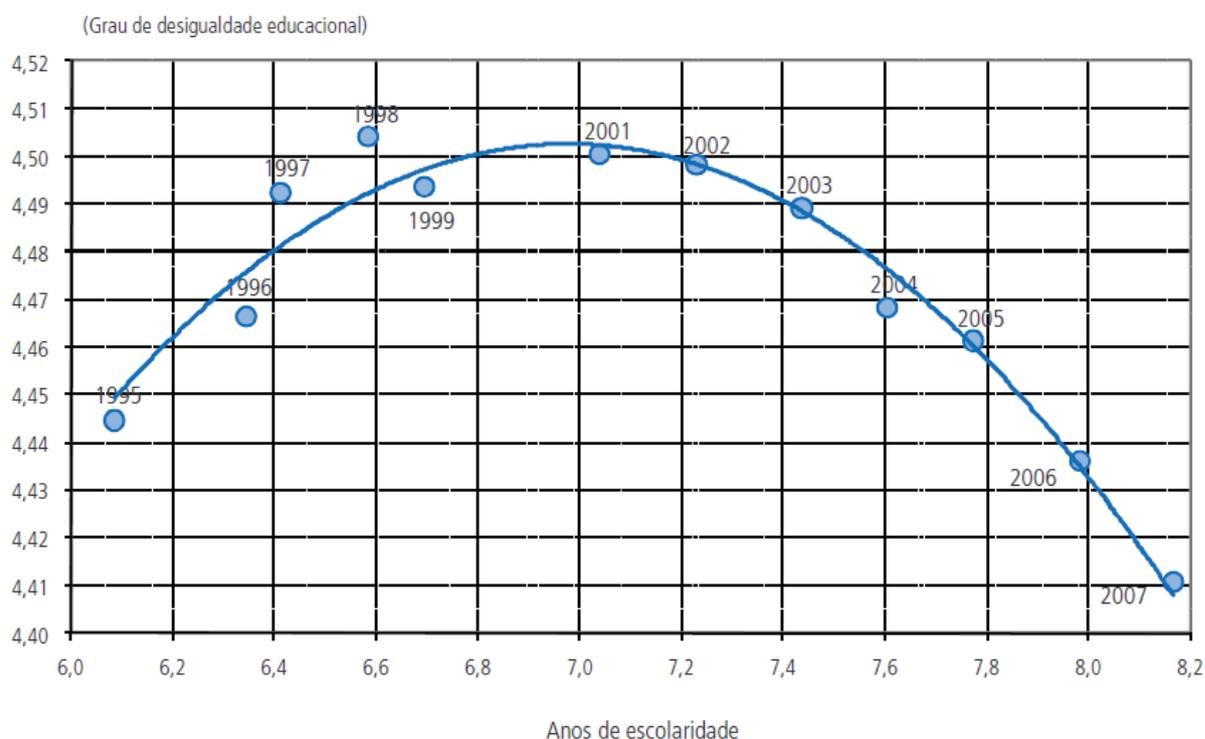
### 3.5.4 Expansão educacional e redução de desigualdades

As mais diferentes análises mostram, claramente, que para qualquer que seja o enfoque ou a medida utilizada, a desigualdade brasileira apresenta uma queda progressiva e consistente ao longo dos últimos anos. Também é sinalização de ampla maioria de pesquisadores do tema, que a parcela mais importante da queda foi proveniente de mudanças ocorridas na renda do trabalho por trabalhador, sem desmerecer o importante papel do PBF, dos ganhos reais provenientes do Salário Mínimo e tantos outros.

Dentre os fatores que interferem na renda do trabalhador, a partir de melhorias em sua produtividade, a escolaridade é o mais importante. Sobre essa relevante parcela da queda da desigualdade, Barros (2010) vai afirmar que “ela está, de fato, associada às melhorias no capital humano da força de trabalho e, em particular, às reduções nos diferenciais de remuneração por nível educacional” (p. 38).

Elaborado por Barros (2010), o gráfico 47 expressa a escolaridade em função da desigualdade educacional, a partir de dados PNAD, e mostra o formato “U invertido”, já preconizado por Barros (2007b) e outros pesquisadores.

**Gráfico 47: Evolução do grau de desigualdade educacional da força de trabalho no Brasil**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

É possível perceber que a escolaridade aumentou em quase dois anos na “década da educação”, período de 1997 (6.4 anos) a 2007 (8.2 anos), o que mostra um desempenho equivalente a aproximadamente 18 anos em relação às últimas décadas do século passado. Ou seja: o que o país evoluiu em escolaridade da PEA,

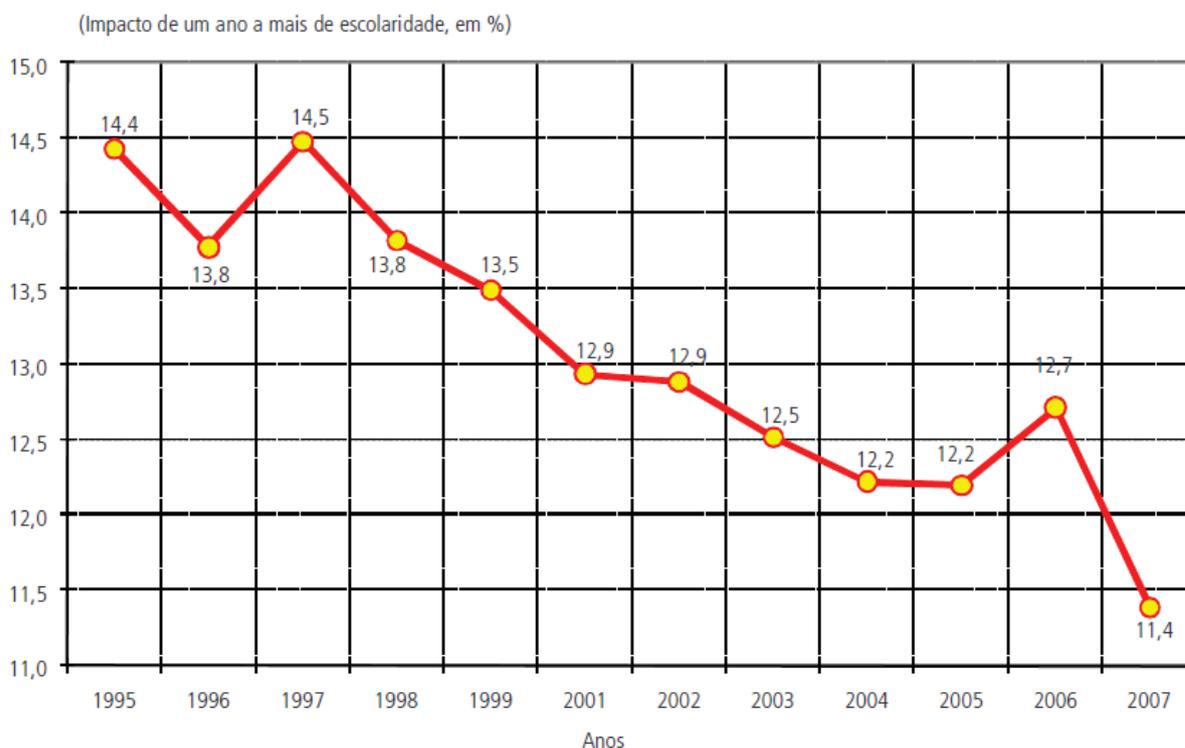
nos últimos dez anos, corresponde aos avanços de quase duas décadas do século passado.

A curva em formato de U invertido apresenta máximo no ano de 2001, com 7 anos de escolaridade e grau de desigualdade educacional de 4,50. Significa que até esse ano (2001), a expansão educacional da força de trabalho ainda provocava desigualdade educacional, com a curva em ascendência até encontrar sua inflexão. Nesse trajeto crescente, os dois componentes ou vetores, escolaridade e desigualdade ou heterogeneidade, atuam em sentidos contrários em relação à desigualdade de renda.

Após a sua inflexão em 2001, o aspecto descendente da curva mostra que a heterogeneidade educacional cai de forma acentuada, em função da expansão educacional. A queda de heterogeneidade e a expansão de escolaridade agora se comportam como vetores que se somam em prol da queda na desigualdade de renda.

Outro efeito decorrente da expansão educacional, que implica em mais oferta de mão-de-obra qualificada, associado a uma menor heterogeneidade da PEA, é a queda na taxa de retorno aos anos adicionais de estudo, pagos pelo mercado, como se vê no gráfico 48 de Barros (2010).

**Gráfico 48: Evolução do impacto da escolaridade sobre a média da remuneração do trabalho no Brasil entre 1995 e 2007**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

A “década da educação” revela uma queda aproximada de 22% nas taxas de

retorno da educação, de forma gradual e consistente, apresentando apenas um único e pequeno “espasmo” no ano de 2006, o que mostra “a sensibilidade do mercado na remuneração do trabalhador em relação à educação” (p. 42), nas palavras do autor.

**Tabela 38: Contribuição da educação para a redução na desigualdade em renda do trabalho e em renda per capita no Brasil entre 2001 e 2007**

(Em %)

Renda	Eleitos preço e quantidade	Eleito preço	Eleito quantidade
<b>Renda do trabalho</b>			
Idade e escolaridade	68,3	38,7	20,5
Idade	11,40	4,51	5,19
Escolaridade	50,5	34,6	11,2
<b>Renda familiar per capita</b>			
Idade e escolaridade	40,5	22,7	11,9
Idade	1,22	0,05	2,29
Escolaridade	29,0	22,7	7,7

Fonte: Estimativas produzidas com base nos PNADs de 2001 e 2007.

Barros (2010) apresenta, ainda, os resultados (tabela 38) de simulação da queda na desigualdade de renda do trabalhador e da renda familiar per capita, como contribuição da educação. O exercício estimativo considera que a desigualdade educacional em 2007 seja a mesma de 2001, em cuja simulação “são mantidas as demais transformações que ocorreram no período, em particular, as mudanças nos diferenciais de rendimento por nível educacional”, denominado pelo autor de “efeito quantidade” (p. 40).

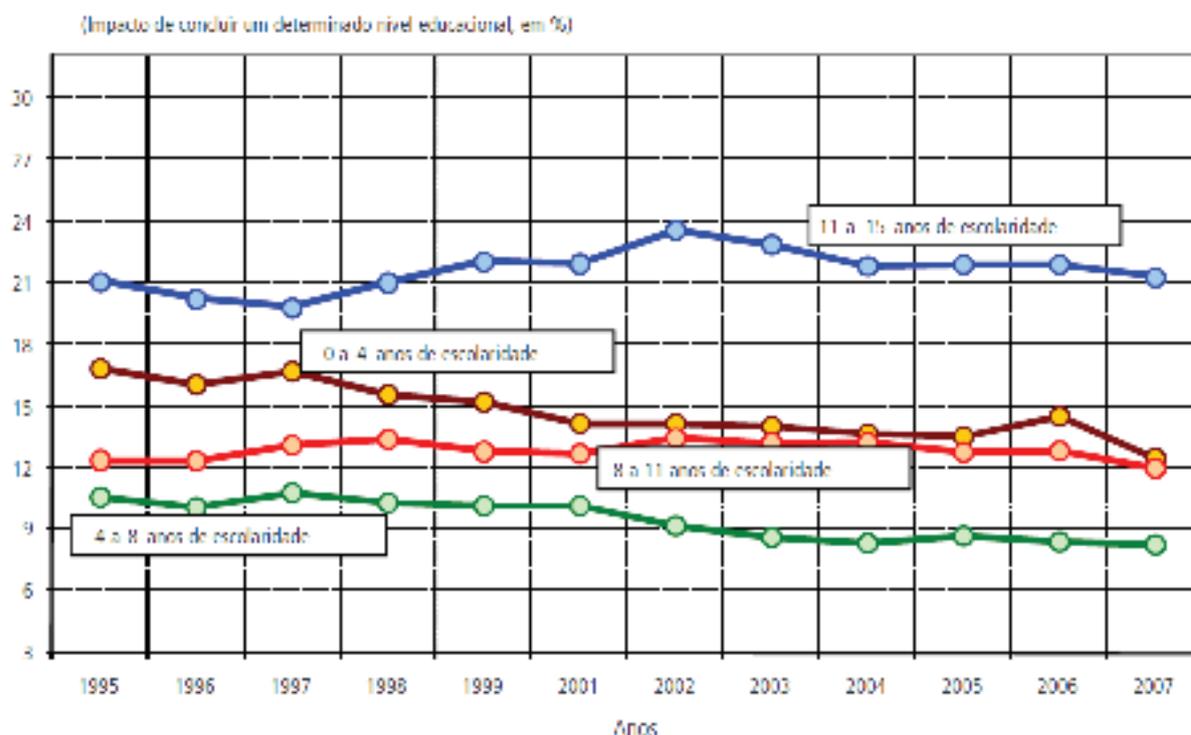
A outra vertente de contribuição da educação, para as quedas na renda do trabalho e na renda familiar per capita, tem a ver com a “redução dos diferenciais de rendimento entre trabalhadores com diferentes níveis educacionais”, no dizer de Barros (2010), que mais adiante assim explica o que ele denomina “efeito preço”: “à medida que trabalhadores com educação média ou superior tornam-se menos escassos, o prêmio pela escolaridade mais alta diminui” (p. 40).

Para melhor compreender o comportamento do mercado na remuneração dos adicionais de escolaridade, Barros (2010) apresenta o gráfico 49, com a sua evolução para cada nível educacional. É possível perceber quanto o adicional de escolaridade do trabalhador é remunerado a mais (%), pelo mercado de trabalho, para a conclusão de cada ciclo educacional.

O destaque está para os concluintes do ensino superior, representados pela linha azul, com o diferencial de remuneração atingindo 21 pontos; enquanto que o

menos remunerado, conluente do ensino médio, na linha verde, auferes apenas 8 pontos percentuais de ganhos.

**Gráfico 49: Evolução do impacto de concluir um nível educacional sobre a média da remuneração do trabalho no Brasil entre 1995 e 2007**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1995 a 2007.

Percebe-se também que os trabalhadores que concluem o nível médio, representados pela linha vermelha, assim como os conluentes do ensino superior, apresentam uma remuneração que permanece praticamente estável, em torno de 21% para o superior, e ligeiramente acima dos 12% para o ensino médio. Já as remunerações para o primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental apresentam significativas quedas.

Verifica-se que na intitulada “década da educação”, período compreendido entre 1997 e 2007, as menores taxas de escolaridade (até oito anos) são as responsáveis pela significativa queda no pagamento de prêmios, auferidos pelo mercado, em relação à educação.

Diante desse comportamento do mercado, conhecido como “efeito preço”, a tabela 38, das simulações, nos mostra que sua contribuição para a queda na renda do trabalho (34,6%) e na renda per capita (22,7%), decorrente da educação, é bem mais expressiva que o “efeito quantidade”. Ainda é importante ressaltar, na esteira do que Barros (2010) comenta, que “os dois fatores analisados se complementam, e a sua contribuição conjunta é maior que a soma das contribuições individuais” (p. 42).

Portanto, o conjunto dos dois fatores associados, “efeito quantidade” e “efeito-preço”, contribuíram em mais de 50% para a queda na desigualdade de renda do trabalho, e, em 29% na queda da renda familiar per capita, tudo em decorrência da redução na heterogeneidade educacional e da expansão da educação brasileira ao longo da primeira “década da educação”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade entre a humanidade global, como verificação preliminar, vem recebendo maior atenção diante do fenômeno da globalização. Constatou-se que estamos vivendo tempos em que os “partidários da igualdade” estão sendo convocados a defenderem seu ponto de vista, diante do multiculturalismo, do pluralismo e da diversidade individual e cultural, carregando a missão de alertar para a centralidade da desigualdade, que se manifesta na “falta de liberdade na forma de privação de necessidades”, como bem expressou Amartya Sen, no conjunto de sua obra.

O século passado mereceu os créditos do sucesso na queda expressiva da intitulada desigualdade vital global, com aferição a partir dos indicadores de mortalidade infantil. Therborn (2001) é quem vai atestar que o peso da história e, especificamente, o fluxo transnacional de conhecimento médico do século passado se apresentaram como o "principal responsável pelo fato dos riscos e da expectativa de vida infantil estarem distribuídos, hoje, de forma muito mais equilibrada do que a renda, em todo o mundo" (p. 151).

Também chamou a atenção o movimento crescente em relação ao fluxo global de capitais, na última década do século XX, com destaque para o acelerado crescimento da China (1,8% em 1990 para 7% em 1998) e da América Latina (4,2% em 1990 para 11% em 1998). Tudo indica que há em andamento uma mudança de padrão global na distribuição de riquezas, bem sinalizado por Therborn (2001), “com uma parte mais importante indo para os países em desenvolvimento” (p. 149). Esse novo padrão de fluxos de capitais vêm implicando efeitos significativos na produção de igualdade global.

Entretanto, os trabalhos pioneiros de Milanovic (1999) mostram que, a partir das decomposições de Theil,  $\frac{3}{4}$  da desigualdade entre indivíduos no mundo apresentam sua origem nos próprios países. Essa constatação reforça a necessidade de conhecer melhor e em profundidade a desigualdade brasileira, encarada por muitos como natural pela sua persistência histórica, mas que coloca milhões de pobres e indigentes à margem da cidadania, dissemina injustiça social e clama por políticas públicas eficientes, voltadas para uma maior equidade.

O Brasil adentrou o novo milênio carregando consigo um passivo de injustiça social, decorrente de seu monumental grau de desigualdade de renda, atestado por todos os consagrados indicadores internacionais, colocando-o entre os países com os piores índices, dentre eles Panamá, Guiné Bissau, Guatemala e Malavi. As explicações mais plausíveis para tal quadro têm seu apoio em um sistema dinâmico envolvendo a distribuição da educação, da riqueza e do poder político no país, conforme tese que Ferreira (2000) denomina de “equilíbrio Pareto-inferior”.

Verificou-se que o mencionado equilíbrio é fruto da presença de um ciclo vicioso em que a heterogeneidade educacional gera desigualdades de riquezas, essas, por sua vez, se transformam em diferenças de poder político, que, em consequência, gera uma política educacional que perpetua a heterogeneidade, reiniciando o ciclo. Essa fina relação entre educação e desigualdade levaram pesquisadores, como Barros (2002), a estimarem uma redução de 40% da desigualdade salarial, a partir de simulações em que a heterogeneidade educacional fosse eliminada. O autor identificou, após longo estudo do mercado, “a heterogeneidade da escolaridade da força de trabalho como o principal determinante do nível geral da desigualdade salarial observada no Brasil” (p. 16).

Compreende-se que a busca de um equilíbrio superior e menos desigual implica em romper com o ciclo vicioso, que, obrigatoriamente, e não exclusivamente, passa pelo redirecionamento das decisões políticas no sentido de proporcionar melhor e maior oferta de educação. Implica, também, no aumento do poder político das classes mais pobres, mediante um fortalecimento da democracia, despertando seu adormecido potencial de inserção e transformação.

Foi Barros (2002) quem sinalizou que o caminho para a redução da desigualdade educacional, representado pela heterogeneidade, medida pelo Gini educacional, se dá pela expansão acelerada do sistema de ensino nacional. Mencionando Tinbergen (1975), ele atestou que o valor de mercado da educação tem a ver com uma “corrida” entre a evolução educacional e o progresso tecnológico.

A verdade que se verificou é que a educação brasileira perdeu a “corrida de Tinbergen” para o avanço tecnológico, fruto de sua inquestionável lentidão educacional nas últimas décadas do século passado, gerando escassez acentuada de trabalhadores qualificados e altos valores nas taxas de retorno da educação.

Resultados nessa direção, que mostram uma significativa redução nas desigualdades salariais da Colômbia (15%) e Coréia do Sul (10%), em apenas uma década, segundo Barros (2002), foram frutos de uma expansão acelerada da educação, associada a uma consequente queda em seu valor de mercado.

Essa foi uma armadilha na estratégia de desenvolvimento adotada pelo país, que reforçou altas taxas de desigualdade salarial e as manteve em estáveis patamares, tudo em decorrência da heterogeneidade educacional. As duas pedras de toque, representadas pela heterogeneidade educacional e pela concentração de poder político, se movidas em conjunto, ou mesmo individualmente, significam grandes possibilidades de uma transição ou transformação do vicioso em virtuoso.

A queda crescente e contínua na desigualdade da distribuição de renda, iniciada no fim do século passado, interrompendo uma instabilidade quase

inabalável, é hoje consenso entre os principais analistas do tema. Ela é comprovada pelas principais medidas de desigualdade, consagradas pela literatura clássica.

Os aspectos mais relevantes para essa queda da desigualdade, segundo Arbix (2007), podem ser creditados ao crescimento do poder de compra do salário mínimo, a forte redução nas desigualdades entre cidades grandes e pequenas, a associação com o expressivo aumento no volume dos recursos dos programas de transferência de renda (PBF) e, de forma mais expressiva, aos impactos da redução nas taxas de retorno dos investimentos em educação.

A análise de bem-estar decorrente da queda da desigualdade na “década da educação”, utilizando a técnica das Dominâncias de primeira e segunda ordem de Lorenz, demonstrou uma melhoria expressiva nos décimos mais pobres da população brasileira. Significou, segundo Soares (2006), que mesmo diante de um lento crescimento econômico no período, as simulações do IPEA deram conta de que  $\frac{3}{4}$  da queda na pobreza, e aproximadamente 85% na queda da indigência decorreram da redução na desigualdade.

A renda da força de trabalho brasileira chegou a atingir ganhos de 30%, na mencionada década, quando se foca a análise no centésimo 20 mais pobres dos trabalhadores. Pode-se verificar que metade da PEA mais pobre apresentou ganhos médios superiores a 15% no período. Ainda maiores foram os ganhos em termos de renda familiar per capita, quando se viu que os três primeiros décimos mais pobres atingiram taxas de até 60%, e os  $\frac{2}{3}$  mais pobres apresentaram ganhos médios superiores a 40% na “década da educação”.

Foi Pessôa (2009) quem nos mostrou que o modelo teórico que se firmou para a abordagem do tema, e que melhor representa o nível de escolaridade em uma sociedade, é o uso da variável de estoque por “ser o acúmulo da variável de fluxo por inúmeros anos”. A hipótese mais simplificadora que se chegou tem como base uma progressão geométrica, empregada nos trabalhos mais recentes, que leva à conclusão de que “a relação entre produtividade e escolaridade é exponencial” (p. 4).

Constatou-se que através da oferta e demanda por trabalho qualificado, para cada ano a mais de escolaridade do indivíduo, o mercado procede a uma remuneração. Verificou-se que essa taxa é função direta da desigualdade na distribuição de educação de uma sociedade. Novamente Pessôa (2009) nos mostrou que para cada ano a mais de escolaridade da PEA, tem-se uma elevação da renda per capita em aproximadamente 7%, e concluiu com a afirmação de que “o atraso educacional parece ser o fator que hoje tem maior peso na explicação de nosso subdesenvolvimento relativo às economias mais avançadas” (p. 5).

Foi possível verificar, ao longo do trabalho, que quando uma sociedade expande seu processo educacional, tendo como base uma baixa escolaridade média de sua força de trabalho, a observação empírica demonstra que ocorre uma piora

inicial na distribuição dessa educação. Com o tempo, no entanto, a oferta por trabalho qualificado tende a crescer e provocar uma redução na taxa de remuneração da escolaridade, o que irá provocar melhores taxas de distribuição de renda do trabalhador.

Nestes termos, os dois efeitos, representados pela taxa de escolaridade e pela taxa de remuneração pelo acúmulo educacional, passam a se comportar como dois vetores a interagir com as taxas de desigualdade da distribuição de renda do trabalho.

Verificou-se que, de alguma forma, a estabilidade das altas taxas de desigualdade, ao longo das últimas décadas do século passado, tem sua explicação nesses fatos. O comportamento da taxa de retorno da educação, que se apresentou em queda, mostrou sinais como sendo o elo na explicação do funcionamento do mercado para as quedas nas rendas do trabalho.

Pessoa (2009) sustentou que o poder explicativo da educação, entre 35% e 50%, em relação aos altos e estáveis patamares de desigualdade de renda, desde os anos 70 até meados dos anos 90, foi fruto da compensação decorrente da "piora na distribuição de renda fruto da piora na distribuição de educação", por um lado, e da "melhora na distribuição de renda, fruto da queda do prêmio médio pago pelo mercado de trabalho à qualificação" (p. 16), por outro.

As mais diferentes análises mostraram claramente que para qualquer que seja o enfoque ou medida utilizada, a desigualdade brasileira apresentou uma queda progressiva e consistente ao longo dos últimos anos. Também foi sinalizado por ampla maioria de pesquisadores do tema, que a parcela mais importante da queda foi proveniente de mudanças ocorridas na renda do trabalho por trabalhador, sem desmerecer o importante papel do PBF, dos ganhos reais provenientes do Salário Mínimo e outros.

Verificou-se, ainda, que dentre os fatores que interferem na renda do trabalhador, a partir de melhorias em sua produtividade, a escolaridade foi o mais importante, conforme afirmou Barros (2010) de que "ela está, de fato, associada às melhorias no capital humano da força de trabalho e, em particular, às reduções nos diferenciais de remuneração por nível educacional" (p. 38).

Os dados da evolução da desigualdade educacional da força de trabalho no Brasil, na "década da educação", tiveram suas expressões claramente demonstradas na curva em formato de U invertido, como preconizado por pesquisadores no decorrer dos anos 90. Fato notável foi perceber que a escolaridade média da PEA nacional aumentou em aproximados dois anos, nessa década, o que equivale dizer que o país evoluiu quase duas décadas em uma, alcançando índices semelhantes àqueles desenvolvidos pela Coreia do Sul e Taiwan, no século passado.

A aceleração da expansão educacional a partir de meados da década de 90,

expressa em claros indicadores, sinalizou sintonia em relação a período idêntico estabelecido pelo divisor de águas da educação nacional, instituído pela LDB e consequente criação do FUNDEF. A “década da educação” revelou uma queda aproximada de 22% nas taxas de retorno da educação, de forma gradual e consistente, apresentando apenas um único e pequeno “espasmo” no ano de 2006, que, segundo Barros (2010), apenas mostrou “a sensibilidade do mercado na remuneração do trabalhador em relação à educação” (p. 42).

A mencionada curva, em formato de U invertido, acusou o ano de 2001 como ponto de inflexão da expansão educacional, passando, a partir daí, a provocar redução na sua heterogeneidade. O fenômeno que se presenciou foi muito comentado, e também sonhado, na década de 90, e nos mostrou que a queda de heterogeneidade e a expansão de escolaridade, agora, se comportam como vetores que se somam em prol da queda na desigualdade de renda.

Ficou comprovado, empiricamente, o papel protagonizado pela educação na redução da desigualdade brasileira, em especial no período compreendido entre os anos de 1997 e 2007, conhecidos como primeira “década da educação”. Restou-nos a clareza de que os avanços devem e merecem ser comemorados, assim como fica a certeza de que ainda existe um longo caminho pela frente.

Isto porque, apesar da expressiva e contínua evolução na queda da desigualdade brasileira, a concentração da renda ainda é muito alta, conforme Barros (2010), situando o Brasil no universo dos 10% mais desiguais do mundo. Não é possível ignorar que os números refletem, ainda, ao final dos avanços na primeira “década da educação”, uma realidade gritante de injustiça social, onde os 70% da população mais pobre detêm apenas 30% da renda nacional, enquanto que, por outro lado, os 10% mais ricos se apropriam de quase 44% de toda a riqueza.

Diante do cenário mundial, o que se verificou em relação aos menos favorecidos, marginalizados ou excluídos do processo de desenvolvimento brasileiro, sinaliza pelo início de uma quebra no preconizado “equilíbrio Pareto-inferior” de Ferreira (2000), a partir das expressivas taxas de redução da desigualdade, identificadas no final da “década da educação”.

No entanto, ao não se aprimorarem a expansão educacional, especialmente em seus resultados relativos à redução da heterogeneidade na sua distribuição, ainda serão necessários quase duas décadas para que o Brasil tenha equivalência em justiça social com os países de mesmo nível de desenvolvimento. Esse é o caminho a ser percorrido.

## REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. *A queda recente da desigualdade no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) da USP. São Paulo, 2007.

BAGOLIN, Izete Pengo; JÚNIOR, Sabino da Silva Porto. *A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade*. Santa Cruz do Sul (RS): Estudos do Cepe, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil*. estabilidade inaceitável. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirella de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BUARQUE, C. *A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *A desigualdade social e a educação: Dimensão subjetiva do processo educacional*. São Paulo: Mackenzie, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. *As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CEPAL, IPEA, PNUD: *Hacia el objetivo del milenio de reducir la pobreza en America Latina y el Caribe*. Santiago, 2003.

CEPAL. *Panorama social de América Latina 2005*. Santiago do Chile: Cepal, 2005.

COBO, Bárbara; SABÓIA, Ana Lúcia. *Uma contribuição para a discussão sobre a construção de indicadores para implementação e acompanhamento de políticas públicas*. Caxambu (MG): Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2006.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

DAMIÁN, Araceli. *Los retos en materia social en Mexico a inicios del siglo XXI*. Agenda para el desarrollo. Cidade do México, 2007.

DRAIBE, S. *Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil*. Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

FERREIRA, Francisco H. G. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* Rio de Janeiro: Empreende, 2000.

FERREIRA, Francisco H. G; LEITE, Phillippe G; LITCHFIELD, Julie A; ULYSSEA, Gabriel. *Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Econômica, 2006.

FLEURY, S. *Estado sem cidadãos: Seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 41ª ed. 2000.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós "Milagre"*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1981

HOFFMAN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. *Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2004*. Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica nº15. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). *"PISA 2000: Relatório Nacional"*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. INEP, 2001.

IPEA/PNUD. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: IPEA, 1996.

LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LAVINAS, L. *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. In: Ricardo Henriques (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

MEDEIROS, M. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2003.

\_\_\_\_\_. *Crescimento, população, desigualdade e políticas de combate à desigualdade e pobreza no Brasil*. Apresentado na 3ª CNCTI (Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação). Brasília, 2005.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Instituto Futuro Brasil, 2001.

MILANOVIC, B. *True world income distribution, 1988 and 1993: first calculations based on household surveys alone*. Washington D.C: Banco Mundial, 1999.

PESSÔA, Samuel; FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. *Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica*. Alfaabeto, 2009.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: Evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ROCHA, S. *Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80*. Anais do XVI Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte, 1988.

\_\_\_\_\_, S. *Pobreza: evolução recente e as «portas de saída» para os pobres*. Miméo (prochaine publication dans PAL), Fórum Nacional, Rio de Janeiro, 2007.

SALAMA, Pierre. *Globalização e desigualdades territoriais e salariais*. Rio de Janeiro: Reggen, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pobreza: luz no fim do túnel?* Rio de Janeiro: IEDI, 2008.

SANT'ANNA, Julia. *Irmãos que não se falam: programas de transferência de renda, sistemas de proteção social e a desigualdade na América Latina*. Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009.

SCHARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Augurium, 2004.

\_\_\_\_\_. *Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2006a.

\_\_\_\_\_. *Políticas de renda e as prioridades da educação no Brasil*. Sumário do Seminário sobre Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil: Prioridades. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2006b.

SOARES, Sergei Suares Dillon. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Brasília: IPEA, 2006.

THERBORN, Goran. *Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento*. Porto Alegre: Revista Sociologias, 2001.

WERNECK, Viana; TEIXEIRA, Maria Lúcia. *Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos*. In: IBANEZ, Nelson (org). *Proteção social: Dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005.